

BRUNO COSTA DA FONSECA

**O REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DOS ATINGIDOS ENVOLVIDOS NOS  
CONFLITOS COM HIDRELÉTRICAS NA ZONA DA MATA MINEIRA, NA PASSAGEM DO  
SÉCULO XX PARA O XXI**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

F676r  
2016  
Fonseca, Bruno Costa da, 1987-  
O repertório de ação coletiva dos atingidos envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata mineira, na passagem do século XX para o XXI / Bruno Costa da Fonseca. – Viçosa, MG, 2016.  
xv, 139 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 112-119.


1. Movimentos sociais. 2. Ação coletiva. 3. Usinas hidrelétricas - Aspectos ambientais - Zona da Mata (MG : Mesorregião). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

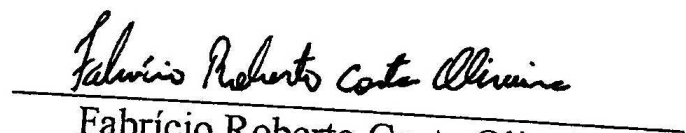
CDD 22. ed. 304.898151

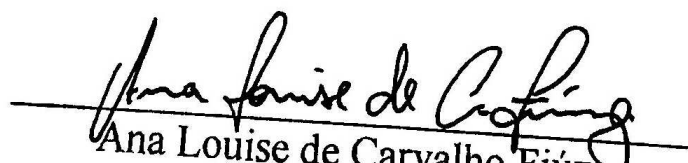
**O REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DOS ATINGIDOS  
ENVOLVIDOS NOS CONFLITOS COM HIDRELÉTRICAS NA ZONA  
DA MATA MINEIRA, NA PASSAGEM DO SÉCULO XX PARA O XXI**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de  
Pós-Graduação em Extensão  
Rural, para obtenção do título de  
*Magister Scientiae*.

APROVADA: 17 de maio de 2016.

  
Marcelo Leles Romarco de Oliveira

  
Fabrício Roberto Costa Oliveira

  
Ana Louise de Carvalho Fiúza  
(Orientadora)

Em especial a minha mãe.  
Aos meus colegas do Nacab Diego e Adriana, em memória.

Dedico

“Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos” – Papa Francisco.

## AGRADECIMENTOS

Este é um momento único. Momento este que não tive oportunidade ao findar de minha graduação, mas que agora faço com muita alegria em meu coração.

Agradeço primeiramente a Deus, responsável por todas as vitórias em minha vida, das quais cito como primordial uma segunda chance “a vida”!

À professora e orientadora Ana Louise de Carvalho Fiúza por toda paciência e ensinamentos transmitidos neste período de mestrado. De todas as valiosas contribuições me ensinou amar a pesquisa e encarar este trabalho com seriedade. Na ciência você é uma inspiração pra mim. De uma sensibilidade fora do normal, virtude rara na academia. Para além de tudo, não tens ideia do quão o seu apoio e conselhos foi importante para que eu pudesse alcançar o doutorado. Obrigado por acreditar na minha capacidade, mais do eu mesmo acreditei.

Pelo apoio financeiro, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) que viabilizou a realização dessa pesquisa. Agradeço também ao Departamento de Economia Rural e ao curso de Pós-graduação em Extensão Rural pelo apoio em infraestrutura.

Os agradecimentos se estendem a todos os professores pelos ensinamentos transmitidos. Em especial tenho muito que agradecer a dois professores (que inclusive compuseram a Banca):

Ao professor Fabrício, do Departamento de Ciências Sociais (UFV), principal contribuidor para minha formação na teoria dos movimentos sociais. Mais do que isso, com uma humildade incrível, se tornou um grande amigo, com conselhos e incentivos que influenciaram em muito na minha escolha de doutoramento.

Ao professor Marcelo Romarco, do Departamento de Economia Rural (UFV). Responsável por TODA minha formação acadêmica foi também um pai. Jamais vou esquecer o que fez por mim e estas mais de 150 páginas não caberia toda minha gratidão. Tantos conselhos, orientações, ensinamentos, projetos, artigos... Enfim, uma relação construída sem adjetivos suficientes.

À Tainara pela ajuda com o projeto de Iniciação Científica e sua coragem em me acompanhar no trabalho de campo.

Ao Grupo de Estudos Rurais: Agricultura e Ruralidades (GERAR), por me proporcionar um ambiente de aprendizado enriquecedor, pela convivência fraterna, por tantos momentos de alegrias e brincadeiras. Em especial a minha irmã de orientação Livia que por tantas vezes compartilhamos nossas angústias.

À minha companheira de temática no GERAR: Edna. Obrigado por todas as leituras e conselhos. Por muitas vezes deixou seus afazeres acadêmicos em prol de minha dissertação.

Aos colegas da turma de Mestrado em Extensão Rural de 2013, pelo apoio, troca de experiências, aprendizado e exemplo.

Ao Núcleo de Assessorias às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) por mostrar as maravilhas e a complexidade de minha profissão. Trocaria todos os meus diplomas por outra experiência como essa.

Por falar em trabalho de campo, agradeço a todos os atingidos que participaram dessa pesquisa. Muitos foram os que deixaram seus afazeres pessoais simplesmente para ajudar. Cada lembrança, cada história, cada sorriso, cada lágrima, cada cafezinho e almoço oferecido, enfim, cada momento que ficará para sempre guardado em minha memória.

À Maria José (Nacab) também estendo meus agradecimentos pela ajuda nos primeiros contatos com as lideranças locais.

Agradeço à minha família pelo amor a mim doado. Em especial, a minha mãe Cida. Obrigado por tudo mãe. Saiba que cada noite sem dormir, cada domingo e feriado trabalhando, tudo por você.

Às minhas amigas do coração Dayane e Cristina por trilhar o 'caminho' ao meu lado. Obrigado pelos conselhos, 'puxões de orelha', pelos trabalhos acadêmicos e profissionais, enfim, por tudo. "Quem tem um amigo tem um tesouro".

Agradeço ao grupo Jovens Seguidores de Cristo (JSC) por ter sido a melhor escola que já frequentei. Os amigos e os momentos que lá vivi vão ficar guardados em meu

coração. Lá conheci de verdade meu tesouro (Deus) mais precioso e na eucaristia encontrei a verdadeira paz que tanto busquei.

Agradeço a Vitória pelo 'companheirismo' em épocas tão difíceis como o mestrado. Embora não saiba me dava forças pra continuar mesmo quando tudo parecia desmoronar.

Aos amigos do forró que foi por muito tempo um lugar de 'refúgio' e descanso. Salve ao VERDADEIRO FORRÓ TRADICIONAL BRASILEIRO!

Por fim a todos as pessoas que de certa forma, nessa longa trajetória da vida, deixam um pouquinho de si em nós.

## **BIOGRAFIA**

Bruno Costa da Fonseca, filho de Antônio de Fátima Fonseca e Maria Aparecida da Fonseca, nasceu em 01 de maio de 1987, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. No ano de 1990 se mudou para a cidade de Viçosa, Minas Gerais. cursou até a 4ª série do ensino fundamental na Escola Estadual Professor Sebastião Lopes de Carvalho. Da 5ª série do ensino fundamental a 8ª série estudou na Escola Municipal Edmundo Lins e do 1º ano do ensino médio ao 3º ano alternou seus estudos entre as escolas Estaduais Doutor Raimundo Alves Torres e Effie Rolfs. No ano de 2009 ingressou no curso de bacharelado em Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa. Durante a graduação foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq na área de reprodução social em reassentamentos e conflitos socioambientais e atuou como monitor do Departamento de Administração/UFV e monitor das disciplinas Contabilidade Aplicada e Desenvolvimento de Comunidades do Departamento de Economia Rural/UFV. Atuou em projetos de extensão com a temática Economia Solidária e organização social contra construção de barragens. Em 2013 iniciou o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, do Departamento de Economia Rural da UFV.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>xi</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b>	<b>xii</b>
<b>RESUMO</b>	<b>xiv</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>xv</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1.1 Objetivos da Pesquisa	2
1.2 Motivação para o estudo	3
1.3 Problema da pesquisa	4
1.4 Hipótese de pesquisa	10
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>11</b>
<b>MARCO TEÓRICO</b>	<b>11</b>
1.1 Teorias clássicas: na esteira da irracionalidade	12
1.2 Teorias contemporâneas: as vertentes norte-americana e europeia	14
1.3 Novas abordagens: reelaborações teóricas	16
1.4 A Concepção relativa à Estrutura de Oportunidades Políticas	19
1.5 Repertório de Ação Coletiva	21
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>35</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>35</b>
2.1 População e amostra	36
2.2 Métodos de coleta de dados	37
2.3 Perfil dos entrevistados e abrangência da pesquisa	39
2.4 Método de análise de dados	43
2.5 Operacionalização das variáveis e o cotejo teórico	43
2.6 Dificuldades e limitações da coleta de dados	44
2.7 Unidade de análise I – Comunidade de Casa Nova	45
2.8 Unidade de análise II – Comunidades do Emboque e Granada	47

<b>CAPÍTULO III</b>	<b>51</b>
PRIVATIZAÇÃO E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	51
3.1 O setor elétrico brasileiro num contexto de privatização	51
3.2 Oportunidades políticas e o contexto de surgimento do MAB	57
3.3 MAB: Emergência e trajetória de atuação	60
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>72</b>
REPERTÓRIOS, ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO E A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NO PROJETO DE RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES DE CASA NOVA, EMBOQUE E GRANADA	72
4.1 A Teologia da Libertação e suas contribuições para o Movimento dos Atingidos por Barragens na Zona da Mata Mineira	72
4.2 Igreja Católica, Movimento dos Atingidos e as estratégias de resistência	75
4.3 O Repertório de Ação Coletiva para os casos de “Emboque e Granada” e “Casa Nova”	84
4.4 Estruturas de mobilizações e relações de solidariedade	103
4.5 Repertórios, Estruturas e mudanças de rotina	105
4.6 A relação da Igreja Católica e as comunidades atingidas por barragens	108
4.7 Estruturas de Mobilização e rotinas coletivas	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>126</b>
APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	126
APÊNDICE 2 – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO	132
<b>ANEXOS</b>	<b>135</b>
ANEXO 1 – CORRENTES TEÓRICAS MAPEADAS PELOS AUTORES	135
ANEXO 2 – BOLETIM “A ENCHENTE DO URUGUAI”	136

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS</b>	<b>40</b>
<b>TABELA 2 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS (CONT.)</b>	<b>41</b>
<b>TABELA 3 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ATINGIDAS PELAS PCHS EMBOQUE E GRANADA</b>	<b>48</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - ANALOGIA MUSICAL	27
<b>FIGURA 2</b> - UNIDADES DE ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA EM COMPARAÇÃO COM O REPERTÓRIO MUSICAL	28
<b>FIGURA 3</b> - OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS	44
<b>FIGURA 4</b> - RECORTE DO BOLETIM “A ENCHENTE DO URUGUAI”	67
<b>FIGURA 5</b> - COMUNIDADE RURAL SE PREPARANDO PARA UMA INTERVENÇÃO	77
<b>FIGURA 6</b> - ROMARIA DOS TRABALHADORES, CAMINHADA DE FÉ	81
<b>FIGURA 7</b> - ROMARIA DOS TRABALHADORES, MÍSTICA COM JOVENS AGRICULTORES	82
<b>FIGURA 8</b> - DELIMITAÇÃO TEMPORAL DO CONFLITO	86
<b>FIGURA 9</b> - PARTE DO CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA PRIMEIRA CAMINHADA DOS ATINGIDOS DA ZONA DA MATA MINEIRA, 1997	94
<b>FIGURA 10</b> - DOCUMENTO QUE REPRODUZ UMA DAS FOTOS DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA, 1997	98
<b>FIGURA 11</b> - AUDIÊNCIA PÚBLICA, PILAR I, 1997	99
<b>FIGURA 12</b> - DIVULGAÇÃO DE ATO NO SITE DO MAB, 2015	101
<b>FIGURA 13</b> - INFORMATIVO INTERNO, CASA NOVA, 1996	102
<b>FIGURA 14</b> - ARTICULAÇÃO DA REDE SOCIAL A PARTIR DA FIGURA DO PROFESSOR FRANKLIN	104
<b>FIGURA 15</b> - COLETIVOS EM REDE NA ZONA DA MATA MINEIRA, MINAS GERAIS	104
<b>FIGURA 16</b> - CRONOLOGIA DAS RESISTÊNCIAS	107
<b>FIGURA 17</b> - DIVULGAÇÃO DO POSICIONAMENTO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA	108
<b>FIGURA 18</b> - DIAGRAMA DE SELEÇÃO DA AMOSTRA E MANIPULAÇÃO DOS CONCEITOS	127

## LISTA DE SIGLAS

PACAB - Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CBA - Companhia Brasileira de Alumínio

GERAR - Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

RIMA - Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente

ACMAP - Associação Comunitária dos Moradores Atingidos por Pilar

UHE – Usina Hidrelétrica de Energia

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

CFLCL-CAT-LEO - Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina

CPT - Comissão Pastoral da Terra

COPAM - Conselho de Política Ambiental

ACOMABAGEM - Associação Comunitária dos Agricultores Familiares Atingidos pelas Barragens de Abre Campo e Emboque

PRE - Programa de Reativação Econômica

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

CEEE - Comissão Estadual de Energia Elétrica

EFE - Empresa Fluminense de Energia

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

FMI – Fundo Monetário Internacional

PND - Programa Nacional de Desestatização

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos

CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Alto Uruguai

FAPES - Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior

CUT - Central Única de Trabalhadores

CNPTAB - Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens

MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira

USP - Universidade Federal de São Paulo

FIAT - Fabbrica Italiana Automobili Torino

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

ONGs – Organizações não Governamentais

UFV – Universidade Federal de Viçosa

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

ASPARPI - Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga

ACMCTR - Associação Comunitária de Casa Nova, Três Tiros e Região

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

PAIS - Produção Agroecológica e Sustentável

## RESUMO

FONSECA, Bruno Costa da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2016. **O Repertório de Ação Coletiva dos atingidos envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata Mineira, na passagem do século XX para o XXI.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Este estudo pretendeu analisar o Repertório de Ação Coletiva de dois grupos de atingidos por barragens na Zona da Mata Mineira: as comunidades rurais envolvidas no caso de Casa Nova (Guaraciaba - MG) – que lutou e barrou o empreendimento - e as comunidades rurais envolvidas no caso de Emboque e Granada (Abre Campo e Raul Soares - MG) – que não obtiveram o mesmo êxito no impedimento da construção dos empreendimentos hidrelétricos João Camilo Penna e Túlio Cordeiro, respectivamente. No que diz respeito a metodologia proposta utilizamos de análise documental e bibliográfica, além do trabalho de campo nas comunidades impactadas com a realização de 35 entrevistas em profundidade. Observou-se neste estudo que os projetos de construção de barragens impuseram tomadas de decisões, que se baseavam em aceitar as mudanças provocadas pelo impacto do empreendimento ou procurar alternativas através da mobilização e da contestação, inserindo-se em processos de Ação Coletiva. Para estes últimos houve uma radicalização em suas rotinas. Tenderam a sair da vida privada para a pública. Ou, numa perspectiva de transformação mais emblemática - com o apoio de grupos externos - transgrediram o papel de pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas, etc., para a categoria de membros do “Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB”. A partir desta inserção, um conjunto de símbolos, atitudes e discursos começaram a compor e modificar suas estratégias de reprodução social. As conclusões do trabalho demonstraram que de um modo geral, o aspecto da resistência - e por consequência, da Ação Coletiva - é fruto de conflitos onde as relações entre opositores são demarcadas por uma forte assimetria de poder. Essa assimetria, por sua vez, tem forte influência sobre as possibilidades e escolhas de Repertórios por parte daqueles que resistem. Estudar um projeto de resistência de um movimento social é também, antes de tudo, verificar que suas ações são uma resposta a uma ação de seu “inimigo”.

## ABSTRACT

FONSECA, Bruno Costa da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2016. **The repertoire of collective action of the affected by dam involved in the conflicts with hydroelectrics in the Zona da Mata Mineira, at the turn of the XX century to the XXI century.** Adviser: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

This study aimed to analyze the Collective Action Repertoire two groups of affected people in the Zona da Mata Mineira: rural communities involved in the case of Casa Nova (Guaraciaba - MG) - which fought and barred the enterprise - and rural communities involved in if Emboque and Granada (Abre Campo and Raul Soares - MG) - which did not achieve the same success in preventing the construction of hydroelectric projects João Camilo Pena and Túlio Cordeiro, respectively. Regarding the proposed methodology used to document and literature review, in addition to field work in communities impacted by conducting 35 in-depth interviews. It was observed in this study that the dam building projects imposed taken decisions that were based on accepting the changes caused by the impact of the project or seek alternatives through mobilization and contestation by entering into collective action processes. For the latter there was a radicalization in their routines. They tended to leave the private life to public. Or, in a more symbolic transformation perspective - with the support of outside groups - transgressed the role of small farmers, riverine, maroon, etc., for the category of members of the "Movement of Dam Affected People - MAB". From this insertion, a set of symbols, attitudes and speeches began to compose and modify their social reproduction strategies. The findings of the study showed that in general, the appearance of resistance - and consequently, the Collective Action - is the result of conflicts where relations between opponents are marked by a strong asymmetry of power. This asymmetry in turn, has a strong influence on the possibilities and repertoires choices by those who resist. Studying a resistance design of a social movement is also, first of all, check that their actions are a response to an action of his "enemy".

## Introdução

Desde a história das sociedades industriais é possível verificar que a materialização de muitos dos anseios e dos desejos do homem moderno perpassa pelo uso da energia elétrica, sendo este um dos fatores chave do processo de desenvolvimento, ou em outras palavras, a produção de energia passa a constituir um elemento crucial para a modernidade culminando em uma pressão para que a geração de energia seja muito forte em diversos setores da sociedade. Não obstante, esta necessidade energética tem acarretado diversos impactos socioambientais para as comunidades atingidas, colocando em risco a reprodução social, econômica, cultural e simbólicas de diversas gerações. Para Acsehrad (2010, p.7) existe um agravante, pois os impactos ambientais e sociais são distribuídos de forma desigual “[...] atingindo mais do que proporcionalmente as populações mais destituídas, de menor renda, populações tradicionais e grupos étnicos”.

No Brasil a construção das Usinas Hidrelétricas de Energia e das Pequenas Centrais Hidrelétricas resultou em mais de 200 mil famílias deslocadas compulsoriamente, as quais dependiam quase que exclusivamente do rio e da terra para sobreviver. Foram inundados, em todo o país, aproximadamente, 34.000 km<sup>2</sup> de terras para a formação de reservatórios (BERMANN, 2007). Dados mais recentes do balanço energético nacional demonstram que em 1970 o potencial hidrelétrico no Brasil era de 79.347 mw. Em 2014 atingiu a potência de 135.983 mw, configurando em um aumento de aproximadamente 15.636 mw em todo o país (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2016). Os deslocamentos compulsórios em função da construção de hidrelétricas têm causado uma ruptura das comunidades rurais com seus antigos modos de vida, comprometendo a reprodução social e econômica das famílias que lá viviam. Este processo, *à priori* denominado de conflito socioambiental coloca em lados opostos grandes empreendedores e comunidades rurais que, via de regra, recebe o apoio dos movimentos sociais, da Igreja Católica, de ONGs, dentre tantos outros atores e grupos sociais. Travam, com efeito, uma luta pelo uso e apropriação dos recursos naturais, ou, em circunstâncias posteriores a construção da barragem, o embate passa para o campo simbólico, pela legitimação de direitos e pela conquista de medidas compensatórias pela perda parcial ou total das terras de outrora.

De um modo mais específico os atingidos envolvidos nestes conflitos se deparam com alguns dilemas, sobretudo no que se refere a implementação dos projetos de barragens em suas comunidades. Os projetos de construção das barragens impõem tomadas de

decisões, que se resumem quase sempre em aceitar e se adaptar as mudanças provocadas pelo impacto ou procurar alternativas através da mobilização e da contestação, inserindo-se em processos de Ação Coletiva. Para estes últimos há uma radicalização em suas rotinas. Tendem a sair da vida privada para a pública. Ou, numa perspectiva de transformação mais emblemática, com o apoio de grupos externos, passam da identificação de pequenos agricultores para a categoria de “Membros do Movimento dos Atingidos por Barragens”. A partir desta inserção, um conjunto de símbolos, atitudes e discursos começam a compor e modificar suas estratégias de reprodução social.

### **1.1 Objetivos da Pesquisa**

Este estudo pretendeu analisar a ação política e social de dois grupos de agricultores, em meados do século XX e início do século XXI. O primeiro grupo de atingidos estudados foi o da comunidade<sup>1</sup> rural de Casa Nova, Guaraciaba - MG, que lutou contra o projeto de instalação da Usina Hidrelétrica Pilar. O segundo grupo de atingidos, por sua vez, vivia nas comunidades de Emboque, localizada no município de Raul Soares - MG e Granada, localizada no município de Abre Campo – MG. Estes travaram o embate contra o projeto de instalação da Pequena Central Hidrelétrica João Camilo Penna e da Pequena Central Hidrelétrica Túlio Cordeiro, respectivamente.

Não se tratou exatamente de um estudo comparativo em seu sentido metodológico e restrito, mas convém ressaltar que, no primeiro caso, o grupo que se mobilizou, resistiu e conseguiu frear, mais de uma vez, a implantação dos projetos hidrelétricos em suas comunidades. Já no caso de Emboque e Granada, por sua vez, o processo de resistência e de mobilização ainda estão em curso nos dias de hoje. A estratégia metodológica de analisar um grupo de atingidos que passou pelo processo de resistência e impediu a construção de uma barragem e de outro grupo que não obteve o mesmo êxito ocorrendo o deslocamento de diversas famílias pôde trazer perspectivas importantes sobre o processo

---

<sup>1</sup>É válido destacar, para o entendimento do leitor, que quando nos referimos às comunidades de Casa Nova, Emboque e Granada estamos na verdade nos reportando ao “caso” dos atingidos pelas hidrelétricas Pilar, João Camilo Penna e Túlio Cordeiro, tendo em vista que popularmente foi assim que ficou conhecido os conflitos aqui referido. Isto é, são várias comunidades envolvidas no “caso”, mas com um projeto de resistência convergente. Estas questões serão esclarecidas ao longo do trabalho.

de mobilização social no campo. De modo particular, este estudo permitiu a compreensão em torno da forma como se constroem os processos de apropriação de estratégias de “Ação Coletiva” por parte dos atingidos, em face da “Estrutura de Oportunidades Políticas” que se estabelece em nível local, na passagem do Séc. XX para o XXI. O estudo considerou, também, como a Igreja Católica atuou neste processo de resistência face aos termos postos pelas empresas construtoras das barragens, bem como qual foi a sua participação e influência na adesão por parte dos atingidos ao Movimento de resistência. Analisou-se, por fim, a herança que estes processos de resistência trouxeram para a organização comunitária hoje. Objetivou-se, ainda, de forma específica:

- ✓ Conhecer a história de resistência à construção de barragens das comunidades de Casa Nova (Guaraciaba - MG), Emboque (Raul Soares - MG) e Granada (Abre Campo - MG) atingidas pelos projetos Pilar, João Camilo Penna e Túlio Cordeiro, respectivamente.
- ✓ Identificar as convergências e as divergências no Repertório de Ação Coletiva dos agricultores envolvidos com o MAB, analisando o “histórico de resistência” das comunidades envolvidas;
- ✓ Analisar a relação da Igreja Católica e outros atores coletivos junto aos agricultores envolvidos no MAB na passagem do século XX para o XXI.
- ✓ Identificar as principais “heranças” que o movimento de resistência deixou e que permanecem nos primeiros anos do século XXI.

## **1.2 Motivação para o estudo**

A motivação para a realização deste trabalho de investigação está relacionada à trajetória acadêmica do pesquisador. Este participou de duas pesquisas de Iniciação Científica referentes a esta temática: “*Mapeando os conflitos socioambientais na bacia do Rio Doce/MG*” e “*Re(construção) e análise dos processos de reprodução social do reassentamento de Novo Soberbo – MG. O ressurgimento de um conflito?!*”. Para além destas atividades, o pesquisador participou do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Pacab) e na ONG Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab). Desta forma, o pesquisador pôde acompanhar diversos conflitos socioambientais na região como o dos atingidos pelas Usinas Hidrelétricas de

Energia Risoleta Neves e Barra do Braúna e pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas de Emboque, Granada e Fumaça. Instigou o pesquisador ainda de modo bastante particular as alianças que os atingidos inseridos no Movimentos dos atingidos por Barragens fazem com outros atores, especificamente a Igreja Católica. Uma Igreja, diga-se de passagem, de viés progressista e marcada pelos pressupostos da Teologia da Libertação<sup>2</sup>, que insere elementos místicos ao contexto de luta e resistência, os quais moldam e influenciam o Repertório de Ação Coletiva das comunidades atingidas.

### **1.3 Problema da pesquisa**

As práticas dos atingidos sejam de confrontação, sejam de conformismo e adaptação à ordem vigente, guardam estreita correspondência com as demandas da vida cotidiana, com o seu estilo de vida e com o processo de constituição de suas identidades coletivas e individuais. Silva (1998) em seu livro “Resistir e adaptar-se – Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal”, se apropria de grandes teorias explicativas para elucidar os tipos de constrangimentos que atingem os pequenos agricultores e como estes, via de regra, se comportam diante do contexto sociopolítico implementado. Basicamente, para este autor, existem quatro modelos específicos que ajudam a explicar o comportamento conservador ou de contestação dos camponeses: o modelo funcionalista; o modelo psicológico, particularmente o da corrente behaviorista; o modelo de poder; e o modelo ou a abordagem materialista-histórica.

O modelo funcionalista teria como pressuposto principal o entendimento das coletividades dos atingidos como parte de um todo fechado, onde as partes se complementam em uma estrutura orgânica, pouco dinâmica. A ação política dos camponeses nestes estudos seria concentrada em certos estereótipos, isto é, estariam baseadas numa espécie de caracteres externos ou seculares, inerentes à natureza humana. Noutros estudos, ainda fortemente influenciado pelo funcionalismo, seriam comumente utilizados os modelos psicológicos, especialmente estudos sobre o behaviorismo. Dessa forma as explicações de revolução camponesas, segundo Silva (1998), estariam baseadas em concepções cognitivas ou numa perspectiva mais pragmática, em variáveis mensuráveis

---

<sup>2</sup> [...] movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas organizações populares do campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (NETO, 2007, p.1).

tais como satisfação-insatisfação, apatia-rebeldia, coragem-angústia, frustração-agressividade.

Outro modelo explicativo sobre a atuação de camponeses consiste nas relações de poder. Nesse sentido, ações de resistência ou de conformismo seriam subjacentes, na arena política, a uma estratégia de poder veemente articulada por atores e grupos sociais. Os camponeses agiriam em sentido estratégico e tático, levando em consideração o que melhor lhes convém. Por último, um conjunto de análises do comportamento do pequeno agricultor estaria pautado na abordagem materialista-histórica, que levariam em conta o contexto econômico e do modo de produção camponês. Este tipo de abordagem, explica em parte a mobilização de agricultores pela orientação econômica, mas não evidencia aspectos políticos em sua análise (SILVA, 1998).

Ressalta-se que estes modelos apresentados acima têm sido historicamente utilizados para entender a ação política de camponeses em todo o mundo. Nesta pesquisa, as ações práticas dos atingidos, sejam elas de contestação e/ou de conformismo, serão analisadas a partir do envolvimento destes nos conflitos socioambientais. Isto, pois, a resistência e organização é um dos desdobramentos dos conflitos e a atuação dos mediadores religiosos junto aos atingidos constituem uma das consequências desse processo. Cabe destacar que o estudo dos conflitos é tão antigo que se confunde com a própria formação das sociedades. Antes mesmo da formação das escolas de pensamento da Grécia Antiga, grandes estrategistas já elaboravam suas teorias pré-militares inerentes às disputas territoriais. Assim, ao longo da história da humanidade diversos campos do conhecimento como a Psicologia Social, a Economia, a Administração, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, contribuíram para a análise dessas formas violentas de conflitos, ou mesmo, para outras formas menos agressivas de embates entre indivíduos, grupos sociais, e até mesmo Estados (BARBANTI JR., 2002; VARGAS, 2007). Émile Durkheim traçava uma perspectiva de conflito como tensões entre o velho e o novo regime, confrontos de interesses sociais ou, ainda, como resultado de normas incoerentes. Já para Karl Marx o conflito se dava entre formas antagônicas como, a luta entre o trabalhador e a burguesia, as forças produtivas e as relações de produção, a infra e superestrutura (COSTA, 2011).

Entretanto, o tipo de conflito aqui mencionado advém de uma sociedade que cada vez mais necessitava dos recursos naturais para manter os padrões de modernidade almejada, herança da Revolução Industrial na Europa, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX.

Deste modo, com intuito de se empenhar na corrida pelo crescimento econômico mundial incorreu um aumento na demanda sobre a construção de grandes projetos de infraestruturas, tais como as usinas hidrelétricas, as hidrovias, as ferrovias, aberturas e pavimentações de estradas, avanço da fronteira agrícola e outros grandes projetos. Com efeito, este processo exigiu a apropriação crescente e a disputa pela água, energia, minérios, combustíveis e grandes espaços territoriais. A partir de 1950 o mundo começou a passar por uma drástica crise ambiental, decorrência dos projetos desenvolvimentista dos países do primeiro mundo, tendo reflexos e dimensões globais, resultando, ademais, em uma articulação entre a sociedade civil organizada, os meios de comunicação e governadores de diversos países, que resultou na conferência de Estocolmo, mais tarde. Então, estes acontecimentos, trouxeram um enfoque sociológico à questão ambiental contribuindo para a discussão de conflitos entre grupos sociais acerca dos recursos naturais. Temos então o contexto necessário para o surgimento do conceito de conflitos socioambientais (MUNIZ, 2009).

Segundo Little (2004, p.1) os conflitos socioambientais consistem em “[...] embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural.” Ou, em outras palavras, disputa entre grupos e atores sociais sobre a apropriação e gestão dos recursos naturais em um determinado território. Para Laschefski e Costa (2008), os conflitos socioambientais estão pautados na análise dos problemas ambientais no contexto sócio-político focalizando a identificação dos atores sociais e os seus interesses específicos. Destarte, é importante o olhar atento para as representações e significações que os atores sociais envolvidos em movimentos sociais, universidades e organizações têm de suas inserções e expectativas de futuro. Tais significados explicam e esclarecem os conflitos em algumas de suas dimensões. Além de possibilitar o entendimento de interesse e disputas que estão presentes em um território.

Nesse sentido o que importa destacar tanto para os modelos explicativos analisados por Manuel Carlos Silva, quanto para as concepções teóricas dos conflitos socioambientais é que a existência de mediadores religiosos nestes contextos traz elementos novos a problemática do enfrentamento ou do conformismo. De enfrentamento quando a Igreja Católica enquanto instituição progressista na América Latina e no Brasil tem organizado os atingidos de forma associativa para atuarem perante aos grandes conflitos socioambientais. De conformismo quando, a Igreja Católica de viés conservador, como no caso apresentado

por Manuel na Europa, leva os agricultores a uma considerável anuência passiva para com a elite governante salazarista, outrora de regime ditatorial. Em outras palavras pode-se encarar o surgimento dos conflitos socioambientais como uma mudança na Estrutura de Oportunidades Políticas.<sup>3</sup> No caso português, a entrada de um ditador no poder, poderia ser interpretada, como configurando um novo campo de possibilidades para a constituição do Repertório de Ação Coletiva dos agricultores. A partir deste acontecimento outros atores sociais, como a Igreja Católica, também se posicionam frente aos constrangimentos sociopolíticos em curso.

Portanto, para se compreender a atuação dos movimentos eclesiais nos conflitos socioambientais no Brasil deve-se remeter ao Concílio Vaticano II, em 1962-65, que marcou a opção da Igreja pelos pobres na América Latina. Em consonância com o Vaticano II emerge a Teologia da Libertação comprometida, segundo Levy (2009), com o fortalecimento da sociedade civil ao final da Ditadura Militar e durante a década de 80, possibilitando a reunião de milhares de pessoas em organizações sociais, sobretudo no meio rural, com a criação de sindicatos, associações, cooperativas, grupos de ação política, entre outros. Pode-se considerar, que no Brasil, a manifestação mais visível da Teologia da Libertação foi a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A Igreja Católica, nesse período, mobilizou um grande projeto de formação de lideranças, visando a propagação de uma sociedade mais justa e fraterna. Idealizados através das CEBs, os projetos buscavam formar lideranças conscientes, sensíveis para perceber os conflitos sociais, identificar os opressores do povo e construir o “reino de Deus” (KLEIN, 2009).

Historicamente é possível perceber a atuação das CEBs junto aos agricultores em episódios importantes de resistência. Desde 1967 diversas lutas pela terra ocorreram em todo o Brasil. Segundo Levy (2009), no decorrer da década de 90, entretanto, a Igreja Progressista perde força. O autor elenca três motivos principais, que contribuíram gradativamente para esse processo, quais sejam: a) o esforço institucional do Vaticano para findar a Teologia da Libertação; b) a Igreja Progressista se encontrou acuada frente às políticas econômicas neoliberais vigentes; c) o retorno do regime democrático que colocava em cena novos atores, entre os quais, partidos, sindicatos, movimentos sociais e ONGs.

No tocante, particularmente, a Zona da Mata Mineira, que se constitui no lócus de estudo desta pesquisa, a instalação de projetos de barragens e mineração que atingiram as

---

<sup>3</sup> Os conceitos Estrutura de Oportunidade Políticas e Repertório de Ação Coletiva serão apresentados posteriormente a fim de responder o problema proposto.

comunidades rurais da Zona da Mata Mineira fez surgir uma aliança entre atingidos, movimentos sociais e a Igreja Católica. A relação entre a exploração dos “recursos naturais” e as “comunidades rurais impactadas” na região não é um fator novo. O histórico da disputa de grupos sociais pelo acesso e usos dos recursos naturais tem sido marcado por tensões e resistências desde o final dos anos 80. Impulsionado pela grande demanda de energia e pelos pressupostos desenvolvimentistas do Estado, a região passou a ser alvo de explorações, vinculadas, principalmente, à construção das Usinas Hidrelétricas de Energia e das Pequenas Centrais Hidrelétricas, em função da abundância hídrica da região. Por volta dos anos 90 foram projetados 15 empreendimentos de barragens, sendo seis especificamente para a bacia do Rio Doce, na Zona da Mata Mineira<sup>4</sup> (ZHOURI e ROTHMAN, 2008).

Com o surgimento de conflitos relativos a atuação de grandes empreendimentos na região, durante a década de 90, surgiu também a resistência por parte das comunidades, subsidiadas pelos movimentos sociais. Nessa época, quando começou a implantação das Usinas Hidrelétricas na região surgiu o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), apoiado e fomentado pela Arquidiocese de Mariana, demonstrando com isso a importância da Igreja Católica em defesa das comunidades atingidas. O MAB, contou também com a presença de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Minas Gerais, como diversos padres que assessoravam o bispo de Mariana, Dom Luciano<sup>5</sup>, bem como com o apoio de membros da Academia<sup>6</sup>, de líderes das comunidades atingidas, de ambientalistas, entre outros atores, que configuraram a primeira rede de resistência contra os grandes empreendimentos na região (OLIVEIRA, 2005).

Além dos empreendimentos hidrelétricos o território da Zona da Mata Mineira vem sendo marcado pela disputa pelo minério. Segundo Rothman (2008) há informações que apontam para as primeiras sondagens de mineração na Zona da Mata Mineira em 1982. Na

---

<sup>4</sup> Atualmente, de acordo com o Governo de Minas Gerais, através do Programa de Geração Hidrelétrica em Minas Gerais (PGHMG 2007-2027), está previsto a construção de 45 UHEs e 335 PCHs para o estado até 2030. Especificamente, para as duas bacias que cortam a Zona da Mata Mineira, bacia Rio Doce Rio e bacia Paraíba do Sul e, tem-se projetado 8 UHEs e 159 PCHs que configuram em potencializadores de conflitos futuros. Para o Estado essas obras fariam parte do segmento da infraestrutura econômica do país, capital físico, a ser investido no território mineiro com repercussões benéficas para o desenvolvimento econômico e social das regiões implantadas (FONSECA; OLIVEIRA e SOUSA, 2011, 2012).

<sup>5</sup> Um dos padres mais influentes foi o Padre Claret, liberado pela Arquidiocese para os trabalhos junto aos atingidos.

<sup>6</sup> Dentre eles, o professor Rothman e mais quatro professores da Universidade Federal de Viçosa.

segunda metade da década de 80, empresas transnacionais realizou um inventário com lugares passíveis de barramentos na bacia do Rio Doce, ou seja, um mapeamento sobre locais futuros para a construção de Usinas Hidrelétricas de Energia e de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Nesse sentido, duas décadas depois, a ONG Iracambi constatou a ação da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que é parte do Grupo Votorantin no que tange a exploração de Bauxita na Serra do Brigadeiro, onde segundo denunciantes, todo o processo de apropriação teria sido feito em completo segredo (ROTHMAN, 2008).

Assim, percebe-se uma trajetória dos movimentos sociais, desde a década de 80 na Zona da Mata Mineira. Interessa nesta pesquisa analisar a forma como vem se estabelecendo a relação entre os atingidos, os movimentos sociais e a Igreja Católica, particularmente nestes primeiros anos do séc. XXI, quando a força das diretrizes neoliberais, vem incidindo pesadamente, inclusive, sobre os movimentos sociais. No contexto influenciado pela Teologia da Libertação o Repertório de Ação Coletiva, que se materializou na década anterior era composto pela organização de movimentos de base; pelos grupos de reflexão; pelos fóruns de discussão; por mobilizações para a eleição, abrangendo a atuação política de padres e leigos envolvidos com a Igreja; por caminhadas, acampamentos e marchas espirituais, etc. Estas estratégias criaram, concomitantemente, o terreno necessário para o surgimento de novas lideranças – leigos, principalmente, que compunham a “Estrutura de Mobilização” que engendrava as Ações Coletivas no campo. Contudo, várias destas práticas e formas de organização e de Ação Coletiva se esvaziaram. Isto poderia ser tomado como uma forma de adaptação e acomodação? Quais os atuais mecanismos de mobilização utilizados pelos mediadores junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens nas comunidades rurais de Casa Nova, Emboque e Granada, localizadas na Zona da Mata Mineira? Qual a interpretação que os atingidos fazem da sua participação nestes movimentos? Quais as consequências que o processo de resistência trouxe para a organização comunitária, pós século XXI?

#### **1.4 Hipótese de pesquisa**

Diante das primeiras incursões teóricas e analisando o contexto sociopolítico atual formulamos três hipóteses passíveis de ratificação total ou parcial. A formulação pretende contribuir com outros trabalhos de mesma orientação temática, possibilitando com isso uma comparação dos principais resultados neste trabalho travando o diálogo com outros pesquisadores.

H1 – O “*Repertório de Ação Coletiva*” dos pequenos agricultores perdeu seu viés de resistência e se adaptou a “*Estrutura de Oportunidades Políticas*” que se estabeleceu no contexto socioeconômico dos primeiros anos do Séc. XXI.

H2 – Nas localidades onde há a atuação da Igreja Católica Progressista o “*Repertório de Ação Coletiva*” dos agricultores envolvidos no Movimento dos Atingidos por Barragens mantém o seu viés de resistência.

H3 – As “*Estruturas de Mobilização*” construídas ainda na década de 90, cujas práticas se voltam para resistência a construção de barragens conseguem sobrepor os valores da coletividade aos interesses individuais dos agricultores.

# Capítulo I

## Marco Teórico

Do ponto de vista teórico são diversas as abordagens que tentam dar conta das temáticas relativas aos “movimentos sociais” e à “Ação Coletiva”. As mobilizações grupais têm sido bastante recorrentes na Era da Sociedade da Informação, em todo o mundo. Disciplinas como a sociologia, a antropologia, a psicologia, a ciência política, entre tantas outras, elaboram e (re)elaboram conceitos acerca da *práxis* dos estudos de agrupamentos coletivos. Apresenta-se, a seguir, as principais contribuições teóricas<sup>7</sup> mediante o estado da arte referente a temas que tangenciam as análises de movimentos sociais, sobretudo, aqueles que permitem entender os processos de mediação<sup>8</sup> e mobilização contra as barragens no campo. Ressalta-se que as correntes e contribuições teóricas apresentadas aqui não conseguem, e nem pretendem, esgotar todo o universo literário sobre o tema. O intuito é apresentar algumas vias teóricas existentes sobre o tema dos movimentos sociais e apresentar a justificativa para o marco teórico que foi utilizado na elaboração desta pesquisa. Ademais, alerta-se para o fato de que as correntes teóricas aqui apresentadas não são opostas umas às outras, pelo contrário, possuem características complementares, embora com enfoques distintos, o que nos permitiu, com efeito, estabelecer as bases teóricas para o trabalho.

---

<sup>7</sup> No item “anexos” deste trabalho pode ser visto uma epítome gráfica do Estado da Arte realizada pelos autores.

<sup>8</sup> “O conceito de mediação procede principalmente de duas vertentes filosóficas: a idealista, de origem cristã, e a hegeliana, bem como a tradição marxista. Tais vertentes são, obviamente distintas, a primeira ligando-se sobretudo à herança teológica (mediação do Cristo entre Deus e o mundo; mediação dos santos entre os pecadores e Deus) e, em seguida, tomando-se corrente no existencialismo, e a segunda, numa preocupação específica de explicar os vínculos dialéticos entre categorias separadas. Ambas as orientações, contudo, às vezes se tocam, como parece ser o caso do quase insuperável problema do dualismo, que o conceito implica. O significado mais corrente de mediação vincula-se à ideia do intermediário” (SIGNATES, 1998, p. 37).

## 1.1 Teorias clássicas: na esteira da irracionalidade

Outrora, as análises que tentavam compreender os movimentos sociais antes de 1960-70 se pautavam, principalmente, nas teorias clássicas marxistas e funcionalistas. As mobilizações coletivas, nessa época, eram concebidas como irracionais, produto de uma frustração individual ou, como destaca Melucci (1989, p. 50), a “[...] ação coletiva era tratada ou como um feito de crises estruturais ou contradições, ou como uma expressão de crenças e orientações compartilhadas”. Destacavam-se, de acordo com o sociólogo francês Alain Touraine, os movimentos sociais baseados nos conflitos produtivos, realizados pela organização e ação dos trabalhadores em sindicatos. O movimento operário era o ator principal inserido nos conflitos que se desenvolviam com o avanço da Revolução Industrial Europeia. Em suma, as análises teóricas, neste contexto, priorizavam as lutas de classes tendo como parâmetro os processos macroestruturais. Neste bojo de concepções, anteriores a 1960-70, a socióloga Maria da Glória Gohn (1997) destaca em seus estudos cinco correntes atinentes às teorias clássicas sobre os movimentos sociais: 1) a Escola de Chicago; 2) as teorias de massa; 3) a abordagem sociopolítica; 4) o comportamento coletivo sobre a ótica do funcionalismo; e 5) as teorias organizacionais-comportamentalistas:

Os estudos da Escola de Chicago durante quarenta anos (1910-1950) exerceu forte influência sobre a sociologia, segundo Gohn (1997). Tinha como objetivo principal de estudo a interação entre o indivíduo e a sociedade, assumindo que o primeiro era dotado de criatividade, passível de uma análise psicossocial – comportamentos e reações humanas. Em verdade, a importância dos postulados da Escola de Chicago para entender as mobilizações sociais da época se daria especialmente pela concepção de mudança social, que passava, por consequência, pela perspectiva de reforma social. Entretanto, a reforma social profícua só aconteceria com a presença de um líder, que através de seus exemplos de vida agregaria outros sujeitos de forma solidária, possibilitando a transformação social.

Nesse sentido, a Escola de Chicago remeteria os seus pressupostos acerca do efeito da mudança social a dois pontos básicos: a educação e a criação de instituições. A educação informal seria a grande responsável por dar subsídios para que os atores e grupos sociais sobrevivessem aos conflitos e crises nas grandes cidades. Assim, os movimentos sociais seriam fruto de comportamentos coletivos conflituosos, sobretudo, aqueles originados das multidões. Os líderes então exerceriam o papel de apaziguadores dos conflitos, ou seja, não sendo os responsáveis pelo surgimento das Ações Coletivas. Em

outras palavras, o líder tinha como objetivo criar instituições sociais para equacionar as demandas populacionais e com isso dissolver as mobilizações sociais.

Dentre as teorias clássicas, o interacionismo simbólico de Hebert Blumer oferece importantes contribuições para a compreensão sobre as motivações para participar em ações coletivas. As suas contribuições teóricas desenvolvidas entre as décadas de 20 e 30 – posteriormente retomadas nos anos 90 – trazem elementos advindos, principalmente, da psicologia social. Para essa vertente de análise:

A explicação blumeriana dos movimentos sociais está ligada a uma teoria do comportamento coletivo geral direcionado à mudança ou à intervenção social, que adquire, no curso de sua evolução, um caráter societário, passando a merecer o atributo de movimento social. No entanto, Blumer distingue três tipos de movimentos sociais: gerais, específicos e expressivos. Na trajetória de todos, está o estado de inquietude social na origem, a progressiva transformação cultural de valores e a crescente organização. No tipo geral, identificamos algumas tendências culturais na história contemporânea, como a valorização da educação e o cuidado com as crianças, que acarretam novas concepções do *self* aos agentes sociais, que passam a adquirir novas disposições e interesses e a terem suas condutas orientadas em certo sentido. Quando ocorre uma cristalização desses motivos para insatisfação e uma reorientação do *self* diante de novos anseios e desejos, focalizando e objetivando esse tipo de motivação, estamos diante das condições para a emergência de um movimento social específico, caracterizado pelo desenvolvimento de uma liderança reconhecida e de um modo de afiliação que envolve a consciência do coletivo (*we-consciousness*), articulada por um conjunto de regras e valores, além de um corpo geral de expectativas. Pode-se dizer que, no nível de movimento social, a ação coletiva toma o lugar do comportamento coletivo (NUNES, 2013, p.2).

Já dentre os estudos de massa os comportamentos coletivos são analisados sob a égide da anomalia e das condições estruturais de carências e privações. Defende-se que os grupos sociais que possuem seus direitos e identidades violadas caminham para episódios de revolução (McADAM, TARROW, TILLY, 2009). São formas predominantemente irracionais de ação dos grupos coletivos. Para boa parte dos teóricos da época, os movimentos sociais foram analisados como movimentos revolucionários, ou em outros dizeres, as mobilizações de massa eram vistas como visando a tomada de poder de um Estado antagônico (ALEXANDER, 1998). Segundo Gohn (1997, p. 39) também Heberle não se diferenciou muito dos teóricos anteriores, ao afirmar que “Os movimentos seriam sintomas de descontentamento dos indivíduos com a ordem social vigente e seus objetivos principais seriam mudança dessa ordem social”.

Em contrapartida, a teoria parsoniana trouxe para a discussão elementos como as normas, os papéis, a estrutura, a função-equilíbrio e a diferenciação estrutural. Este conjunto de fatores resultaria na Teoria do Sistema Social. A aplicação dessa teoria aos movimentos sociais defendia que estes expressariam um cenário de irracionalidade em oposição a ordem racional vigente. Isto é, em sociedades bem integradas e estáveis, com poucas tensões sociais haveria um menor número de movimentos sociais, ou, em outras palavras, este fenômeno seria típico de sociedades desorganizadas (GOHN, 1997). O funcionamento da sociedade e a ideia de estratificação social é a matriz de análise desta corrente. Neil Smelser foi o principal propagador das concepções teóricas de Frederick Parsons. Segundo Gohn (1997), Smelser afirma que os movimentos sociais são munidos de ações irracionais, de respostas cognitivas inadequadas para as tensões estruturais decorrentes da modernização. Assim, a abordagem Funcionalista tem como pressuposto fundamental o funcionamento de novas crenças e como estas interferem no comportamento coletivo.

Por fim, Gohn (1997) se refere às teorias organizacionais comportamentalistas. Essa teoria, pouco solidificada na época, não criou de fato uma perspectiva específica sobre os movimentos sociais. No entanto, possui trabalhos importantes para o entendimento dos movimentos sociais. Baseado nos estudos de Max Weber sobre a burocracia tentou entender comportamentos coletivos agrupados em organizações. As teorias organizacionais comportamentais foram importantes para a transição das teorias clássicas para a Teoria de Mobilização de Recursos nos Estados Unidos, posterior a década de 60.

## **1.2 Teorias contemporâneas: as vertentes norte-americana e europeia**

Não obstante às teorias clássicas supracitadas, o filósofo alemão Jürgen Habermas aponta em seus estudos que os conflitos derivados da relação capital-trabalho, típica do século XIX foi freado pelo Estado. Este passou a assumir um novo papel na sociedade pós-industrial, tendo como tarefa primordial a regulação da produção e do mercado (GOSS e PRUDENCIO, 2004; ALONSO, 2009). Neste sentido, Melucci (1989) destaca que:

Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual. Os conflitos revelam uma mudança maior na estrutura dos sistemas complexos e novas contradições aparecem, afetando sua lógica fundamental. Por um lado, sistemas altamente diferenciados produzem cada vez mais e distribuem recursos pela individualização, pela autorealização, por uma

construção autônoma das identidades pessoais e coletivas (MELUCCI, 1989, p. 58).

A partir de então surgem três novas concepções, baseadas na racionalidade e, por consequência, em contraposição a irracionalidade das teorias anteriores: 1) a Teoria da Mobilização de Recursos; 2) a Teoria do Processo Político e 3) a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A Teoria da Mobilização de Recursos, de origem norte-americana, procurou entender os movimentos sociais a partir da interação entre a disponibilidade de recursos e as estruturas disponíveis para atuarem em uma organização formal. Um dos principais divulgadores e teóricos dessa corrente foi Mancur Olson, que teve como principal inovação relacionar os movimentos sociais aos grupos de interesse. Isto é, a prática coletiva se daria segundo o interesse de possíveis ganhos e benefícios, feitos sob o cálculo extremamente racional dos indivíduos e grupos sociais, que implicaria em decisões políticas, morais e econômicas para os seus participantes (JUNIOR, 2007). Em outras palavras a Teoria da Mobilização de Recursos deu ênfase à racionalidade e à organização, negando as concepções estritamente ideológicas.

A segunda teoria, do Processo Político, por sua vez, embora surgida também entre os teóricos norte-americanos voltava-se para a análise de casos europeus. Destaca-se, nela, como fator preponderante o enquadramento macro histórico, que refuta a economia como chave explicativa dos movimentos sociais, pois enfoca elementos como a política e a cultura na explicação dos fenômenos. Enquanto a Teoria da Mobilização de Recursos priorizava os recursos materiais disponíveis para os ativistas individuais, a Teoria do Processo Político enfatiza as estruturas de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que rege as possibilidades de escolha dos grupos sociais entre um conjunto de cursos de ação (ALONSO, 2009).

Com conceitos como “solidariedade” e “*catnet*”, a teoria explica que para a efetiva mobilização coletiva é preciso que haja uma coordenação que depende da solidariedade do grupo, que é, por sua vez, fruto de uma articulação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e da densidade das redes interpessoais que unem os membros entre si. Entretanto, os conceitos chefes da Teoria estão em “Estrutura de Oportunidade Políticas”, “Estrutura de Mobilização” e “Repertório de Ação Coletiva”<sup>9</sup>. Os dois primeiros sugerem que existem mudanças macroestruturais que facilitam o surgimento, a manutenção ou o

---

<sup>9</sup> Estes conceitos serão tratados com mais detalhes posteriormente.

afastamento [dissolução] dos movimentos sociais e que, a inserção nestes contextos, permite que os grupos se apropriem de determinados recursos formais e informais para realizar as ações, tais como organizações civis e redes sociais, respectivamente. Quanto aos Repertórios dizem respeito a um conjunto de estratégias limitadas que um grupo possui ao longo de percurso histórico. Dessa forma, a Teoria do Processo Político adicionava elementos da cultura às explicações de Ações Coletivas (ALONSO, 2009).

Tanto a “Teoria da Mobilização de Recursos”, quanto a “Teoria dos Processos Políticos” não estavam salvas das críticas da época. Através das contribuições de teóricos como Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci configurou-se a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Seu grande objetivo era compreender as demandas da vida cotidiana com um viés simbólico, voltando-se para o âmbito do reconhecimento de “Identidades Coletivas” ou de “estilo de vida”. De modo peculiar, suas interpretações não tinham como alvo o Estado, mas os setores da Sociedade Civil. Em síntese, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais deu prioridade aos elementos simbólicos e cognitivos, rejeitando ou dando menor destaque aos aspectos do ambiente político, ou aqueles relativos aos interesses e aos recursos inerentes à prática da Ação Coletiva (ALONSO, 2009).

### **1.3 Novas abordagens: reelaborações teóricas**

No século XXI, os ataques terroristas realizados por organizações religiosas, bem como o uso dos protestos em redes sociais, entre outras manifestações, marcaram mudanças substanciais, inclusive no próprio conceito de movimentos sociais. Houve uma passagem do ativismo nacional para o global. Algumas linhas de estudos optaram por substituir o conceito de “movimentos sociais” pelo de “sociedade civil global”, ou de “política de conflito” para “confronto político” ou ainda pela noção de redes de ativistas (ABERS e BÜLOW, 2011). A incorporação do termo sociedade civil foi derivada da Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A principal mudança seria o debate sobre participação social e democracia deliberativa, havendo, por consequência, uma mudança nos estudos, focados a partir de então nas arenas públicas, sobressaindo o debate sobre a definição de “boa vida”. Quanto à Teoria do Processo Político passou por uma releitura visando, sobretudo, a compreensão do terrorismo. Os principais estudiosos dessa corrente elaboraram uma agenda de estudo baseada nos *Contentions Politics* [Confronto Político] e os movimentos sociais se tornaram apenas um dos tipos de investigação, além das guerrilhas, partidos, nacionalismo, terrorismo, revoluções, entre outras temáticas. A intenção maior foi ampliar o

campo empírico, possibilitando o acompanhamento de conflitos políticos em geral. Por um lado, os teóricos da Sociedade Civil Global acusavam os defensores da *Contentious Politics* de apenas transpor velhos conceitos demasiadamente estruturalistas, subestimando elementos da cultura. Por outro, os teóricos da *Contentious Politics* criticavam os teóricos da Sociedade Civil por subdimensionar os interesses e a organização, privilegiando o conceito de Sociedade Civil Global, inevitavelmente vago (ALONSO, 2009).

Em outra via teórica, originada na década de 90, mas que teve sua consolidação no século XXI, está às análises de redes. Outrora, indivíduos e coletivos sociais se encontravam dispersos e isolados, passando agora serem percebidos como organizando-se em redes de solidariedades, contemplados por identidades comuns. Nesse sentido, o ativismo global agora seria possível através das tecnologias da informação e comunicação, que romperam com barreiras físicas e espaciais. Tais redes, que reúnem centenas de grupos sociais exercem crescente influência simbólica na responsabilidade política a nível mundial [*accountability*]. Como características principais das redes temos o voluntariado, a reciprocidade e os modelos de organização e coordenação horizontais (MACHADO, 2007).

Na avaliação dos estudos sobre redes Scherer-Warren (1995) retrata três usos comuns para as análises utilizando redes no século XXI: metodológico, conceitual e operacional. A autora ressalta nesse aspecto que, a perspectiva metodológica como um instrumento para a organização dos dados e análise não pode ser dissociada da teoria substantiva, ou seja, o método tem que ser escolhido a partir de um problema substantivo e, por outro lado, a teoria tem que ser validada empiricamente. A utilização operacional<sup>10</sup> de redes se daria, sobretudo, por parte dos atores coletivos e movimentos sociais, no qual o conceito de redes é colocado de forma propositiva, ou seja, como uma estratégia de Ação Coletiva e é, concomitantemente, considerado uma nova forma de ação e organização – enquanto rede.

No geral, os estudos das últimas duas décadas e meia incorporaram de forma mais acentuada facetas culturais e saíram do nacional para o global ao considerarem as influências advindas das tecnologias da informação e comunicação. Pode-se, enfim, sintetizar as principais características e formas de atuação dos movimentos sociais na atualidade, considerando-se as produções de Anthony Giddens, Manuel Castells, Alberto Melucci e outros (MACHADO, 2007):

---

<sup>10</sup> A autora ainda apresenta, como conceito operacional, a ideia de rede técnica que pouco contribui para o trabalho em voga.

- I. Proliferação e ramificação dos coletivos sociais: devido às novas tecnologias da informação os movimentos sociais se alargam e multiplicam de forma extremamente rápida;
- II. Horizontalidade e flexibilidade das redes: os movimentos assumem cada vez mais formas descentralizadas, não hierárquicas, enaltecendo, com efeito, formas horizontais de organização;
- III. Existência dinâmica, segundo objetivos ou fatos: conforme os objetivos de um grupo o movimento pode expandir, dar origem a outros grupos, incorporar novas formas de ação, desaparecer e reaparecer rapidamente;
- IV. Minimalismo organizacional-material: sede física se tornou praticamente dispensável, além de outros instrumentos de comunicação, tais como fax, telefone ou endereço postal, incidindo em baixo custo operacional;
- V. Universalismo e particularismo das causas: os objetivos de um movimento social podem atender causas de grupos pequenos, mas que de certa forma podem estar ligados a objetivos universais como desenvolvimento sustentável, direitos humanos, racismo, democracia, liberdade de expressão, etc;
- VI. Grande poder de articulação e eficiência: ocorrem Ações Coletivas em diversos lugares do mundo com junção de grupos de manifestantes dispersos;
- VII. Estratégias deslocalizadas com ideologias compartilhadas: separados por espaços geográficos, os movimentos sociais buscam compartilhar identidades, objetivos, ideologias e visões de mundo;
- VIII. Multiplicidade de identidades / circulação de militantes: um mesmo militante pode participar de vários coletivos sociais ou redes de ações.

A partir do mapeamento teórico relativo aos processos de “Ação Coletiva” este estudo coaduna-se às concepções e categorias teóricas presentes na Teoria do Processo Político, com passos cuidadosos ao encontro da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, particularmente, no que se refere ao enfoque cultural. As releituras teóricas das duas últimas décadas, assim como as orientações analíticas da Teoria da Mobilização de Recursos à

priori não são compatíveis com a delimitação do problema a ser investigado nessa pesquisa. Destarte, o presente estudo buscará contribuir para o aprimoramento da capacidade explicativa dos conceitos de “*Repertorio de Ação Coletiva*” de Charles Tilly, bem como nos de “*Estrutura de Oportunidades Políticas*” e de “*Estrutura de Mobilizações*” pela sua aplicabilidade metodológica, tendo em vista o fenômeno estudado.

#### **1.4 A Concepção relativa à Estrutura de Oportunidades Políticas**

Um dos principais divulgadores do conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas como elemento facilitador ou repressor dos protestos políticos está nos estudos do sociólogo e cientista político americano Sidney Tarrow. Este autor é enfático ao criticar o fato de que para muitos estudiosos o confronto político é fruto de privações sofridas por sujeitos em uma sociedade em desorganização. A análise histórica do surgimento de organizações populares nos remeteria para além da expressão de mentalidades de multidão, da anomia e da privação de bens ou recursos, isto é, haveria um conjunto de acontecimentos políticos que variam no tempo e no espaço que dariam diferentes níveis e tipos de oportunidades nos quais os sujeitos se deparam, escolhendo agir coletivamente em prol de sua liberdade de ação e contra ameaças de seus interesses.

Em outras palavras, para Tarrow, o confronto está para além de fatores econômicos e sociais experimentados pelas pessoas. As mobilizações coletivas aumentam quando os indivíduos conseguem recursos externos para escaparem da submissão e encontram, outrossim, oportunidades para usá-los. As mobilizações aumentam também quando os sujeitos se sentem ameaçados por custos que ofendem seus sentidos de justiça. Tarrow salienta, no entanto, que as oportunidades políticas devem ser concebidas com elementos estruturais mais estáveis, tais como a força ou fraqueza dos Estados, a capacidade de repressão, deslocamento de uma administração centralizada para uma mais descentralizada (ou o contrário), etc. “A ideia central é muito simples: quando as estruturas de oportunidade política reduzem os custos da participação, haverá mobilização social” (RENNÓ, 2003, p. 75).

Em seu famoso livro “O poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos”, Tarrow (2009) traduz um exemplo claro de quando as oportunidades políticas criam as bases para mobilizações coletivas em alguns países, mas em outros, restringe, mesmo que diante de condições macropolíticas parecidas. Nos anos 30 o mundo passava

por uma drástica crise econômica resultando em um grande contingente de desemprego em massa em diversos países. Para Tarrow o provável é que haveria uma diminuição do confronto político, tendo em vista que a crise (e suas consequências) impactaria diretamente os trabalhadores que se mobilizassem contra o sistema da época. Não obstante, em alguns países ocidentais aconteceram greves por parte dos trabalhadores industriais, ocorreram diversas ocupações em fábricas para contestar às demissões e as reduções dos pagamentos ao passo que em outros países tais reivindicações não aconteceram. A explicação, para Tarrow, estaria na Estrutura de Oportunidades Políticas que se formou de maneira diferente nos países.

Por exemplo: como explicar o aumento da insurgência industrial de trabalhadores na França e nos Estados Unidos em contraposição a estagnação dos trabalhadores na Alemanha e na Inglaterra? Para Tarrow (2009) a explicação estaria nas oportunidades e restrições que atingiram as diferentes classes nestes países. Na França e nos Estados Unidos, em decorrência do *Popular Front* francês e do *New Deal* americano, os populares se sentiam encorajados a reivindicar mesmo diante da crise que incidia sobre os países. “Enquanto os trabalhadores na Inglaterra se enfraqueceram durante a maior parte da depressão e os trabalhadores na Alemanha foram brutalmente reprimidos pelos nazistas, os trabalhadores franceses e americanos reagiram à crise com níveis de confronto nunca vistos” (TARROW, 2009, p.101). As conclusões de Tarrow é de que não foi a intensidade das queixas ou a extensão/limitação dos recursos dos trabalhadores – num contexto, via de regra, parecido em todos os países – que facilitou a emergência das reivindicações, mas uma intersecção entre três grandes dimensões do estado: sua força de atuação, as estratégias predominantes e a capacidade de repressão.

O pensamento de Tarrow nesse sentido propõe uma divisão analítica do conceito em quatro partes, a saber: a) o grau de ampliação ao acesso da oportunidade; b) mudanças nos alinhamentos políticos; c) a presença ou ausência de aliados dentro dos grupos de elite ou de apoio; e eventualmente, d) a capacidade e vontade de repressão por parte do Estado (ROTHMAN, 2002). Algumas dessas categorias serão mais bem evidenciadas ao se apresentar o contexto de surgimento do MAB, enquanto um Movimento de confronto em um contexto de expansão dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil.

## 1.5 Repertório de Ação Coletiva

Recorremos na elaboração do marco teórico desta pesquisa à teoria de Repertório de Ação Coletiva, que teve como precursor o sociólogo e cientista político Charles Tilly. Destaca-se demasiada atenção sobre esse conceito que deu nome a este trabalho, sendo para nós o elemento explicativo principal para entender as mobilizações de comunidades rurais contra grandes projetos de barragens. Com efeito, trazemos uma aplicação prática do Conceito, desenvolvida ao longo da pesquisa, ao qual acreditamos estreitar as ideias de Tilly e reforçar o sentido analítico do conceito.

### 1.5.1 Breve histórico

O sociólogo-político Charles Tilly é um dos grandes nomes da sociologia contemporânea. Foi, além disso, um dos maiores nomes da Teoria do Processo Político tendo em vista as mobilizações coletivas a partir de 1970, que refutava os pressupostos dos estudos predominantes da economia e da psicologia, advindo das teorias clássicas de viés marxista/funcionalista. Os conceitos de “*Estrutura de Oportunidades Políticas*” e de “*Estrutura de Mobilização*”, foram os conceitos chaves da “Teoria do Processo Político” e que deram por muito tempo a sustentação para as análises dessa corrente. Entretanto, para Tilly, ainda faltava um componente, algo que articulasse a faceta cultural aos conflitos. Assim, o autor buscou na historiografia francesa, especificamente na escola dos Annales<sup>11</sup>, subsídios para inserir a cultura nas explicações políticas em foco (ALONSO, 2012).

A Escola dos Annales fazia uso da noção de “*mentalidades*” para compreender as ações dos indivíduos e dos grupos sociais em determinado período histórico. Entretanto, Tilly não digeriu totalmente essa expressão e então, amante da música, pegou emprestado o termo “*repertório*” para designar um conjunto de maneiras possíveis de agir em um determinado período histórico. A partir da relação entre as “*oportunidades*” e as “*ameaças*” existentes, os grupos sociais se viam obrigados a escolher entre o repertório de ações possíveis, tendo como parâmetro a conjuntura sociopolítica em voga. Por exemplo, em um contexto de repressão estatal as revoltas armadas podem ser acionadas como a melhor opção de ação, todavia, em sociedades democráticas, passeatas pacíficas podem atender os anseios sociais (ALONSO, 2012). Em outras palavras, os repertórios seriam um conjunto

---

<sup>11</sup> A escola de Annales, originada na França, ficou conhecida por incorporar métodos das ciências sociais à história.

de ações dos movimentos sociais, fruto de uma expressão da interação histórica e atual dos movimentos que visam determinada mudança. Surgem quando existe uma estrutura de oportunidade propícia que determina também o repertório utilizado pelos atores envolvidos ou quando estes precisam criar novas estratégias que irão compor o repertório (McADAM, TARROW e TILLY, 2009).

Desde 1970 até os dias de hoje o conceito de “Repertório de Ação Coletiva” passou por diversas alterações. Adicionaram-se algumas características, outras sofreram mudanças bruscas ou relativas, mas houve, também, aquelas que foram resgatadas de momentos longínquos da história. O “Repertório de Ação Coletiva” aponta para um conjunto de ações possíveis, que quando repetidas diminuem a sua eficácia instrumental, encorajando a inovação tática. Mas os repertórios podem também encorajar a persistência em vez da mudança. Os repertórios convencionais, usados ao longo dos tempos dentro de um grupo só ganham tal *status* por serem considerados profícuos e, portanto, continuam vigentes apesar das vantagens da inovação (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 25). Em um sentido análogo, na obra “Movimentos Sociais como Política” Tilly (2010) corrobora a dualidade inovar/persistir, especialmente em contextos de mudança das “Estruturas de Oportunidades Políticas”, pois,

[...] a despeito de incessante inovação e variação em pequena escala de um contexto político para outro, os elementos do movimento social desenvolveram-se e difundiram-se conectados como um todo. Nesse sentido, o movimento social tem uma história. A história do movimento social o distingue da história de outras formas políticas, como campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações de força militar, investidas de autoridades públicas e luto coletivo (TILLY, 2010, p.142).

No final da década de 70, Tilly propôs três classificações para as formas de ação coletiva: a primeira seria formas de ação competitivas, que retratavam as rivalidades dentro de um sistema constituído; a segunda seriam as formas de ação reativas, que buscavam uma forma de defender os direitos dos grupos detentores da ação e; por fim, as proativas, que tinham por escopo reivindicar novos direitos demandados pelos grupos. No entanto, devido às duras críticas de estudiosos da época, o próprio Tilly, duas décadas depois, revisou essa tríade analítica. Tilly reiterou que apesar de limitados os repertórios eram, concomitantemente, contingentes, pois poderiam ocorrer variações conforme a sua rigidez ou flexibilidade (BRINGEL, 2012).

A principal crítica veio na década de 90 de um conjunto de teóricos culturalistas que tinham grande peso nas produções sociológicas, sobretudo aqueles ligados a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A crítica se pautava na noção de que o incremento da cultura por Tilly, realizada por meio da concretização do conceito de Repertório de Ação Coletiva era insuficiente, pois suas análises de mobilizações coletivas eram demasiadamente focadas nas dimensões estratégicas, deixando à margem de sua teorização o simbolismo. A reformulação da proposta se deu então com a atualização do conceito, de “Repertório de Ação Coletiva” que derivou o termo “Repertório de Confronto”, e dessa forma, responderia as críticas de que apesar de utilizar de dinâmicas culturais seu conceito não absorvia nenhuma teoria da cultura de fato (ALONSO, 2012).

Posteriormente, o conceito de repertório de Tilly passou a ser um subitem do que o autor chamou de projeto para o estudo do confronto político. Nesse sentido, três linhas inicialmente fariam parte dos estudos sobre confrontos políticos, envolvendo a articulação entre “movimentos sociais, ciclos e revoluções”, a relação entre “identidades coletivas e redes sociais” e a ligação entre “política institucional e ação coletiva”. Os repertórios estariam dentre a primeira linha de estudo, dado que teriam ligação direta com os ciclos de reivindicações:

[...] dentro de um mesmo ciclo, temas, símbolos e inovações táticas de ações individuais e grupais influenciam uns aos outros [...] a interação intensa de um ciclo gera oportunidades e incentivos para inovações que são muito mais raras e mais arriscadas fora destes ciclos. [...] o próprio movimento de um ciclo que vai de uma fase expansiva para uma retração altera as situações estratégicas de todos os participantes, mudando com isso a atratividade relativa de formas diferentes de interação, sem mencionar a proeminência relativa de outros atores como modelos, inimigos, rivais ou aliados. [...] as formas de ação associadas a reuniões de apoio, a obtenção de publicidade ou a pressão de reivindicações tendem a generalizar-se e tornar-se acréscimos de longo prazo aos repertórios de ação coletiva. Aquelas que são associadas de forma repetida e visível a fracassos tendem a desaparecer (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 26).

Dessa forma, deixa claro sua posição de convergência com a sociologia política e deixa de lado, as controvérsias com a sociologia da cultura. A mudança de conceito tira o domínio estruturalista e passa a assimilar o interacionismo simbólico. Nessa perspectiva, o foco a partir de então passa ser a interação entre os atores, sobretudo, os grupos coletivos, em contraposição, as ações isoladas. Como Tilly ressalta nos fragmentos abaixo:

[...] minha primeira formulação pressupunha que um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava

estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados [...] palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995, p.26-30 apud ALONSO, 2012, p.25).

A sofisticação do conceito veio de fato com a adição de “rotinas” à teoria, pois, para o interacionismo simbólico tal expressão é custosa, direcionando a outras como o hábito, a tradição, o costume, a memória, ou seja, a retratos da cultura. Assim, os grupos sociais que estão em posições de confronto, antagônicos por natureza, se valem de um mesmo conjunto de repertório, porém com finalidades distintas e isso confere o sentido da ação (ALONSO, 2012). Por exemplo, um grupo pode usufruir da publicação em jornais locais, com conteúdos que tenham um viés de esquerda ou conservador, dependendo do objetivo da ação.

Posteriormente, na virada do século 21 a influência do interacionismo simbólico aumenta. A sociedade, diante de eventos como o atentado do “11 de setembro”, bem como de diversos protestos religiosos de massa, viu ascender os estudos sobre mobilizações e contramobilizações a nível mundial. Tilly, por sua vez, retoma a noção de “repertório” e incrementa o termo “performance” aos seus estudos. Em outras palavras, “performance” assume o lugar de “rotinas” como unidade fundamental do repertório, intentando conciliar temas afins da sociologia da cultura. Nessa nova fase incorreu, igualmente, grande influência do conceito de *frame* de Erving Goffman. Comparações metafóricas com o jazz e o teatro foram comuns para Tilly, pois, para ele, as mobilizações coletivas compartilham de um roteiro [script], e, não raro, casos particulares improvisam. Existe nesses casos o caráter agrupado, aprendido e a improvisação é um elemento fruto de interações (TILLY, 2006 apud ALONSO, 2012).

Por consequência da acentuação do interacionismo simbólico, uma gama de enunciados comunicativos que compõe o repertório de Tilly e o quadro emissor-mensagem-receptor tradicional da comunicação seriam incapazes de explicar estes novos elementos simbólicos proeminentes das mobilizações sociais em voga. O processo *framing* dariam as bases para entender práticas interpretativas e a maneira construída e contingente dos

significados que orientam mobilizações, tendo em vista que, este conceito de Erving Goffman, faz alusão a existência de quadros interpretativos que simplificam e condensam o "mundo exterior", destacando, codificando e selecionando objetos, situações, acontecimentos, experiências e formas de ações. Isto é, o processo *framing* seria um conjunto de princípios que organizam determinados acontecimentos sociais e a forma como agimos subjetivamente nesses acontecimentos (MEDONÇA e SIMÕES, 2012; NUNES, 2013).

Depois de mais de três décadas de formulações e reformulações do conceito de Repertório de Ação Coletiva, este ainda vem à tona como um importante instrumento de exploração e análise das mobilizações sociais, sejam elas históricas ou atuais. As novas incorporações ao conceito de Repertório ajudam, com efeito, a entender novos processos de mobilizações que absorvem símbolos sofisticados em suas atuações, com uma via cultural bastante influenciadora, apesar de que, em uma entrevista concedida a pesquisadores brasileiros Charles Tilly é contundente ao afirmar: “[...] não descreveria minhas ideias recentes como resultantes da incorporação de dimensões culturais. Diria, em vez disso, que tenho prestado mais atenção às dinâmicas relacionais em suas múltiplas escalas” (ALONSO e GUIMARÃES, 2004).

### **1.5.2 Usos e aplicações**

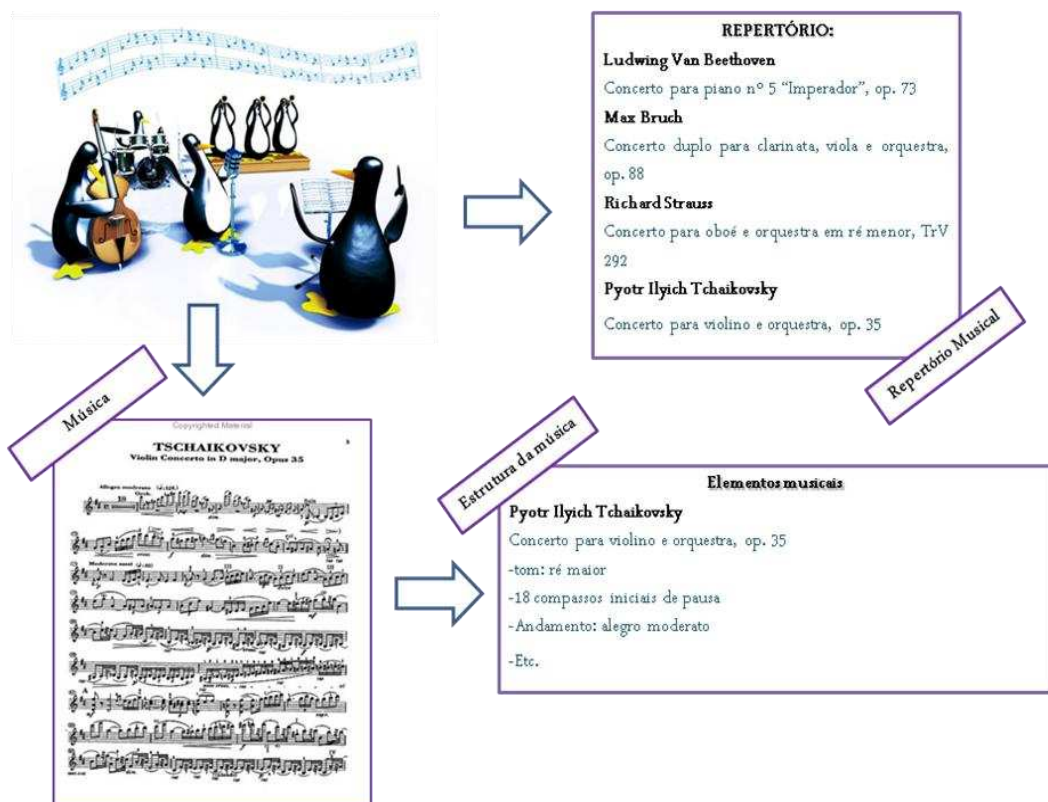
Poderíamos resumir então de forma bastante singular que o Repertório de Ação Coletiva é um conjunto de práticas possíveis a determinados grupos. Em contextos específicos, isto é, um grupo diante da tentativa de alcançar um objetivo específico possui alternativas limitadas para isso, devido a um conjunto de fatores que por muitas vezes estão para além de uma simples decisão organizacional. Sendo assim, em termos de análise prática, como o conceito tem sido utilizado para entender a organização dos atingidos frente à ameaça de grandes projetos hidrelétricos? Parece-nos que a resposta tem ligação com compreensão de unidades básicas de observação que seja menor do que os Repertórios, ou, em outras palavras, esses repertório são composto por quais práticas? Quais são as práticas têm sido utilizadas nesses repertórios?

Voltamos então a analogia inicial com a música, feita por Charles Tilly, ao dar o nome para esse conjunto de práticas de “Repertório”. Ninguém precisa ser um grande musicista para saber que a unidade básica de um repertório são as músicas. Provavelmente

se formos a um show de um grupo de salsa não escutaríamos em seu repertório o k-pop, música tradicionalmente tocada na Coreia. Ainda, mesmo que como participantes do show, pedíssemos para que o grupo tocasse tal estilo não seria possível, devido aos instrumentos disponíveis no momento, ao não conhecimento do idioma coreano, ao público que o grupo de salsa se propõe a atender, dentro diversas outras coisas. Da mesma maneira não é preciso ser um grande entendedor de partituras ou de estruturas musicais para perceber que o “Concerto para violino Op. 35”<sup>12</sup>, escrito pelo compositor russo Tchaikovsky, é extramente mais complexo do que o tema infantil “Brilha Brilha Estrelinha”, conhecida por sua fácil utilização com crianças. Pois bem, é neste ponto que queremos chegar. A música como uma unidade básica do repertório terá um conjunto de estruturas que as diferenciarão entre si, isto é, terá grau de dificuldades diferentes; algumas só poderão ser executadas por uma orquestra extremamente virtuosa; umas serão mais duradoras do que as outras; terão tons e harmonias diferentes. Destarte, são as formas de se tentar compreender essas estruturas (elementos dentro de uma música) que compõe as práticas (as músicas em si) possíveis dentro de um Repertório de Ação Coletiva (repertório musical) que este item quer chegar. Explicitamos em forma de figura a analogia proposta nesta pesquisa para que seja compreensível o modelo analítico desenvolvido neste trabalho.

---

<sup>12</sup> Tchaikovsky é conhecido como um dos compositores mais geniais da música clássica e este concerto, em específico, pode ser ouvido em <<https://www.youtube.com/watch?v=90V4BEJBBt0>>.



**Figura 1 - Analogia musical**  
**Fonte:** Elaborado pelos autores (2016).

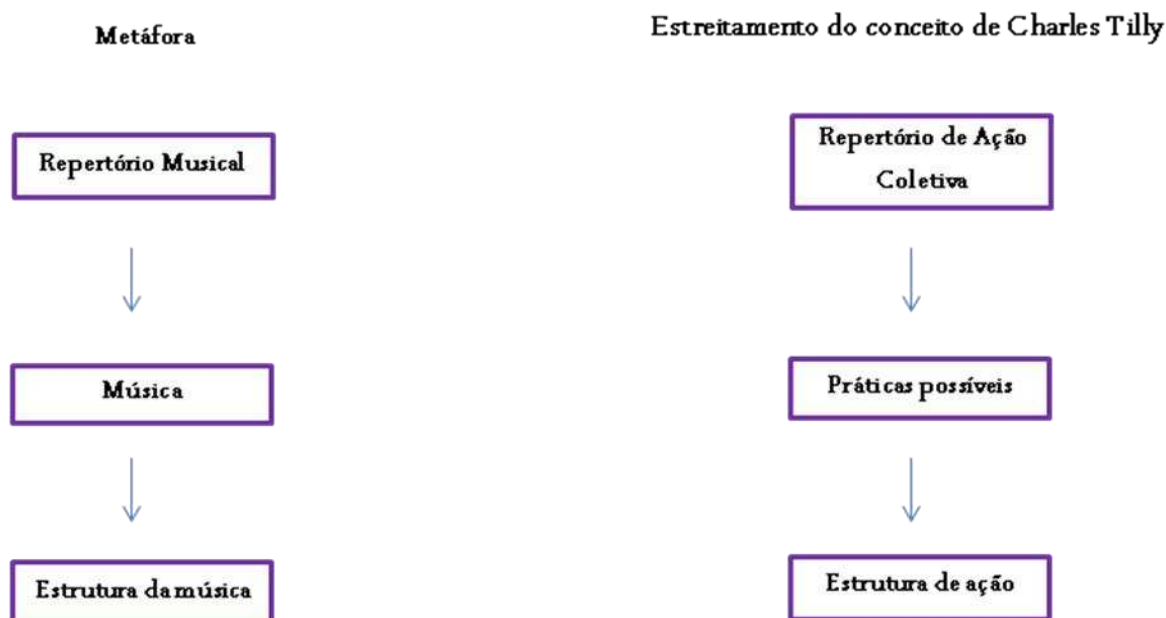
Pela Figura 1 acima a orquestra possui determinadas condições em sua apresentação, dentre as quais um repertório possível que engloba um conjunto de músicas. A música, por sua vez, possui um conjunto de elementos musicais a ser decifrado.

Deixando um pouco as metáforas de lado, Alonso (2012, p.33) apresenta um mapeamento teórico sobre estudos que tentaram expandir o conceito de Repertório de Ação Coletiva, a saber:

Elizabeth Clemens (2003) levou a fronteira empírica do conceito para além das estratégias de ação paraparlamentares, os exemplos tillyanos usuais, e encampou as geradas ou alteradas no interior de organizações sociais, cunhando a noção derivada de repertório institucional. Também Chabot (2000) extrapolou a noção, mudando de escala, para tratar da transferência transnacional de repertórios, mostrando como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos se apropriou do repertório de resistência pacífica criado pelo movimento de independência da Índia. Jackie Smith (2001), estudando o protesto de Seattle, usou a pista tillyana da "adaptação tática", a transposição de formas de ação de repertórios de nível nacional para supranacional, para argumentar que a globalização afeta o uso e altera o repertório de ação coletiva. Do lado das contestações, Traugott (1995) questionou a divisão de Tilly em dois repertórios históricos distintos de

formas de ação, demonstrando a permanência das barricadas francesas na longa duração. Já Stamatov (2010) acusou a exclusão das formas de ação religiosas, eixo do movimento anglo-americano antiescravidão, da fatura do conceito de repertório.

No entanto, a nossa intenção não é o de expandir ou de contestar o conceito, mas de estreitá-lo, dando nomes a um conjunto de elementos a ser considerados dentro do Repertório, reduzindo em unidades de análise que permitem uma facilidade na compreensão e, dessa forma, como pode ser visto na Figura 2, nossa comparação com a música se completa permitindo uma classificação a fim de um estudo sociológico mais detalhado.



**Figura 2** - Unidades de análise do Repertório de Ação Coletiva em comparação com o repertório musical

**Fonte:** Elaborado pelos autores, (2016).

Em suma, o que chamamos de estreitamento do conceito de Charles Tilly, consiste numa subdivisão do Repertório de Ação Coletiva a disposição de certos grupos sociais, intentando uma análise sociológica profícua dos elementos que compõe essas práticas e colocando em uso as convergências e divergências com diversos outros estudos que possuem objetivos de investigação semelhantes. Pois bem, é certo que um músico não irá subir ao palco sem antes analisar a estrutura musical que configurará parte do repertório

daquela apresentação. Ou, caso contrário, ele não entenderá bem o que acontece no show e provavelmente não estará apto a se quer participar.

Entrando na proposta deste estudo as práticas possíveis dentro do Repertório de Ação Coletiva serão divididas em três subgrupos que, a nosso ver, traz elementos interessantes quanto aos tipos de ação coletivas possíveis no contexto de luta contra grandes empreendedores de barragens: técnico-científico, confronto direto e educação-informação. É claro que todo tipo de classificação tipológica está sujeita a enquadramentos que não condizem com a complexidade empírica dos fatos, mas de alguma maneira nos permite lançar mão de algumas inferências conclusivas sobre o fenômeno em curso.

**Técnico-científica:** Este tipo de prática se refere a todo campo de atuação que exige algum conhecimento técnico e que fará parte do Repertório de Ação Coletiva dos grupos de resistência. Quando se trata de comunidades rurais em posição de enfrentamento contra grandes projetos hidrelétricos é preciso ressaltar que este tipo de ação não é possível sem a mediação de outros grupos tais como, ONGs, grupos de extensão universitária, etc., tendo em vista a simplicidade e falta de formação dos agricultores atingidos. A baixa escolaridade e a falta de informação que incidem sobre essas comunidades tem sido o ponto de maior pressão que os empreendedores têm exercido, através de um corpo de especialistas altamente qualificados que projetam tirar proveito e agilizar o processo de construção dos projetos. Possivelmente os dois exemplos que mais ilustram este tipo de atuação estão na esfera jurídica e ambiental, que por vezes, uma vem em complemento da outra. Tendo em vista que os projetos de construção das hidrelétricas num primeiro momento se trata de uma intervenção ambiental as ações tem sido em prol de apontar as inconsistências dos estudos ambientais e expor condicionantes não cumpridas pelo empreendedor enfatizando, por consequência, os impactos sofridos pelas comunidades.

**Confronto Direto:** Este é o tipo de prática mais utilizado e a que causa maiores repercussões dentro do Repertório de Ação Coletiva dos movimentos sociais. O termo confronto direto pode denotar uma forma de ação coletiva demasiadamente enérgica, mas também diz respeito a todas as formas de resistência que requer um contingente de pessoas mobilizadas e dispostas a cumprirem um ato político que visa o impacto direto sobre seus opositores, sobre as autoridades públicas e sobre a sociedade de um modo geral. Os tipos de Confrontos Diretos desenvolvidos ao longo da história dos movimentos sociais são inúmeros, indo dos mais tradicionais como: as ocupações, as passeatas, os acampamentos, as Romarias, a outras que inovam o Repertório de Ação Coletiva como as

mais variadas intervenções artísticas, exposição de ‘corpos nus’, entre outras. Embora estes tipos de ação utilizem de menos recursos técnicos e precisam de um número considerável de pessoas, alguns atos ainda só são possíveis com a ajuda dos mediadores sociais, especialmente nos conflitos entre as comunidades rurais e grandes empreendedores de barragens. Isto porque pode variar de atos simples como o fechamento de uma estrada a atos mais complexos como uma intervenção no Planalto Central com a utilização de danças afrodescendentes, o que demandaria a alocação de recursos financeiro e capital humano diferenciado. É importante destacar neste caso que para além do tipo de Repertório de Ação Coletiva disponível aos grupos, os tipos de Confronto Direto vão remeter a origem, aos objetivos e a identidade dos movimentos sociais. Dessa forma, para pequenos agricultores atingidos ou ameaçados por barragens “o abraço de um rio”<sup>13</sup> fará muito mais sentido ao projeto de resistência do que um “panelaço”<sup>14</sup> em uma grande avenida de São Paulo.

**Informação-educação:** Configura em um tipo de ação que registra e divulga a opinião e as diretrizes gerais de algum movimento, sendo que na maioria das vezes não é um ato físico em si. Diferentemente das duas formas anteriores não requer necessariamente muitas pessoas ou de um grupo especializado, mas deve, por outro lado, ser um veículo de informação e educação que exprime opiniões e diretrizes do Movimento como um todo, mesmo realizado “a uma só mão”<sup>15</sup>. Este tipo de prática política tão comum dentro do Repertório de Ação Coletiva dos movimentos Sociais podem ser materializados por informativos internos, seminários de formação política, cartilhas, panfletagens, perfis e páginas no *facebook*, entre outras formas. Mais uma vez, tendo em vista a mobilização dos atingidos, a ajuda de mediadores externos é fundamental. Com a difusão dos meios de comunicação de massa e o intenso processo de globalização da informação esta é uma prática que tem crescido muito ao longo dos anos, com um alcance das reivindicações que está muito a frente das duas formas anteriores. Ela possui, ademais, um poder de permanência ao longo do tempo que traz impactos positivos sobre os objetivos dos movimentos, mesmo depois de muitos anos do ocorrido. Isto decorre pela possibilidade de arquivar um jornal ou pelas orientações aprendidas a longo prazo por um militante, por exemplo. Por vezes este tipo de prática pode assumir as duas formas anteriores levando em

---

<sup>13</sup> Prática comum entre os atingidos por barragens. Consiste em reunir um número suficiente de pessoas que, de mãos dadas, circundam (abraçam) o rio que será afetado pela construção de um empreendimento hidrelétrico. Além de místico, tem a função de alertar a todos sobre a importância dos recursos naturais.

<sup>14</sup> Ação comumente utilizada no final de 2015 por pessoas insatisfeitas com o Governo Federal.

<sup>15</sup> No caso de uma reportagem escrita por apenas uma pessoa, por exemplo.

consideração que uma panfletagem em uma avenida movimentada pode ser ao mesmo tempo uma forma de Confronto Direto e Informativa-educativa. Da mesma forma, uma cartilha explicativa sobre as fases do processo de aquisição de Licenças Ambientais pode ter um teor Técnico-científico – mesmo que de forma simplificada - e Informativo-educativo. Destaca-se que tendo como objeto de pesquisa a mobilização os atingidos, é preciso ter certo cuidado analítico ao se estudar, por exemplo, as postagens em redes sociais como um elemento que exprime a opinião dos mesmos. Isto, pois, muitas das vezes os agricultores não possuem qualquer tipo de influência nestas postagens, quando não, representam apenas um posicionamento político de seus mediadores que não estão em consonância com as verdadeiras reivindicações da base.

Destarte, nestes três tipos de classificações possíveis do Repertório de Ação Coletiva consideramos por fim alguns elementos da estrutura das ações que são essenciais para entender cada prática dentro do Repertório a disposição dos Movimentos Sociais e, portanto destrinchar ao máximo o conceito, intentando inferências sociológicas mais precisas:

- a) Objetivo em curto prazo: As ações dos movimentos sociais pretendem de fato atingir pequenos objetivos que possuem, com efeito, ligação com objetivos maiores dos movimentos. Isto acontece, pois não é possível ganhar uma guerra sem conquistar pequenas batalhas. Podemos citar como exemplo uma ocupação que tem como objetivo inicial apenas chamar a atenção das autoridades envolvidas, ou, em outras palavras, o movimento sabe que não é possível conseguir as suas reivindicações naquele momento (espaço), mas consiste num passo para atingir o objetivo principal. Estudar esses pequenos objetivos se torna importante à medida que o pesquisador quer entender por que aquela prática foi escolhida dentro do conjunto de Repertorio de Ação possíveis, naquele momento.
- b) Material financeiro: É fato que até mesmo uma simples panfletagem precisa de recurso financeiro, o ônibus que levará os manifestantes a Brasília é pago, o lanche para um curso de formação na base, também. Talvez não seja um dinheiro que sai do movimento em si, mas alguém pagará a conta. Para muitos a utilização de recurso financeiro é um pecado em movimentos sociais, mas a questão é que para algumas práticas não se dá um passo sem arrecadar algum recurso financeiro, mesmo que este não chegue até o movimento como um valor monetário. Estudar o recurso financeiro se torna importante, pois se por um lado a falta do dinheiro pode

ser um limitante para algumas ações do movimento, por outro lado, pode ser motivo de criatividade, de inovação do Repertório e de conquista de aliados. Podemos perceber que em movimentos sociais do campo o recurso financeiro é algo altamente limitado, tendo em vista o perfil econômico geral das comunidades rurais. Todavia, o apoio de algumas entidades, sobretudo da Igreja Católica, tem dado subsídios para que algumas práticas aconteçam. É possível perceber ademais, que existe uma mística de solidariedade e de não acumulação de recursos quando em alguns eventos é estimulado a partilha do alimento, isto é, cada um leva um pouco de casa, principalmente do que já planta em seu terreiro para que possa ser repartido entre os envolvidos.

- c) Material humano: Às vezes algumas práticas dentro do Repertório de Ação Coletiva necessitam de um material humano diferenciado ou altamente especializado. Pode acontecer nos casos de intervenção artística ou na elaboração - por parte do movimento - de um parecer técnico, por exemplo. É importante mapear esses indivíduos (ou grupos), quando houver, pois pode dizer muito sobre uma prática do movimento que talvez sem as habilidades desta (as) pessoa (as) não aconteceria evocando uma nova prática para substituir ou o não acontecimento da mesma. É possível averiguar em algumas destas práticas o incentivo à cultura local, exaltando o que há de tradição nas comunidades. Um bom exemplo é a intervenção de um local público utilizando-se do Congado, típica dança encontrada nas comunidades quilombolas.
- d) Impacto social: Por vezes as práticas contidas no Repertório de Ação Coletiva exercem alguns impactos sociais que estão para além (e fora de controle) do objetivo do movimento ou do ato em si. São impactos exercidos sobre os participantes da ação ou sobre sujeitos que não possuem qualquer envolvimento direto com a ação. É certo que estes impactos sociais podem ser bons ou ruins a depender principalmente dos pontos de vistas envolvidos. Um bom exemplo é quando ocorre o fechamento de uma estrada por manifestantes de uma causa qualquer. Outros cidadãos que não possuem ligação com o movimento ou se quer conhecem a causa podem sofrer transtornos em sua rotina.
- e) Ação pontual ou permanente: Este é outro fator que diz muito sobre as características de uma prática por parte dos movimentos sociais. Tanto as ações pontuais quanto as permanentes possuem reflexos que estão para além de seu

tempo no qual o ato aconteceu. A diferença é que, na última, pode-se ter acesso à prática materializada através de um “registro” feito pelo próprio movimento, de forma intencional ou não. É válido destacar que uma ação pontual não se torna um ato permanente caso tenha sido gravado por uma rede de televisão por exemplo. É como no caso da destruição de mil pés de laranja pelo MST, na fazenda Santo de São Paulo em 2009. Apesar de a ação ter sido gravada por um cinegrafista amador o ato é tido como uma ação pontual, dado os objetivos naquele momento (apesar de possuir um registro). Já no caso da construção de uma cartilha por parte do movimento que contenha diretrizes para suas ações pode ser considerado uma prática de ação coletiva permanente, tendo à intenção de levar uma ideia conjunta as gerações futuras de militantes.

- f) Alianças formadas: Em diversas ocasiões algumas práticas dos movimentos sociais são feitas em concomitância com aliados e, portanto, identificar tais alianças é de extrema importância tendo em vista que os Movimentos possuem certos ganhos estratégicos com isso. Inclusive uma nova aliança ou o fortalecimento de uma aliança antiga pode refletir em ações futuras, ditando inovações ou permanências no Repertório.

Em verdade, no estreitamento do Conceito nem sempre é preciso analisar todos os elementos citados acima, ou às vezes alguns nem serão importantes e vão aparecer outros que vão merecer uma investigação mais precisa. Sabemos, ademais, que a sociologia não comporta completamente modelos de análise pré-definidos, ou seja, longe de ser uma ciência exata os fenômenos que tangenciam estas práticas são demasiados complexos. O que pretendemos foi apontar uma orientação de análise fruto das observações empíricas e de influência de outros estudos teóricos. Assim, investigar o Repertório de Ação Coletiva através de unidades de análise menores facilita a compreensão do todo, permite a comparação entre práticas dentro do mesmo movimento social e com outros movimentos de objetivos semelhantes. A partir de então este trabalho coloca em prática as definições aqui propostas. Primeiro, de forma mais superficial, a relação entre Igreja Católica, Teologia da Libertação e o Movimento de Atingidos por Barragens da Zona da Mata Mineira. Depois, análises mais detalhadas das comunidades do “Emboque e Granada” e “Casa Nova”.

## Capítulo II

### Procedimentos Metodológicos

Neste Capítulo apresentamos os métodos e técnicas utilizadas na pesquisa assim como uma breve apresentação das Unidades de Análises escolhidas. É importante destacar que esta pesquisa se orientou por uma metodologia qualitativa devido aos objetivos propostos. Buscou-se assim retirar dos dados um melhor entendimento dos processos, motivações e significados que culminaram nos projetos de resistências estudados. Richardson (2012) define, "A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social" (p. 38). Segundo Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa implica em um processo denso com pessoas, fatos e locais. Possibilita, outrossim, extrair significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a um olhar sensível do pesquisador.

De um modo geral essa pesquisa se caracterizou como explicativa. De acordo com Silva e Meneses (2001) uma pesquisa explicativa tem por intento identificar os fatores que contribuem diretamente e indiretamente para ocorrência de determinados fenômenos. Existe uma tentativa de trabalhar com o cruzamento de informações e dados que se referem a variáveis ou categorias sociológicas. É comum entre os estudiosos a ressalva de que este tipo de pesquisa está sujeita a erros, por, sobretudo, dependerem de interpretação, o que acarreta também a subjetividade.

No decorrer da pesquisa dois fatores contribuíram diretamente para a execução da mesma, auxiliando, com efeito, na escolha e na abrangência dos dados coletados. O primeiro se refere a participação dos pesquisadores no Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR)<sup>16</sup> vinculado ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. As atividades do Grupo de Estudos permitiram conciliar uma agenda de leituras e fichamentos sobre as principais concepções teóricas ligadas ao

---

<sup>16</sup> O Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR) é formado por pesquisadores, estudantes da pós-graduação e da graduação, oriundos da Área de Ciências Agrárias e de Ciências Humanas. A agenda de pesquisa do grupo contemplam temáticas nas seguintes linhas de pesquisa: Gênero, Ciência e Tecnologia; Identidades e Representações Coletivas; e Urbanização do Campo.

meio rural e sobre diversos procedimentos metodológicos, tanto qualitativo, como quantitativo, o que permitiu aos pesquisadores um amplo acesso a mecanismos de investigação possíveis nas Ciências Sociais.

O segundo se refere a uma pesquisa auxiliar de Iniciação Científica que possibilitou a complementação de alguns dados encontrados neste trabalho. A pesquisa intitulada “Conflitos, tensões e resistências: uma análise da atuação dos Movimentos Eclesiais de Base na Zona da Mata Mineira” contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, também vinculado ao departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. O objetivo da pesquisa foi mapear e analisar as estratégias de mobilização utilizadas pelos grupos eclesiais de base num contexto de conflitos socioambientais na Zona da Mata Mineira após a década de 90, enfatizando as relações de poder, às alianças formadas e os interesses em disputas. Além de uma extensa pesquisa bibliográfica e documental a bolsista envolvida participou do trabalho de campo desta pesquisa.

## 2.1 População e amostra

Esta pesquisa teve como característica geral a utilização de uma amostra não-probabilística, tendo em vista sua natureza e concepção. Deslauriers e Kérisit (2010) são profícuos ao justificar tal escolha. Para eles, a regularidade e dimensão de uma amostra probabilística possibilita conhecer aspectos gerais de uma determinada realidade social. No entanto, o caráter único e objetivo de uma amostra não-probabilística (ou teórica) permite, via de regra, o conhecimento detalhado e circunstancial da vida social. De maneira mais específica esta investigação teve *a amostragem por caso único das microunidades sociais* retirada do estudo francês “La recherche qualitative: enjeux épistemologiques et méthodologiques<sup>17</sup>”, publicado no Canadá em 1997 (POUPART et al., 2010).

Leva-se em consideração, portanto, uma das subdivisões da *amostragem por caso único das microunidades sociais*, a citar: *amostra de acontecimentos ou enredos*, que busca do ponto de vista metodológico explicitar o acontecimento institucional ou cultural,

---

<sup>17</sup> Nesse livro existe um capítulo específico para estratificar os vários tipos de amostras possíveis numa pesquisa qualitativa, suas vantagens e limites. Por exemplo: amostra de ator, amostra de meio geográfico ou institucional, amostra de acontecimento ou de enredo, amostra por homogeneização, amostra por contraste-aprofundamento, entre outros.

direcionando o pesquisador a um “[...] universo de análise segmentado, multiramificado, e formado por diversas camadas ou superfícies de cobertura, colocando frente a frente várias instituições, atores sociais, etc.” (PIRES, 2008, p.177).

A eleição de uma amostra se completa, obviamente, com a definição clara da população, evidenciada pela delimitação do problema. Dessa forma, o mapeamento bibliográfico e documental inicial possibilitou a constatação de sujeitos-chave para realizar as primeiras conversas com agricultores ligados ao MAB e clérigos ligados às comunidades de Casa Nova, Emboque e Granada, localizadas na Zona da Mata Mineira que participaram do processo de resistência frente aos projetos de construção de barragens em suas respectivas comunidades.

Outro ponto a ser destacado se refere à escolha dos entrevistados. Tendo como parâmetro a amostra não-probabilística os sujeitos participantes foram selecionados “[...] pelo critério de intencionalidade. Uma amostra intencional é aquela em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores [...]” (GIL, 2002, p.145). Além disso, o critério de *snowball* que consiste em uma indicação de entrevista futura pelo entrevistado “do momento” também foi utilizado. Por fim, foi delimitada a amostra pelo critério de saturação dos dados, isto é, quando ocorreu uma frequência na repetição ou redundância de informações a abordagem de novos entrevistados foi interrompida.

## **2.2 Métodos de coleta de dados**

Com o propósito de se fazer o resgate histórico dos processos de mobilizações na Zona da Mata Mineira foi realizado numa primeira etapa a coleta de dados através de pesquisas bibliográficas e documentais. A primeira pode ser concebida como o processo de buscar elementos importantes – conceitos, dados secundários, outras experiências - em materiais já publicados como livros, artigos de periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, materiais disponibilizados na internet, entre outros (GIL, 2002). Já a segunda, por sua vez, é bastante similar à pesquisa bibliográfica, porém o elemento diferenciador está na origem das fontes. A pesquisa bibliográfica nos direciona para as diferentes contribuições de autores sobre um mesmo tema, configurando-se em uma fonte secundária. Por outro lado, a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam nenhum tipo de

tratamento analítico, ou seja, recorre às fontes primárias (SÁ-SILVA; ALMEIDA e GUINDANI, 2009).

De forma prática buscamos reunir, além de outros estudos realizados na região, matérias de jornais, boletins de movimentos sociais e jornais eclesiais ligados a Arquidiocese de Mariana. Realizamos, ademais, uma busca em bancos de dados sobre os principais conflitos socioambientais na região, tais como o Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra, no Mapa de Conflitos Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, no arquivo do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, entre outros.

Com o propósito de entender as percepções dos atingidos envolvidos no Movimento dos Atingidos por Barragens foram realizadas entrevistas em profundidade com os informantes-chaves, apoiando-se no uso do gravador de voz e na câmera fotográfica, além das anotações manuais. Para Minayo (2012) as entrevistas em profundidade (por vezes chamada de entrevista aberta) têm por desígnio propiciar que o entrevistado fale livremente, buscando uma imersão na temática proposta. Contudo, é importante que o pesquisador muna-se de um “roteiro guia” para que não se perca o objetivo da pesquisa.

No decorrer da pesquisa nos deparamos com dois grandes conjuntos de dados primários: um que se refere a coleta documental dos eventos ocorridos e outro que se refere as entrevistas abertas feitas em trabalho de campo. Embora houvesse uma riqueza enorme nas respostas dos entrevistados, optamos por analisar primeiramente os documentos como fonte principal de dados, tendo em vista que o objetivo do trabalho se pautou em considerar um processo que pôde ser verificado com mais precisão nesses materiais. Dessa forma, as entrevistas ainda sim constituíram um importante elemento de apoio para entender as dinâmicas de organização comunitária, sobretudo, em tempos últimos de conflitos.

### **2.3 Perfil dos entrevistados e abrangência da pesquisa**

Objetivando uma maior abrangência e confiança dos dados os entrevistados foram escolhidos de três grupos de atingidos, sem distinção de sexo ou idade, a saber: a) líderes

comunitários e lideranças dos Grupos de Base<sup>18</sup> b) Participantes dos Grupos de Base, mas que não são reconhecidas como lideranças locais; c) e atingidos não participantes dos Grupos de Base ou com qualquer outro de tipo de ligação com o Movimento dos Atingidos por Barragens. Ressalta-se, que embora utilizamos o uso da técnica de *Snow Ball*, ocorreu em diversas ocasiões a ruptura da indicação de um entrevistado por outro para que não ficassemos em apenas um grupo de atingidos e, com efeito, não ocorresse o enviesamento das informações. Em verdade, o principal critério para ser um participante da entrevista em profundidade foi ter participado do processo conflituoso, seja em posição de resistência ou de concordância com o projeto hidrelétrico. Dessa forma, as Tabela 1 e 2 abaixo demonstram o perfil geral dos entrevistados das comunidades de Emboque, Granada e Casa Nova.

**Tabela 1 – Perfil dos entrevistados**

	Entrevistados	Sexo	Profissão	Estado civil	Escolaridade	Idade (anos)
1	MAG	F	Professora	Casada	Superior	39
2	MAU	F	Aposentada	Viúva	4º fundamental	71
3	PRE	F	Aposentada	Casada	4º fundamental	60
4	REI	M	Lavrador	Solteiro	3º fundamental	37
5	MAR-JLP	F	Aposentada	Casada	3º fundamental	58
6	RIT	F	Lavradora	Casada	3º fundamental	53
7	GUA	M	Lavrador	Casado	4º fundamental	57
8	MAR-ACO	F	Aposentada	Viúva	Não estudou	61
9	LUC	F	Aposentada	Casada	4º fundamental	68
10	MAN	M	Aposentado	Casado	4º fundamental	69
11	CAR	F	Aposentada	Solteira	3º fundamental	56
12	MAR-GR	F	Aposentada	Viúva	1º fundamental	60
13	MAR-A	F	Aposentada	Viúva	Não estudou	84
14	IRE	F	Dona de casa	Casada	1º fundamental	-
15	MIQ	M	Lavrador	Solteiro	4º fundamental	45
16	MAD	F	Lavradora	Solteira	4º fundamental	37
17	JOS-RR	M	Lavrador	Casado	2º fundamental	71
18	MAR-AR	F	Lavradora	Casada	4º fundamental	63

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2015).

<sup>18</sup> Unidade de organização do MAB local. No decorrer do trabalho será abordado com mais detalhes.

**Tabela 2 - Perfil dos entrevistados (cont.)**

	Entrevistados	Sexo	Profissão	Estado civil	Escolaridade	Idade (anos)
19	SAN	F	Lavradora	Casada	2º fundamental	54
20	SEB	M	Lavrador	Solteiro	8º fundamental	53
21	LUC-MCS	F	Dona de casa	Viúva	4º fundamental	49
22	JES	F	Dona de casa	Casada	2º médio	37
23	MAR-ER	F	Aposentada	Viúva	Não estudou	56
24	ARM	M	Lavrador	Casado	1º fundamental	59
25	MARL	F	Dona de casa	Casada	8º fundamental	45
26	JOS-NS	M	Aposentado	Casado	4º fundamental	67
27	CHI	M	Aposentado	-	Não estudou	71
28	RAI	M	Aposentado	Viúvo	Não estudou	75
29	EFI	F	Aposentada	Viúva	Não estudou	76
30	DER	F	Auxiliar de Dentista	Solteira	Ensino médio completo	33
31	QUI	F	-	Casada	-	61
32	CRE	F	Dona de casa	Casada	3º fundamental	44
33	TUN	F	Aposentada	Viúva	Não estudou	63
34	RENA	M	Aposentado	Casado	Não estudou	70
35	GER	M	Aposentado	Casado	1º fundamental	69

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

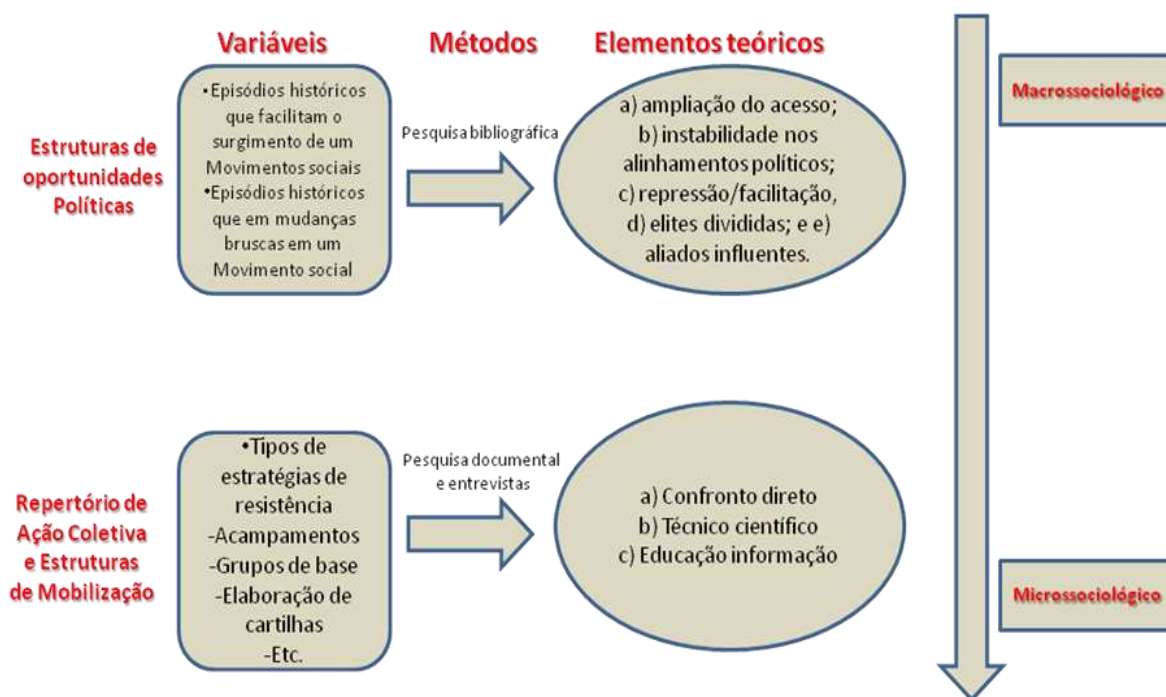
## 2.4 Método de análise de dados

Após a transcrição das entrevistas em profundidade, foi utilizado à análise de conteúdo para fazer inferências sobre os dados. Segundo Oliveira et al. (2003, p.17) a análise de conteúdo é uma das técnicas de pesquisa mais antigas desenvolvidas sob a ótica das Ciências Sociais. Esta técnica "[...] oferece um modelo experimental bem definido, que parte de uma concepção orientada ao entendimento do objeto de estudo [...]".

Ademais, o estudo comparativo por décadas foi objeto, isto é, de acordo com as mudanças macropolíticas compreendidas entre o final da década de 80 e durante a década de 90, realizou-se um contraponto com novas formas de ação [ou velhas] nos primeiros anos do século XXI (2000-2015), levando em consideração as categorias analíticas e conceituais propostas nesta pesquisa, quais sejam: Estrutura de Oportunidades Políticas, Repertório de Ação Coletiva e Estrutura de Mobilização. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e documental auxiliou na compreensão dos fatos e na ratificação das entrevistas em profundidade.

## 2.5 Operacionalização das variáveis e o cotejo teórico

Projetamos como parte dos métodos para a coleta e análise dos dados a relação entre os conceitos utilizados nesta pesquisa, as variáveis operacionais encontradas e os principais métodos escolhidos de acordo com a proposta analítica. Basicamente a Figura 3 abaixo demonstra como aconteceu a operacionalização dos conceitos indo do ambiente macrosociológico até o microsociológico, que é o foco deste trabalho. Os significados de cada conceito serão explicados ao longo desta dissertação.



**Figura 3** - Operacionalização das variáveis  
**Fonte:** Elaborado pelos autores (2015).

## 2.6 Dificuldades e limitações da coleta de dados

Quando se planeja uma pesquisa qualitativa há um preço a se pagar pelo recolhimento de dados detalhados junto aos participantes da pesquisa, sobretudo no que se refere ao tempo disponível para coleta e a distância percorrida no trabalho de campo, especialmente em comunidades distantes umas das outras ou de difícil acesso como foi o caso dessa pesquisa. A abrangência territorial dos pesquisados compreendeu três municípios distintos e no caso das comunidades de Emboque e Granada, que houve o

deslocamento, compulsório a dispersão dos entrevistados foi ainda maior. Em todas as localidades ocorreu a necessidade do acompanhamento de uma liderança local para que o acesso às casas fossem possíveis, sem mencionar que dificilmente os atingidos dariam entrevistas a estranhos desacompanhados de algum conhecido deles.

Ademais há de se destacar que o tempo de início do conflito também foi uma dificuldade já que o trabalho de resgate da memória pode trazer lacunas e divergências no que tange ao objeto histórico de pesquisa. Nas comunidades de Emboque e Granada o conflito possui mais de 20 anos (1995), tendo em vista que o foco de resistência começou em diversas localidades da comunidade em períodos históricos distintos. Em umas localidades, mais intenso e em outras, mais latente. Da mesma forma, na comunidade de Casa Nova o início do conflito foi em 1995, tendo mais de 20 anos desde que começou. Além disso, a tentativa de construção do empreendimento aconteceu em trechos diferentes do rio, surgindo processo de resistência em localidades distintas.

## **2.7 Unidade de análise I – Comunidade de Casa Nova**

A comunidade de Casa nova está localizada na Zona Rural do Município de Guaraciaba – MG, na Zona da Mata Mineira. Entretanto, este estudo tem por análise o “caso de resistência de Casa Nova”, como ficou conhecido nacionalmente, abrange outras localidades, próximas a comunidade, a citar: as comunidades rurais de Conceição, Pedras, Pau d’Alho, Cachoeirinha, Carioca e Bom Jardim, comunidades estas consideradas impactadas diretamente pelos empreendimentos projetados. Assim, Casa Nova, além de ter sido o centro da resistência e onde tudo começou, foi o nome dado aos episódios de lutas ocorridas em toda a região.

Estas comunidades estão situadas a margem do rio Piranga, rio este que nasce na cidade de Ressaquinha – MG e quando encontra o Ribeirão do Carmo forma o Rio Doce. As comunidades as margens do Rio são basicamente compostas por agricultores familiares e ribeirinhos. Desta forma a região de Casa Nova, banhada pelo rio Piranga, possui um relevo montanhoso típico da Zona da Mata Mineira o que faz da região um potencial para implantação de Usinas hidrelétricas. Estes fatores fizeram com que a região estivesse no inventário do Consórcio Canabira (empresas canadenses, americanas e brasileiras),

resultado de uma ação conjunta entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial (GOMES, 2002) ainda na década de 60.

Além disso, o caso de Casa Nova ficou conhecido como um processo de resistência intenso, exemplo de um projeto de mobilização na Zona da Mata Mineira, que barrou por diversas vezes projetos hidrelétricos na região. Destaca-se que a região passou, entre 1995 a 2010, por diversas intervenções de Consórcios de empresas privadas que intentavam a construção de barragens ao longo do Rio Piranga. A primeira barragem que seria intitulada Usina Hidrelétrica Pilar buscava em 1995 a primeira Licença para sua implantação (DELEPOSTES e MAGNO, 2013). Entretanto, especificamente no meio da década de 90 o consórcio formado pelas empresas Fiat e Alcan obtiveram a concessão e realizaram o levantamento de dados para elaboração dos estudos e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

O projeto da UHE Pilar seria uma barragem com a altura descomunal de 67 metros que poderia deslocar compulsoriamente 133 famílias, a maioria de pequenos agricultores dentro do município de Guaraciaba. Ademais, as oscilações diárias do nível da água do Rio Piranga afetaria diretamente a cidade de Ponte Nova – MG, criando diversos problemas sociais e ambientais para às famílias a jusante da barragem. Nessa mesma época, pela iniciativa de lideranças comunitárias, grupos de assessores da Igreja Católica e da Universidade Federal de Viçosa a comunidade começou a receber as primeiras informações sobre os impactos sociais e ambientais que a barragem traria para o lugar. Este processo resultou na criação da associação dos atingidos (ACMAP) que foi uma das principais entidades de representação dos atingidos frente a empresa e os órgãos governamentais. Após o indeferimento do projeto em agosto de 1998 a associação continuou atuando na organização popular junto às comunidades ameaçadas (MEDEIROS, 2002).

Em 2003, no entanto, técnicos da empresa Alcan retornaram a localidade pretendendo novos estudos a margens do Rio Piranga. A mudança se daria no eixo da barragem, isto é, o barramento estava projetado a montante da UHE Pilar. O novo projeto, agora denominado de UHE Jurumirim, afetaria outras comunidades na região e no caso de Casa Nova haveria um impacto indireto. Este fato fez com que mais uma vez mediadores externos e a comunidade se juntassem contra o projeto de implantação de UHE. Ainda no final de 2003 ocorreu uma ocupação do canteiro de obras que ficou conhecida como a “ocupação dos 43 dias”. Após muita negociação, episódios de manifestação e inclusive com

a presença da polícia a empresa desistiu e ocorreu mais uma vez uma vitória parcial da comunidade (DELEPOSTES e MAGNO, 2013).

Em 2007 a empresa retorna ao local para realizar novos estudos para a construção de barragens nas proximidades de Casa Nova. Em contraposição a comunidade se mobilizou mais uma vez em conjunto com mediadores externos em uma ocupação que durou 33 dias. Todavia, desta vez, a justiça determinou a desocupação para que a empresa pudesse concluir os estudos físicoambientais. Posteriormente no ano de 2008 a empresa – agora com o nome de Novelis - apresentou junto aos órgãos ambientais novos estudos e relatório de impacto ambiental de três projetos de PCHs para o mesmo trecho do Rio Piranga, evocando mais uma vez processos de resistências na região e a derrota parcial do empreendedor, sendo esta a última investida da empresa até então (DELEPOSTES e MAGNO, 2013).

## **2.8 Unidade de análise II – Comunidades do Emboque e Granada**

O caso “Emboque e Granada” não se refere apenas a duas hidrelétricas em específico ou a dois lugares impactados distintos, mas remete a um conjunto de comunidades atingidas pelas hidrelétricas: João Camilo Penna (Emboque) e Túlio Cordeiro (Granada), pertencentes inicialmente ao mesmo empreendimento Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina/CFLCL-CAT-LEO (Energisa) que posteriormente foi comprada pela Brookfield Renewable Energy Group. Sendo assim, o caso “Emboque e Granada” ficou conhecido como um processo de resistência comum entre comunidades situadas entre os municípios de Raul Soares e Abre Campo – Minas Gerais. O caso tomou demasiado reconhecimento a partir do Relatório confeccionado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Comissão Especial “Atingidos por Barragens -, onde foram detectadas a violação de 16 direitos humanos por consequência da construção das barragens.

A região diretamente atingida pela barragem João Camilo Penna (Emboque) abarcava uma área total de 2,95km, afetando diretamente dezenas de famílias. Os estudos iniciais da construção da barragem do Emboque começaram no ano de 1988 com a criação de um inventário na Bacia do Rio Doce que se estendeu até o ano de 1989. O resultado foi a escolha de três lugares possíveis para o barramento ao longo do Rio Matipó – afluente do Rio Doce -, quais sejam: Santa Efigênia, Granada e Cachoeira do Emboque, sendo que a última foi escolhida por apresentar maior queda d’água (ACOMABAGEM, 2014).

Entretanto, o primeiro contato entre empreendedor e comunidades atingidas se deu quando a empresa solicitou a Licença Prévia no ano de 1995, culminando no início do processo conflituoso entre as partes. Segundo Rothman (2002), a comunidade desinformada e desunida perdeu na época o prazo limite para solicitar uma Audiência Pública, tendo em vista as ações do empreendedor para aquisição das Licenças naquele momento. Posteriormente ocorreu a mediação, a pedido da comunidade, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região que juntamente com lideranças religiosas da comunidade começaram o processo organizativo. Dentre os principais resultados iniciais do processo organizativo se deu a constituição e eleição de um comitê executivo que teria como atribuições a representação da comunidade nas discussões e negociações com o empreendedor. Para Rothman (2002), é neste momento que de fato se forma um projeto de resistência coletiva, ocorrendo orientações para que as negociações fossem feitas de forma coletiva, proposta esta que fora recusada por um conjunto de proprietários de maior poder aquisitivo. A partir de então, com táticas de domínio da política local a empresa foi dando os passos necessários para a construção da Usina.

Em 1997 o empreendedor obteve a Licença de instalação por meio do Conselho de Política Ambiental (COPAM) e posteriormente, em 1998, a Licença de Operação foi concedida. Desde o início de sua operação o movimento de resistência passou por altos e baixos, mas os conflitos com a Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina eram frequentes. Em 2008, no entanto, a Pequena Central Hidrelétrica foi vendida para empresa Brascan Energética, que posteriormente se tornou a Brookfield Renewable Energy Group (NOGUEIRA, 2007; MACEDO, 2015).

A Pequena Central Hidrelétrica Túlio Cordeiro, por sua vez, foi construída a montante do distrito de Granada-MG, no rio Matipó, o mesmo da construção da Pequena Central Hidrelétrica João Camilo Penna (Emboque). O empreendimento possui uma potência instalada de 15,8 mw com um reservatório de 38,6 ha (VIEIRA, OLIVEIRA e RIBEIRO, 2003). O processo de resistência seguiu os mesmos passos dos atingidos por Emboque, sendo que na maioria das vezes os episódios de confronto eram o mesmo, ou seja, contra as duas barragens e, obviamente, contra a mesma empresa, já que a Pequena Central Hidrelétrica Túlio Cordeiro foi construída pela Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina. Nesse sentido pode ser observado na Tabela 3 abaixo que 46,9% das famílias atingidas eram/são afetadas pelas duas barragens concomitantemente e apenas 4,0% são

atingidas única e exclusivamente pela barragem de Granada, o que nos remete ao caso de “Emboque e Granada” como um processo de resistência conjunto.

**Tabela 3** - Número de famílias atingidas pelas PCHs Emboque e Granada

<b>Empreendimento</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Porcentagem</b>
PCH Emboque	122	48,9%
PCH Granada	10	4,0%
PCH Emboque/Granada	117	46,9%
Total	249	100%

**Fonte:** Acomabagem (Adaptado pelos autores), 2014.

Em termos de cronologia a Pequena Central Hidrelétrica Túlio Cordeiro teve seu processo de licenciamento posterior ao da Pequena Central Hidrelétrica João Camilo Penna: Em 1998 teve início os estudos para aquisição das licenças necessárias, com a obtenção da primeira Licença (Prévia) em dezembro de 2000. Posteriormente a Licença de Operação foi conseguida no ano de 2002. Da mesma forma que a Pequena Central Hidrelétrica João Camilo Penna, em 2008, o empreendimento foi vendido para a Brascan, atualmente intitulada Brookfield Renewable Energy Group.

Nestes 20 anos de resistência as comunidades atingidas por Emboque e Granada obtiveram algumas conquistas, mas diversas pendências mal resolvidas ainda permanecem. No ano de 2011 aconteceu um marco na luta do Movimento, havendo a possibilidade de negociação com a empresa tentando tratar diversas pendências, deixadas pela empresa anterior - Força e Luz Cataguases Leopoldina. Até o presente momento (início de 2016) o resultado concreto das negociações foi um relatório técnico intitulado “Diagnóstico participativo: comunidades atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos João Camilo Penna (Emboque) e túlio cordeiro (Granada)”, realizado por uma equipe técnica contratada pela Associação Comunitária dos Agricultores Familiares Atingidos pelas Barragens de Abre Campo e Emboque (ACOMABAGEM). A confecção do relatório foi acompanhada por

professores do Departamento de Economia Rural/UFV – incluindo o professor coordenador do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB)<sup>19</sup> – pelo Movimento dos Atingidos por Barragens/ Zona da Mata - Alto Rio Doce e pelo poder público federal. O próximo passo é a apresentação do Relatório que possui como Plano de Ação a criação de um Programa de Reativação Econômica (PRE)<sup>20</sup>, projetos de proteção e preservação ambiental, melhoria no tratamento de esgoto, projetos no âmbito cultural, entre outras medidas.

---

<sup>19</sup> O Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB) foi criado em 1995 por um grupo de professores, alunos de graduação e pós-graduação ligados ao Departamento de Economia Rural/Universidade Federal de Viçosa. Este projeto de extensão objetiva dialogar e assessorar comunidades atingidas ou ameaçadas por projetos de construção de hidrelétricas nas bacias do Alto do Rio Doce e Paraíba do Sul, localizadas na Zona da Mata Mineira. Atualmente, o grupo apoia também as comunidades impactadas pela mineração, tendo em vista a intensa atuação de empreendedores na região.

<sup>20</sup> O Programa de Reativação Econômica (PRE) consiste num conjunto de projetos que visam o fomento e a manutenção de empreendimentos solidários, especialmente, cooperativas para a geração de renda.

## **CAPÍTULO III**

### **Privatização e o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens**

Este capítulo pretende demonstrar como que a evolução das políticas energéticas brasileira num contexto macro institucional possibilitou o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil e a nível local, especificamente no que se refere a formação de uma rede de resistência na Zona da Mata Mineira e Alto Rio. Em outras palavras, partimos de uma análise de evidências históricas em nível de Estado sobre os processos políticos que facilitaram a emergência de conflitos a nível local. Estes conflitos marcados por uma assimetria de poderes fez com que uma parte menos favorecida criasse mecanismos de reivindicação e de defesa.

#### **3.1 O setor elétrico brasileiro num contexto de privatização**

Sobre os aspectos que impulsionaram o surgimento dos principais confrontos entre pequenos agricultores, grandes empreendedores de barragens e parte do Governo é preciso evidenciar as mudanças macroestruturais advindas das políticas de privatização e expansão do setor elétrico no Brasil. Obviamente, esta análise macropolítica não explica a nível local as estratégias de resistências dos agricultores. Mas, por outro lado, elucida, por uma perspectiva de grandes períodos históricos, como que mudanças nas políticas e instituições governamentais possibilitaram o fortalecimento (e às vezes o enfraquecimento) de organizações da sociedade civil, fato este recorrente em toda a história de nossa sociedade.

Pegamos como ponto inicial o ano de 1930, pois, segundo Martins (2009), é o ponto da história em que o Brasil, sob a presidência de Getúlio Vargas, se vê diante de um declínio da economia cafeeira e passa, portanto, a investir em processos de industrialização e urbanização. Este processo é decorrência de uma mudança econômica mais ampla, inclusive a nível mundial. Antes de 1930, o foco do Governo era a estabilidade monetária, o

equilíbrio orçamentário e a defesa dos interesses do setor agroexportador, sobretudo do café. Gomes et. al (2002) destaca que apesar de as políticas de favorecimento do modelo agroexportador tenha criado algumas unidades fabris, este fato ocorreu de forma indireta, não intencional. A Grande Depressão mundial de 1929 evidenciou que o modelo agroexportador não mais comportaria a emergência de grupos ligados a atividades urbano-industriais.

A preocupação do Governo em potencializar a produção de energia implicou em mudanças institucionais. O primeiro ponto veio com a reordenação institucional em 1931, materializada pela interrupção de todos os atos de alienação, oneração, promessa ou começo de transferência de qualquer curso perene ou queda d'água (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2015). Este seria um ato que previa o Governo como único detentor do poder de conceder o direito a exploração do que seria a principal matéria prima de geração de energia: a água. Posteriormente, em 1934, foi criado o decreto do Código das águas que por mais de três décadas seria o instrumento jurídico de regulação estatal no Brasil. O Decreto, além de outras medidas, visava o controle sobre as concessionárias de energia elétrica ao poder central, por intermédio de fiscalização técnica e financeira e, com efeito, tirar o poder de concessão das empresas estrangeiras. Desde 1920 as empresas Light and Power Company (Grupo Light), de procedência canadense, e o American Foreign Power (Grupo Amforp) detinham o controle sobre quase todo o setor de produção e distribuição de energia (MARTINS, 2009).

Além disso, em 1933 ocorreram mudanças administrativas no Estado que tinha como objetivo fortalecer o controle sobre os serviços públicos. A principal mudança ocorreu dentro do Ministério da Agricultura com a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que possui uma repartição intitulada Diretoria de Águas, que mais tarde se chamou Serviços de Águas. O objetivo era tratar e direcionar questões sobre à exploração de energia hidráulica, irrigação, concessões e legislações de águas em território nacional (PINHEIRO, 2006).

Posteriormente, a constituição decretada após o golpe de 1937 fortaleceu a tendência nacionalista e os processos de centralização de poder por parte do Governo. Para reforçar o Código das Águas a constituição previa que os novos projetos hidrelétricos só poderiam ser concedidos a empresas brasileiras. No entanto, em 1942, essa posição foi revista, pois as empresas estrangeiras que já operavam no país estavam limitadas a expandir o volume de energia mediante o aumento do número de unidades geradoras

dentro de um mesmo aproveitamento. Este fato trouxe dificuldades no sentido de ampliar o parque gerador do país. Apesar do esforço do Governo Federal em intervir de forma positiva no setor elétrico, as principais iniciativas surgiram em nível de estado com a criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), no Rio Grande do Sul, em 1943, a criação da Empresa Fluminense de Energia (EFE), no Rio de Janeiro, 1945 (MARTINS, 2009).

Mais adiante outro acontecimento a nível mundial vinha a transformar as relações econômicas e políticas do território brasileiro: a Segunda Guerra Mundial. Com o fim da Guerra os países se encontravam em uma condição de corrida pelo crescimento econômico e de retomada dos investimentos. No Brasil, especificamente, com o fim do governo varguista a discussão central se dava em torno do papel do capital privado, tanto nacional como estrangeiro. Neste contexto surgiram duas correntes distintas: Por um lado existia uma corrente que acreditava em uma forte intervenção Estatal na economia, embora dentro dessa corrente houvesse uma divergência entre a utilização do capital estrangeiro. Por outro lado, existia a corrente que defendia os princípios do Liberalismo Econômico. O principal discurso vinha da vocação predominantemente agrícola do Brasil, sendo contrário ao incentivo estatal a empresas nacionais e favoráveis à livre circulação e a livre entrada no país de capitais interessados em investir na indústria (PINHEIRO, 2006).

Estas divisões sobre as estratégias desenvolvimentistas do país tinham influências diretas sobre o desenvolvimento do setor elétrico. A corrente nacionalista que defendia a intervenção estatal na economia se estendia aos setores de infraestruturas, e por consequência, na produção, distribuição e comercialização de energia. Em outras palavras, esta corrente colocava nas mãos do Estado a responsabilidade por ser o agente principal do desenvolvimento industrial no país. A outra corrente, liberalista, propunha que com a participação do capital privado em todos os setores da economia o país tendia a crescer exponencialmente. Tendo em vista isso, defendia a manutenção de grupos estrangeiros atuando no setor elétrico, sobretudo, os grupos Light e Amforp. As divergências também aconteciam no âmbito da legislação (MARTINS, 2009). A corrente liberalista era totalmente contra o Código de Águas e sua rigidez do mecanismo tarifário. “Argumentavam que as altas taxas de inflação e a política cambial vigente desestimulavam os investidores, sendo necessária a adoção de tarifas *realistas* e a revisão do Código e de sua legislação completar [...]” (PINHEIRO, 2006, p. 34).

Cabe destacar que o período de 1945 até o início da década de 60 foi marcado por uma ampla mudança da indústria nacional. Se anteriormente prevalecia o setor industrial

tradicional de bens de consumo não duráveis (têxtil e alimentos, sobretudo), agora, dava lugar aos bens de consumos duráveis, como por exemplo, os eletrodomésticos e bens de capital e consumo básico, tais como aço, cimento, equipamentos elétricos, entre outros. Concomitante a isso, observou-se um *déficit* na produção de energia culminando em uma crise de grandes proporções que exigiu a adoção de uma série de políticas de racionamento. Com diversos programas de investimento em geração e transmissão de energia o país chegou a uma estratégia de integração nacional, com um setor elétrico integrado e regionalizado (PINHEIRO, 2006).

Com a volta de Vargas ao poder em 1951, em substituição ao Governo Dutra, o país retorna seu foco no nacionalista, que conferia ao Estado o papel primordial de desenvolvimento econômico. Isto é, o principal foco de Vargas era acelerar a industrialização brasileira através do aumento da produção de bens de consumo e uma maior intervenção estatal sobre os projetos de infraestrutura. Mais uma vez, através da criação de bases legais que permitiam uma maior participação do Estado, ocorreu manifestações que defendia a atuação dos grupos Light e a Amforp, sob alegação de um risco de estagnação da economia brasileira (MARTINS, 2009). Vargas admitia, no entanto, a necessidade de inserção do país em um contexto de economia mundial a participação do capital e da tecnologia estrangeiros, através da importação de máquinas e outros produtos básicos (PINHEIRO, 2006).

Posteriormente, com a eleição do presidente Juscelino Kubitschek (JK) ocorreu uma acentuada busca por capital financeiro externo, fato este que levou o Brasil a uma crescente industrialização no período. Mas, ainda assim o presidente JK seguiu os passos da estatização da energia elétrica, com o controle massivo das unidades geradoras de energia por parte das empresas estaduais e federais. Com efeito, para Pinheiro (2006), neste período houve uma divisão nos papéis, entre empresas públicas e privadas (nacionais e estrangeiras). A primeira se ocupou primordialmente com a expansão do parque gerador, ao passo que a segunda investiu na área de distribuição de energia elétrica. O ponto principal do esforço do projeto de controle estatal do setor elétrico brasileiro viria na presidência de João Goulart com a criação da Eletrobrás, em 1962. Tinha como função “[...] coordenar técnica, financeira e administrativamente o setor de energia elétrica brasileiro, incorporando as aplicações realizadas até então pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)” (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2015).

O período que se seguiu foi razoavelmente confuso. A renúncia de Jânio Quadros e a posse de seu sucessor João Goulart instaurou uma crise política no país. Para muitos, João Goulart foi tido como um presidente excêntrico. Se por um lado tomou medidas econômicas conservadoras, tais como diminuir a participação de empresas estrangeiras, por outro, era considerado um presidente simpatizante pelo comunismo. “A crise econômica de 1962, que ao lado da “ameaça comunista” também serviu de justificativa para o golpe militar, foi marcada pela queda do crescimento do PIB e da produção industrial, pelo déficit cambial e pela alta taxa de inflação” (MARTINS, 2009, p.54). Com o golpe de 64 o país passou por duas décadas de centralização e autoritarismo. A criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional teve como objetivo reformas monetárias e financeiras, com uma ampliação do Estado na economia.

Em suma, até a década de 80 o país passou por momentos de hegemonia do capital privado a momentos de intensos projetos de estatização, com uma envergadura nacionalista. Contudo, na última década do século XX incidiu uma crise sobre o modelo estatal. Para Gomes et. al (2002, p.11), já no final da década de 80 ocorreu uma quebra do equilíbrio financeiro, agravado por diversas normas restritivas do Conselho Monetário Nacional direcionadas a vedar financiamentos internos, sobretudo no que compete a empresas estatais, governos estaduais, municipais e suas entidades da administração indireta. “Naquele momento, presenciava-se a deterioração das contas externas do país, num cenário de juros ascendentes. Com a interrupção dos créditos de organismos internacionais, o setor passou a ter fluxo negativo entre os empréstimos externos e o pagamento do serviço da dívida”. Segundo Martins (2009), a partir de então instaurou-se a lógica do pensamento neoliberal com consequências agudas sobre o setor elétrico brasileiro.

O geógrafo David Harvey (2008) em sua obra “O Neoliberalismo: História e Implicações” retrata que o Neoliberalismo consiste numa teoria política-econômica que intenta o bem-estar individual através da valorização da propriedade privada e de empreendimentos individuais pautados no livre mercado e no livre comércio, com participação mínima do Estado. Segundo Harvey, teoricamente o neoliberalismo está baseada em três princípios básicos, a saber: desregulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica. Com efeito, o papel do Estado estaria em criar condições institucionais apropriadas as essas práticas e, se preciso, utilizar-se da força policial e de todos os mecanismos legais possíveis. Durante o seu trabalho Harvey destaca que o FMI e

o Banco Mundial se tornaram os principais responsáveis pelo fundamentalismo do livre mercado; ocorreu o apoio ao Estados Unidos e suas políticas de domínio sobre a América Latina; coibição do poder de articulação dos sindicatos e dos movimentos sociais; disseminação de discursos baseados na identidade, no multiculturalismo, no consumismo narcisista, buscando, por outro lado, abafar conhecimentos pautados na dialética e nas reflexões sobre o poder e sobre a opressão; e por último, para Harvey, o Neoliberalismo possui uma falsa ideologia sobre o livre comércio, tendo em vista que o rompimento das barreiras alfandegárias priorizavam os países centrais em detrimento de economias periféricas (OLIVEIRA, 2009).

O reflexo do Neoliberalismo sobre o setor elétrico brasileiro foi extremamente arrebatador, sendo, para muitos estudiosos, o maior impacto macropolítico já visto na história do país. Houve uma queda do Estado enquanto agente gerador, transmissor e distribuidor de energia elétrica, como outrora, visto nos modelos nacional-desenvolvimentista entre as décadas de 50 e 70 (MARTINS, 2009). Segundo Pinheiro (2006, p.52), a liberação econômica do setor elétrico brasileiro ficou conhecida como uma “reestruturação” do sistema inserida no Programa Nacional de Desestatização (PND), que foi por consequência uma das políticas de reforma institucional e de ajuste econômica mais importante da década de 90. Do ponto de vista estratégico houve uma perda com a renúncia do Estado em seu papel de planejador e orientador das políticas para o setor elétrico. “Se antes as geradoras federais e estaduais, a partir da coordenação da Eletrobrás, tinham a responsabilidade de complementar a oferta criada pelas distribuidoras de energia, no modelo então implantado não se define nenhum agente cujo papel seria o de equilibrar a relação oferta-demanda do sistema elétrico [...]”.

Dessa forma, como bem destaca Rothman, Vieira e Lopes (1999), a década de 90 trouxe um conjunto de mudanças na macroestrutura política, através de um modelo neoliberal de reestruturação econômica e privatização do setor elétrico brasileiro com o incentivo para a formação de diversos consórcios privados. Neste ponto os movimentos sociais encontraram uma nova condição e orientação para emersão de lutas em todo o país. Outrora, apesar de todos os problemas e impactos socioambientais, a luta se constituía no campo da busca pelos direitos dos atingidos. A partir da década de 90 a luta passa ser a não construção das barragens, um dos principais projetos de lucratividade das empresas privadas e saqueamento das riquezas naturais do país. Nos próximos tópicos será abordado

o surgimento e atuação do MAB nacional frente o contexto de mudanças macropolíticas já apontadas neste tópico.

### 3.2 Oportunidades políticas e o contexto de surgimento do MAB

Neste tópico, tem-se o objetivo de mostrar, num paralelo histórico com o tópico anterior, como que a história do desenvolvimento do setor elétrico brasileiro - que está inserido num contexto de mudanças políticas em nível de país e de mundo – criou tensões na sociedade civil que possibilitaram a insurgência de projetos de resistência em todo o país, sobretudo, o nomeado Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em outras palavras, as Estruturas de Oportunidades Políticas (períodos mais ou menos democráticos) que se estabeleceram para o surgimento de diversos movimentos sociais urbanos, tiveram consequências também sobre os movimentos sociais do campo, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e o MAB.

Vainer (2004) adverte para o fato de que a literatura sobre o surgimento do MAB e seu percurso de atuação histórica enquanto Movimento Social a nível nacional é quase inexistente. O que existem são alguns estudos de casos que abordaram conflitos locais, evidenciando, noutra via, pistas sobre o surgimento de um movimento popular que viria posteriormente marcar espaço dentro da sociologia rural brasileira, configurando talvez, ao lado do MST, os maiores projetos de resistência no campo. Outrossim, existe uma linha tênue entre o que na origem poderia ser considerado Movimento dos Atingidos por Barragens (enquanto Movimento Social) ou apenas agricultores e ribeirinhos atingidos reivindicando direitos por intermédio de um mediador externo qualquer, sem entrar neste ponto, obviamente, na discussão conceitual de Movimento Social. Destarte, primeiramente reproduziremos algumas indagações as quais Vainer (2004, p.3) propôs aos seus leitores, no que concerne a emergência do Movimento, e que nos leva, inevitavelmente a uma reflexão:

[...] até que ponto é pertinente tratar o(s) movimento(s) de atingidos de barragens como **um único movimento**? É possível falar-se de **uma** história, diante de processo marcado por uma infinidade de movimentos surgidos nas mais diversas bacias e vales, nas mais variadas conjunturas e em contextos econômicos, sociais e políticos tão diferentes? Não poderia a escolha da escala nacional obscurecer a multiplicidade de culturas e valores

políticos que constituem, em última instância, uma das originalidades deste(s) movimento(s)?

Outro ponto a ser destacado inicialmente é que o MAB, ou, os indícios do que viria a ser posteriormente o Movimento em si, nasce numa conjuntura em que outros movimentos sociais urbanos estavam surgindo no país – do fim da Ditadura ao período de redemocratização. No caso do surgimento do MAB, especificamente, data-se meados da década de 70. Como já apontado no tópico anterior, o país passava por intensas intervenções estatais, especialmente, no que concerne aos programas de desenvolvimento econômico. Todavia, o modelo de desenvolvimento almejado possuía um alto custo social que incidia sobre as camadas mais pobres da sociedade. Aliado ao contexto de intensas repressões policiais, controle da mídia, perseguição de lideranças comunitárias, entre outros instrumentos de coerção surge alguns focos de resistência.

Portanto, diante deste contexto, o que o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas teria a “nos dizer”? Para Tarrow (2009) existem cinco categorias de análise para as mudanças na Estrutura de Oportunidades Políticas que nos permitem o entendimento de episódios de confronto, a saber: *a) ampliação do acesso; b) instabilidade nos alinhamentos políticos; c) repressão/facilitação, d) elites divididas; e e) aliados influentes*. Para este estudo nos coube evidenciar quatro destes aspectos (ampliação do acesso, repressão/facilitação, elites divididas e aliados influentes), sendo que um de forma parcial, adaptado ao caso brasileiro e em específico ao contexto de surgimento do MAB.

O primeiro aspecto se refere à *ampliação do acesso*. Para Tarrow (2009), nesta dimensão a entrada de novos atores em episódios de participação e de confronto tem relação direta com regimes democráticos ou regimes autoritários. Isto é, em períodos históricos onde o processo de participação se torna um mecanismo de difícil acesso abrem-se oportunidades para os movimentos de confrontos. Nesse sentido, os primeiros anos de Ditadura Militar foram de intensa repressão aos movimentos populares. Segundo Priori et. al (2012) no início da década de 60 se configurava uma nova forma de ação, baseada, sobretudo, na organização popular que, inspirada em revoluções que emergiam na América Latina, buscavam mudanças na estrutura econômica e social, visando o fim das desigualdades sociais da época, especialmente com a inclusão dos mais pobres e da classe trabalhadora. Estes reflexos dos movimentos que ascendiam na América Latina, no Brasil, sobretudo através dos sindicatos urbanos, foram duramente reprimidos.

Portanto, sobre os aspectos da *repressão/facilitação*, Tarrow aponta que o processo de repressão de um grupo sobre o outro pode aumentar os custos de participação. Isto acontece principalmente quando grupos minoritários clamam por mudanças estruturais em países autoritaristas. Nesse sentido a repressão em países autoritários pode encorajar os movimentos de confrontos, ao passo que em países de representação se tornam comuns movimentos populares mais brandos. O fato é que para o contexto brasileiro, de uma forma geral, as Estruturas de Oportunidades Políticas, especificamente sobre a *repressão/facilitação* dizem mais sobre a forma de ação dos Movimentos Sociais do que propriamente o surgimento ou não de movimentos populares. O Movimento dos Atingidos por Barragens, como veremos adiante, surgiu em plena Ditadura Militar, no entanto após o período de redemocratização sua forma de atuação mudou consideravelmente.

Por fim, as duas últimas categorias (*elites divididas e aliados influentes*) dentro das Estruturas de Oportunidades Políticas nos trazem reflexões importantes, especialmente sobre a atuação e surgimento do MAB, assim como de outros movimentos sociais do campo. Neste ponto ocorre uma adaptação da obra de Tarrow (2009). Segundo o autor havendo *aliados influentes* no interior da elite, ou, especificamente, dentro da máquina governamental, os desafiantes estariam encorajados à ação coletiva. Em outras palavras, os *aliados influentes* funcionariam como um tipo de recurso externo em estados autoritários e repressivos. Neste contexto, nenhum aliado foi tão importante do MAB e de outros movimentos como a Igreja Católica progressista, ressaltando, todavia, que na época se constituía numa instituição que lutou contra a Ditadura Militar, instrumentalizada pelos Movimentos Eclesiais. Notavelmente diferente da Igreja inserida/aliada no/ao Estado de outrora. Ademais, segundo Rocha (2008), durante a crise que demonstrava uma instabilidade do modelo econômico e político da Ditadura Militar instaurada no fim da década de 80 ocorreu o fim do bipartidarismo, acarretando, com efeito, o enfraquecimento das oligarquias políticas. Este fato levou ao que chamamos dentro da Estrutura de Oportunidades Políticas de *elites divididas* e foi um dos fatores responsáveis para ação de segmentos progressistas da Igreja Católica que no auge da Ditadura Militar serviram como refúgio de práticas populares dos sindicatos, principalmente.

Historicamente é possível perceber a atuação das CEBs e de outros movimentos eclesiais em diversos conflitos sociais e ambientais no Brasil. Dessa forma, ressalta-se que a luta conjunta entre agricultores e CEBs são diversas no Brasil e consiste em episódios importantes de resistência, a citar: *Encruzilhada do Natalino* - Luta pela terra no município

de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Foi o primeiro processo de resistência após o Regime Militar de 64; *Afogados* - Por ocasião da construção de uma barragem em 1970 entre os municípios de Cruz Alta e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, mais de trezentas famílias foram expulsas de suas terras; *Campo Erê* - No município de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, famílias resistiram acampadas no antigo latifúndio, fazenda Burro Branco, de 1980 a 1982; *Marmeleiro* - O município de Marmeleiro, no Paraná, foi um importante palco de lutas pela terra desde 1940 devido ao intenso processo de grilagem na região; *Lutas em São Paulo* - Desde 1967 diversas lutas pela terra ocorrem no estado de São Paulo colocando em pauta os processos de grilagem na região; *A luta dos posseiros no Araguaia* - Na divisa entre o Pará, Goiás e Mato Grosso posseiros resistem a implantação de diversos projetos por parte de grandes empreendedores; *A luta dos povos da floresta* - No norte do País Índios sofreram com os impactos de projetos estatais e privados; *Seringueiros no Acre* - Em 1970, liderados por Chico Mendes, seringueiros se organizaram contra grandes fazendeiros pelo direito de reprodução socioeconômica em suas terras; (IOKOI, 1996).

### **3.3 MAB: Emergência e trajetória de atuação**

O primeiro episódio que marcaria o surgimento do MAB nacional se deu, como destacado no tópico anterior, através de uma aliança entre a Igreja Católica, A Igreja Evangélica de Confissão Luterana e atingidos pela barragem de Itaipu. Retomando: Ocorria uma grande necessidade de produção e crescimento das grandes cidades durante o processo de industrialização que se iniciou no período Vargas, mas se intensificou durante a Ditadura Militar, sobretudo durante o período intitulado como o Milagre Econômico. Neste sentido, diversos projetos hidrelétricos estavam sendo criados e dentre os quais a barragem de Itaipu, em Santa Helena, oeste paranaense.

Os estudos *in lócus* começaram no ano de 1973, com as primeiras sondagens para o local da construção do projeto, mas sua conclusão se deu no ano de 1982. Para construir a usina de Itaipu foram inundadas 1.500 km<sup>2</sup> de florestas e terras cultiváveis. Houve o deslocamento de mais de quarenta e duas mil pessoas, configurando em 11,42% da região do oeste do Paraná, seja dentro do próprio município, seja para outros estados e regiões, e até mesmo para fora do país (RIBEIRO, CASSULI e FRASSÃO 2012). Insatisfeitos com o andar das negociações e com as pendências por parte da Usina mais de 1.500 agricultores

se reuniram no pátio da Igreja Católica de Santa Helena, convocados pela Comissão Pastoral da Terra, que tinha na época como coordenador interino o pastor Kurt Haitje (VAINER, 2004).

Segundo Vainer (2004), a união entre religiosos da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Luterana seguiu os padrões de mediação possíveis em tempos de Ditadura Militar: Pressionar o Governo através de denúncias sobre as condições dos atingidos, sobretudo, através da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), órgão da Igreja Católica que influenciou consubstancialmente para o fim da Ditadura Militar. Na ocasião da primeira reunião acontecida em 16 de outubro de 1978, foi elaborado um abaixo assinado, entregue ao presidente General Gensel, que pautava 23 problemas que afetavam os ribeirinhos atingidos pela barragem de Itaipu, dentre os quais se destacavam falta de informação e consulta prévia, graves impactos ambientais e o preço irrisório das indenizações. Com efeito, a imprensa local e regional gravou diversos depoimentos, especialmente, acerca do desaparecimento dos Saltos de Sete Quedas<sup>21</sup>.

Neste mesmo ano de 1978 representantes da Comissão Pastoral da Terra, lideradas pelo pastor Gernote Kirinus e também pelo pastor Kurt Haitje iniciaram um trabalho com os atingidos intitulado a Arca de Noé. Este projeto que foi elaborado por membros da CPT, com apoio financeiro da Federação Luterana Mundial – com sede na Alemanha -, intentou formar Grupos de Base entre os agricultores atingidos para discutirem a situação que estavam enfrentando e traçar estratégias de resistência. Formaram-se 20 grupos de base distribuídos entre os municípios de São Miguel do Guaçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon, tendo como principais pautas de discussão: melhoria no preço para indenização das terras e o descaso do Estado para com os projetos de reassentamentos (SCHMITT, 2008).

No ano de 1980, especificamente no dia 11 de julho, 6 mil famílias que possuíam diversas pendências às vésperas do enchimento do lago se reuniram com o intuito de, três dias depois, ocuparem o escritório da empresa em Santa Helena. Através de um comunicado intitulado “Ao povo, ao Governo e à Itaipu” os atingidos reivindicam indenização imediata, que os reassentamentos fossem criados dentro do Estado do Paraná e também indenização das redes elétricas. Durante vários dias de ocupação os atingidos receberam a solidariedade de várias entidades religiosas e leigas, políticos e movimentos sociais, o que

---

<sup>21</sup> O Salto de Sete Quedas foi a maior cachoeira do mundo. Localizada no município de Guaíra teve o seu desaparecimento com a formação do lago da Usina hidrelétrica de Itaipu.

rendeu expressiva repercussão na imprensa. “Viviam-se os últimos momentos da ditadura militar, avançava as lutas por eleições diretas. Nascia o Movimento Justiça e Terra. Nascia a luta organizada dos atingidos por barragens” (VAINER, 2004, p.6). Ressalta-se que a organização dos atingidos inicialmente foi intitulada de Movimento Justiça e Paz, nome que antecedeu o “Movimento dos Atingidos por Barragens” (SCHMITT, 2008).

É importante destacar nesse sentido, como aponta Vainer (2004), que a construção da usina de Itaipu não foi importante apenas porque se tornou um marco de organização de atingidos por barragens no Brasil, mas porque os impactos sociais e ambientais provocados pelo projeto de Itaipu se tornaram exemplo em todo o território nacional. Em 1979, chegou a notícia na região do Alto Rio Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul, de que 25 usinas hidrelétricas estavam projetadas para a bacia, o que incidiria no deslocamento compulsório de 200.000 a 300.000 pessoas, a maioria pequenos agricultores, Tendo como exemplo os expropriados de Itaipu as famílias ameaçadas começam a se organizar por intermédio da Igreja Católica, sobretudo.

Segundo Scherer-Warren e Reis (2008) ocorreu uma intensa mobilização dos futuros atingidos, não obstante - ao contrário de Itaipu - o projeto de resistência se antecipou ao acontecido em Itaipu, ou seja, antes mesmo do início das obras se instaurou um cenário de conflitos entre os “ameaçados” e diferentes atores envolvidos. Para muitos pesquisadores e estudiosos foi nesse ponto que realmente deu início ao que seria o MAB nos dias de hoje, especialmente com a criação em 24 de abril de 1979, na cidade de Concórdia, Santa Catarina, da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Alto Uruguai – CRAB.

A organização da Comissão era composta por representantes da Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por membros da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Luterana, além de sindicalistas e professores da Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior (FAPES). O objetivo inicial da Comissão era o de obter maiores informações junto à Eletrosul sobre o andamento do Projeto e informar os atingidos sobre as ameaças que incidiam sobre eles (SCHERER-WARREN e REIS, 2008). Posteriormente, segundo Vainer (2004, p.6-7), as estratégias de resistência da Comissão evoluíram, assim como sua amplitude de organização:

Aos poucos a Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Alto Uruguai – CRAB – vai-se dar uma organização que cobrirá o conjunto da área ameaçada, dividindo-se em 5 regiões. Ao longo do tempo, cresce o

número de Comissões Locais ou de Linha (Colonial), base de uma estrutura organizacional integrada ainda por comissões municipais e comissões regionais, estas últimas enviando representantes para uma comissão geral, cuja Comissão Executiva constituirá a direção do movimento. Assembléias gerais que se reúnem a cada 3 anos ou em situações excepcionais vão completar a estrutura do movimento.

Reis (2007 ) destaca ainda neste sentido a possibilidade dos atingidos do Alto Uruguai terem contato com outros atingidos que vivenciaram a atuação de expropriação pela Eletrosul, especificamente sobre os projetos das Usinas Hidrelétricas de Salto Santiago e Salto Osório, ambas localizadas no estado do Paraná. Os depoimentos que intentavam esclarecer os impactos ambientais e sociais de outros projetos foram importantes para a organização no Alto Uruguai e mais tarde, assim como os Grupos de Base e acampamentos, comporiam o quadro de estratégias do Movimento. Em termos operacionais e estruturais a Comissão de Barragens sofreu várias alterações ao longo de sua existência: a) até o final de 1983 a Comissão contava com apenas uma secretaria, na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul, responsável pela burocracia do Movimento; b) em 1984, optou-se por uma diretoria executiva composta por representantes dos atingidos, sindicalistas e assessores; c) em 1985, com a função de coordenar distintas regiões ameaçadas pelos projetos de barragens foram criadas quatro comissões regionais, que na ocasião foi intitulada como Movimento dos Atingidos por Barragens<sup>22</sup>; e por fim, d) em 1986 foi deliberado pela criação de uma assembleia geral que acontecia inicialmente de ano em ano e, posteriormente, de dois em dois anos.

Ressalta-se que o objetivo político do Movimento até o final da década de 80 e início da década de 90 foi direcionado principalmente pela conquista de melhores indenizações para os atingidos e reassentamentos que possibilitassem a reprodução socioeconômica dos atingidos expropriados. Entretanto, posteriormente, os objetivos do Movimento mudaram e isto se deve em grande medida às mudanças na Estrutura de Oportunidades Políticas da época, especificamente sobre o fim do Regime Militar. Rocha (2008) destaca como exemplo a Lei da Anistia formulada em agosto de 1979 que permitiu a volta dos exilados políticos para o país. Esta Lei, segundo o autor, reforçou o ativismo político em diversas causas sociais, inerentes à sociedade civil organizada.

---

<sup>22</sup> Foi a primeira ocasião em que apareceu o nome “Movimento dos Atingidos por Barragens” enquanto intitulação do projeto de resistência.

Portanto, em conjunto com outros movimentos emergidos na época, dentro do contexto de redemocratização do país, a luta dos Atingidos deixa de ser o de “terra por terra” e passa para “terras sim, barragens não” (VAINER, 2004). Incidiu, no contexto de globalização no início da década de 90, uma mudança consubstancial dos movimentos sociais, afirma Scherer-Warren e Reis (2008). Para estas autoras havia uma tendência à “[...] articulação em redes mais amplas, buscando empoderamento e visibilidade na esfera pública” (p. 9). Este novo tipo de articulação em rede foi um dos fatores que mudaram as orientações de ação do Movimento, passando de uma luta local (indenizações e terras) para um nível de discussão política global.

Nesta época observou-se um estreitamento entre a Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Alto Uruguai (CRAB) e os sindicatos de trabalhadores rurais de diversas localidades, fato este que foi de suma importância para o surgimento do MAB nacional. Esta aproximação, conforme destaca Vainer (2004), acontecia de duas formas: em sindicatos mais combativos era comum que o presidente de um fosse simultaneamente integrante da comissão municipal ou regional de atingidos. No mesmo sentido o dinamismo organizativo da Comissão possibilitou uma reformulação de um sindicalismo acomodado de outrora, inclusive com a tomada dos sindicatos por lideranças mais combativas. Em outras regiões, em contraposição, foram os próprios sindicatos que assumiram o rumo e organização dos atingidos. O resultado dessa estreita vinculação foi uma articulação nacional do movimento dos atingidos por intermédio do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, vinculado a Central Única de Trabalhadores (CUT).

Dessa forma, em abril de 1989 aconteceu o I Encontro Nacional de Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia. O intuito do encontro foi a formação de uma rede entre atingidos de diversas regiões do país, estabelecendo a troca de experiências e informações. Este encontro demonstrou um poder de articulação maior presente entre os atingidos do Alto Uruguai em comparação a outras regiões, através da CRAB que reunia as experiências de organizações como sem-terra, das Igrejas, de grêmios e mesmo de partidos políticos (SCHERER-WARREN e REIS, 2008). Neste encontro foram elaboradas as primeiras bases para uma articulação do Movimento em nível nacional, evidenciando a necessidade de um novo encontro para discutir as estruturas organizacionais e os princípios do Movimento (FOSCHIERA, 2009). O resultado foi uma carta, onde os participantes exigiam:

[...] elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora; solução imediata para os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas existentes e que isto seja condição

para a implantação de novos projetos; cumprimento dos acordos já firmados entre atingidos e as concessionárias do setor elétrico; fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico (p. 292).

Ocorreram outras solicitações que extrapolavam questões específicas sobre “atingidos por barragens”, revelando uma articulação com outras lutas sociais:

Na Carta também estavam inclusas exigências que extrapolavam a questão específica dos atingidos por barragens direcionadas para elementos mais amplos da luta dos trabalhadores tais como: reforma agrária já e sob o controle dos trabalhadores; demarcação das terras indígenas; demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombolas e; não pagamento da dívida externa. No encontro decidiu-se pela formação de uma Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens (CNPTAB) com a seguinte composição: um trabalhador do Norte, um do Nordeste, um do Sul e um representante da CUT Nacional. Posteriormente, um trabalhador do Sudeste foi incluído na Comissão (p. 292).

Ademais, como encaminhamento ficou estabelecido a criação de uma Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens (CNPTAB) que contaria com atingidos do Norte, Nordeste, do Sul, um representante da CUT nacional e, posteriormente, um atingido do Sudeste também foi incluído. Além de preparar o primeiro informativo nacional dos atingidos por barragens no Brasil e serem os principais articuladores do I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, esta Comissão atuou em visitas ao Rio Grande do Sul - especificamente nas localidades de atuação do CRAB, Alto Uruguai -; na Caminhada pela Terra, na região Sudeste; em regiões atingidas como Altamira e Turuí no Pará; Iguaçu, no Paraná; visita ao Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB), em São Paulo; ao Movimento dos Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha, em MG, entre outros (FOSCHIERA, 2009).

Destarte, em 1991 aconteceu em Brasília o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens que foi o marco oficial de constituição do Movimento [Nacional] dos Atingidos por Barragens (MAB), oficializando, ademais, o dia 14 de março como o Dia Nacional de Luta contra as Barragens que desde então vem sendo marcado como um dia de luta, manifestações e divulgação do Movimento em todo o país (FOSCHIERA, 2009). No Boletim<sup>23</sup>, “A enchente do Uruguai” - elaborado pela CRAB – é dedicado ao relato do I

---

<sup>23</sup> Em anexo, o boletim na íntegra.

Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens. O objetivo do Boletim foi demonstrar as mais diversas frentes de lutas em todo o país e de como o MAB nacional se formou em função do apoio às essas lutas. Além disso, pode ser visto no Boletim a “Carta de Brasília”, documento final do Congresso que oficializou a criação do MAB nacional, como pode ser visto no recorte (Figura 4) abaixo. Nos chama atenção pontos direcionados ao Governo Federal, tais como: a exigência do fim do processo de privatização do setor elétrico brasileiro; reforma da atual política energética com a participação ativa dos atingidos por barragens em sua reestruturação; e a demarcação de terras indígenas, de remanescente de quilombos e para Reforma Agrária, tentando frear a construção desordenada das barragens.

# PARA ONDE VAMOS?

Um grande passo, foi a realização deste 1º Congresso Nacional, onde a realidade das diversas regiões se tornou mais conhecida, onde se pôde contar com o apoio de muitas entidades e, principalmente, discutir sobre o que fazer, para tornar mais forte a nossa luta, e uma das principais decisões tomadas, foi a formação de um Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Ainda, no dia do encerramento foram indicados três representantes de cada região do Brasil, que deverão se reunir com uma determinada frequência, sendo os coordenadores a nível Nacional, ou seja, os responsáveis para que de fato a organização em todo o País avance.

## DE FINIÇÕES DO CONGRESSO

Através da "Carta de Brasília", podemos entender as principais propostas, ou exigências dos atingidos por barragens de todo o Brasil, e que em torno destas propostas é que a luta deverá andar.



## CARTA DE BRASÍLIA

Nós, delegados do I CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, reunidos em Brasília (DF), nos dias 12, 13 e 14 de março de 1991, representando atingidos por barragens — construídas, em construção ou planejadas — de todas as regiões do Brasil, questionamos as atuais políticas de construção de barragens — para geração de energia elétrica ou para irrigação — que não atendem aos interesses dos pequenos agricultores, povos indígenas e do conjunto da classe trabalhadora.

As políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação, voltadas a um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, terras, população e indústrias, servem aos interesses do grande capital, excluindo os trabalhadores do processo de elaboração e decisão destas importantes políticas públicas e também dos benefícios da utilização da energia elétrica e de áreas irrigadas. A indústria eletrointensiva é subsidiada, enquanto milhões de brasileiros continuam sem luz elétrica em seus domicílios e trabalhadores rurais desalojados pela inundação de suas terras aguardam reassentamento por falta de recursos do setor elétrico. A implantação de grandes projetos de irrigação é subsidiada, enquanto milhares de famílias permanecem sem condições de produção em suas terras.

Denunciamos que os grandes projetos de construção de barragens geram desastrosos efeitos para a população atingida. As políticas de construção de barragens tem significado para os trabalhadores a expulsão da terra e a conseqüente destruição de comunidades rurais. O que se tem verificado é o empobrecimento dos trabalhadores rurais e dos indígenas das regiões onde se instalam as barragens e a destruição do meio ambiente, especialmente dos rios e dos peixes.



Durante o 1º Congresso não faltou animação, mostrando as tradições e a cultura das diversas regiões do Brasil.

Diante desta situação, decidimos criar de forma definitiva o MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, que articula movimentos locais e regionais de luta pela terra, visando profundas reformas nas atuais políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação.

Assim, em Congresso Nacional exigimos do governo:

- o cumprimento imediato dos acordos celebrados entre o movimento e o setor elétrico, visando solucionar a situação dos atingidos;
- a priorização dos recursos do setor elétrico para a solução dos graves problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação e funcionamento de barragens;
- que a definitiva solução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas barragens seja condição à implantação de novos projetos;
- o fim do processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico, que são patrimônio do povo brasileiro;
- a reforma da atual política energética com a participação dos atingidos e do conjunto da sociedade;
- a reforma da atual política de projetos de irrigação, visando o real benefício dos trabalhadores rurais;
- pleno respeito aos direitos dos povos indígenas ao seu território e demarcação imediata das terras indígenas, demarcação das terras de remanescentes de quilombos e reforma agrária.

BRASÍLIA (DF), 14 de março de 1991

COMISSÃO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

Figura 4 - Recorte do Boletim "A enchente do Uruguai"

Fonte: <http://www.cpvsp.org.br/>.

É importante visualizar que o início da década de 90 é marcado por uma ampliação da pauta de luta de diversos movimentos sociais, partindo de um contexto local para o ativismo global. E isto se deve em grande medida a um conjunto de mudanças nas aberturas políticas, especialmente, com o advento da globalização. Foi um momento de articulação em redes, sobretudo. Começou a existir um olhar atento em todo o mundo sobre as questões ambientais que infligiam diretamente sobre os aspectos econômicos dos países

em desenvolvimento. Segundo Scherer-Warren e Reis (2008, p.11) estas mudanças globais incidem sobre os novos objetivos e estratégias do Movimento dos Atingidos por Barragens que acabara de se oficializar:

Na condição de movimento nacional, o MAB ampliou suas articulações políticas e, respectivamente, vai transformando sua pauta de lutas numa pauta mais abrangente, inclusiva de interesses e demandas de outros segmentos da população, igualmente em situações de carência. O movimento passa, assim, a compreender e estimular três frentes principais de ação: 1 – a continuidade ao ativismo de base, isto é, a resistência dos atingidos nas suas comunidades, suas regiões, nas barrancas dos rios ou nos canteiros de obras das hidrelétricas; 2 – as articulações políticas nacionais e internacionais, para empoderar-se por meio de redes de movimentos, através da participação num número crescente de fóruns como o Fórum Nacional da Reforma Agrária; em redes inter-organizacionais como a Inter- Redes e a Via Campesina; em articulações mais amplas como a Consulta Popular, a Semana Social Brasileira, a Assembléia Nacional Popular; em articulações transnacionais como o Fórum Consultivo da Comissão Mundial de Barragens e no Committee on Dams, Rivers and People, dentre outras; 3 – as mobilizações ou protestos em praça pública, para criar visibilidade na mídia e na esfera pública e pressionar os organismos estatais, como foi a primeira Marcha nacional, organizada pelo MAB, “Águas pela Vida”, que percorreu o trecho entre Goiânia e Brasília de 13 a 28 de maio de 2004, contando com a participação de atingidos por barragens, pequenos agricultores, sem terras, índios, pescadores, ribeirinhos e quilombolas. Esta terceira forma de ação conjuga as duas primeiras: o protesto público e o processo articulatório. Desta forma amplia-se a base mobilizatória e a agenda das demandas.

A partir da criação do MAB Nacional, Vainner (2004) destaca o conflito que se lança perante a dualidade movimento nacional e movimentos regionais. A solidariedade entre atingidos de diversos locais animavam a luta de base, mas era insuficientes para construir um movimento nacional visto a necessidade de alocar recursos e militantes para executar as tarefas de um movimento que se propunha a praticar ações em um território tão vasto como o Brasil. Existia, nesse sentido, o medo por parte dos movimentos locais de que as ações do movimento nacional fossem centralizadoras, retirando autonomia da base. Dentre as discussões sobre a melhor forma de organização do Movimento optou-se por um modelo federativo, onde os movimentos locais tinha absoluta autonomia política, organizacional e financeira, cabendo ao movimento nacional uma representação igualitária das regiões. Todavia, ainda havia uma dualidade entre os rumos do Movimento. Por um lado, o consenso de que o movimento nacional existia em função das organizações locais e regionais. Por outro lado, o crescimento do movimento nacional, incluindo seu reconhecimento internacional, implicava enfrentar questões como a política energética nacional, gestão de

recursos hídricos e outras questões gerais relacionadas ao meio ambiente, que transcendem as pautas tradicionais de lutas locais.

Durante toda a década de 90 as ações e o papel do MAB Nacional foram encarados das mais variadas formas pelos movimentos regionais. Surgiram diversas críticas dentro do próprio Movimento acerca dos recursos materiais e humanos investidos no MAB Nacional, ao passo que os movimentos locais possuíam diversas dificuldades para mobilizar e organizar as bases. Nos primeiros anos de existência do MAB Nacional, suas estratégias se pautavam na organização das pautas de reivindicações locais, em exercer pressão no Governo Federal e na articulação com outros movimentos populares, especialmente com relação a pautas de contestação mais abrangentes como a busca por um novo modelo de desenvolvimento econômico para o país. Além disso, existia a preocupação de organizar viagens para que os atingidos de um determinado lugar pudessem conhecer a realidade de outras comunidades atingidas. Mais recentemente, no início do século XXI, parece haver um esforço de aproximação do MAB Nacional com as lutas locais. As principais medidas é a incorporação de uma pauta centrada em questões políticas de âmbito nacional coadunando com o Projeto Popular – resultado da Consulta Popular – e o investimento na formação de inúmeros militantes para atuarem na organização local, invertendo a relação de outrora de emanção dos movimentos locais para o fortalecimento dos núcleos de base (VAINNER, 2004).

Em 2003 o MAB Nacional entrega ao Ministério de Minas e Energia uma pauta de reivindicações que compreendem duas dimensões principais: a) uma em relação a resolução dos problemas deixados pelas hidrelétricas já construídas e outra em relação a b) necessidade de mudança do modelo energético brasileiro. Scherer-Warren e Reis (2008) enfatizam em seus estudos que neste novo milênio o MAB deixa evidente três dimensões de contestações que foram desenvolvidas desde a década de 90, a saber, a luta pela reparação das perdas sofridas pelos atingidos por barragens; as consequências dos impactos que estes projetos têm sobre o meio ambiente e a reestruturação do modelo energético brasileiro. Ademais, segundo as autoras, o MAB durante o início do século XXI vem se fortalecendo na articulação com outros movimentos sociais brasileiros e latinos americanos, articulações estas, que também é uma construção que vem ocorrendo desde o século anterior. Tudo isso tem acontecido em concomitância com estratégias políticas de anti-globalização e dos Fóruns Sociais Mundiais, que promovem discussões nos campos do “[...] controle social dos bens comuns pela cidadania; controle estatal dos bens comuns

estratégicos para a soberania e não privatização dos setores relacionados a produção e distribuição desses bens; prioridade às populações mais pobres e excluídas; planejamento com participação das populações diretamente envolvidas nos projetos públicos” (SCHERER-WARREN e REIS, 2008, p.13). Ressalta-se neste contexto de articulação mundial, a participação do MAB na Via Campesina, composta por movimentos sociais e organizações de várias partes do mundo. O intuito foi somar forças em um projeto de contestação que possui como inimigos empresas privadas muito poderosas.

Destaca-se por fim, como último episódio que nos remete a trajetória do MAB Nacional o II Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado no ano de 2006, em Curitiba – PR. O encontro segundo Ferreira (2012) teve como principal resultado a elaboração do Plano de Construção Nacional que apontou novas diretrizes do Movimento. Os apontamentos, como podem ser vistos no recorte abaixo, deram ênfase na necessidade de que a luta do Movimento fosse uma “luta de classe”, isto é, o pensamento orientador é de que somos todos atingidos pelo setor elétrico brasileiro e não apenas por um empreendimento em si. Assim, as ideias centrais do II Encontro Nacional se resumem a:

1 - Água e energia não são mercadorias. Água e energia é patrimônio do povo e deve estar sob o controle popular. 2 - É necessário construir um modelo energético alternativo, com a utilização dos recursos naturais, que sirva aos interesses da classe trabalhadora, hoje e no futuro. 3 - A luta é contra toda privatização da água e da energia (e reaver o já privatizado) e que se estende à luta contra as barragens e pelos direitos dos atingidos. 4 - Lutamos também para combater a exportação de produtos de alta densidade energética (eletrointensivos) utilizados para fins da acumulação capitalista. 5 - O MAB é um Movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. 6 - Nossa principal forma de luta é a pressão popular. 7 - Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade. 8 - Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo. 9 - Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional. 10 - A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2008, p. 28).

Este capítulo tentou demonstrar de forma despretensiosa a ligação que existe entre mudanças macroestruturais de um país e o surgimento de um Movimento Social, que nasce para tentar contestar tais mudanças. Para este fenômeno elegemos o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas para dar embasamento teórico ao surgimento do Movimento dos

Atingidos por Barragens no Brasil. Não obstante, o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas [por si só] está longe de explicar totalmente as insurgências de confrontos locais, especialmente ao qual este estudo pretende compreender. Dessa forma os estudiosos que optam pela corrente da Teoria do Processo Político, além do conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas, tendem a evocar os conceitos de Repertório de Ação Coletiva e o de Estruturas de Mobilizações para se aproximar a um nível da microssociologia capaz de entender contextos locais e únicos. Por isso no próximo Capítulo abordaremos as lutas inerentes ao movimento dos atingidos na Zona da Mata Mineira e a rede de resistência que se formou, mas, em especial, a luta dos atingidos por Emboque e Granada (MG) e o projeto de resistência de Casa Nova (MG), evidenciando as táticas que se formaram frente à ameaça de um projeto hidrelétrico.

## CAPÍTULO IV

### **Repertórios, Estruturas de Mobilização e a influência da Igreja Católica no projeto de resistência das comunidades de Casa Nova, Emboque e Granada**

Como já brevemente apontado na delimitação do problema de pesquisa e do histórico do Movimento dos Atingidos por Barragens Nacional, para o caso da Zona da Mata Mineira não é possível desvincular trajetória do Movimento da atuação da Igreja Católica Progressista na região. Dessa maneira, evidenciamos neste tópico uma análise geral da aliança entre estes dois grupos sociais, evidenciando alguns aspectos do Repertório de Ação Coletiva utilizado, especialmente de como a Igreja influencia sobre as práticas Movimento.

#### **4.1 A Teologia da Libertação e suas contribuições para o Movimento dos Atingidos por Barragens na Zona da Mata Mineira**

Apresentamos inicialmente neste trabalho<sup>24</sup> as principais características das Oportunidades Políticas que possibilitaram a consolidação de uma aliança entre a vertente da Igreja Católica Progressista e o Movimento dos Atingidos por Barragens na região da Zona da Mata Mineira, havendo inclusive momentos difíceis de separar o que foi um e o que foi outro, tendo em vista que por vezes as identidades se misturavam. Isso se dava, pois membros ligados inicialmente a Igreja Católica ora se identificavam como tais, ora se identificavam apenas como Movimento. Mas, na maioria das vezes houve um posicionamento claro da Igreja em favor da defesa dos atingidos, mesmo que por vezes alguns membros que estavam inseridos na militância não podiam responder em nome da Instituição, levando em consideração a hierarquia altamente respeitada dentro da Igreja. No

---

<sup>24</sup> Ver delimitação do problema.

entanto isso nem sempre foi assim. A Arquidiocese de Mariana<sup>25</sup> foi durante muito tempo tida como uma das mais conservadoras do Brasil e não havia, com efeito, o apoio por parte da cúpula para com os movimentos de mobilização no campo ocorridas em finais da década de 80. A entrada do bispo Dom Luciano Mendes de Almeida - apresentado por muitos como um adepto da Teologia da Libertação - em 1988 na Arquidiocese foi de extrema importância para uma mudança nas Oportunidades Políticas na região.

De acordo com Oliveira (2005), apesar do grande número de dioceses e arquidioceses espalhadas pelo Brasil, a Arquidiocese de Mariana merece reiterada atenção. A vinda de Dom Luciano e sua locação como arcebispo de Mariana, no lugar de Dom Oscar estaria inserida num contexto de articulação maior que tinha como objetivo frear a atuação religiosa progressista de São Paulo. A Arquidiocese de São Paulo, maior jurisdição eclesiástica do Brasil, era comandada na época pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns que lutou e influenciou em diversas resistências contra a Ditadura Militar. Dom Paulo Evaristo tinha por intenção que Dom Luciano, bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo, fosse seu sucessor, entretanto ocorreu sua nomeação para Arquidiocese Mariana a qual foi transferido (OLIVEIRA, PAGNOSSA e ZANGELMI, 2011). Este tipo contextualização se torna importante para a análise dos movimentos surgidos na base, tendo em vista que existe um panorama de conflito entre os defensores da Teologia da Libertação e defensores de uma igreja tradicional, menos convergentes com questões políticas. Em um e-mail<sup>26</sup> direcionado a Dom Pedro Casaldáliga, o teólogo e professor da Diocese de Lorena, Felipe Aquino<sup>27</sup>, fez duras críticas aos Teólogos da Libertação incluindo Dom Luciano.

Lamento profundamente o seu artigo A VERDADE, PILATOS, É... onde o sr. mostra que apesar de já advertido cordialmente pelo Vaticano continua incorrigível, envenenando o povo com a teologia da libertação, que aniquila a verdadeira fé, subverte a salvação soteriológica como disse o então Ratzinger. [...] Por favor, não descaracterize a viagem do nosso Pastor, do "Joseph de Deus" que vem a nós. Não jogue o povo de novo contra ele e contra a Igreja, mais uma vez como fez duramente com João Paulo II. D.

<sup>25</sup> A Arquidiocese de Mariana abrange diversos municípios de Minas Gerais, tais como Santa Cruz do Escalvado, Diogo Vasconcelos, Abre Campo, entre outros que já foram afetados pela construção das UHEs e PCHs, na Zona da Mata Mineira.

<sup>26</sup> Para averiguar o conteúdo dos e-mails acessar: <[http://www.oraetlabora.com.br/mail\\_recebidos/carta\\_de\\_felipe\\_aquino\\_para\\_d.htm](http://www.oraetlabora.com.br/mail_recebidos/carta_de_felipe_aquino_para_d.htm)>. Acesso em 4 de janeiro de 2014.

<sup>27</sup> Professor Felipe Aquino é famoso e respeitado entre os teólogos da Igreja. Possuindo mais de 50 livros tem um programa em horário nobre na emissora televisiva Canção Nova, além de fazer palestras por todo o Brasil.

Casaldáliga, D. Paulo Arns já está descansando embora entre nós, também D. Luciano Mendes, D. Ivo, D. Hipólito...um a um dos que erraram o caminho, o Espírito Santo está retirando do palco (Professor Felipe Aquino, 2007).

A afirmação “erram o caminho, o Espírito Santo está retirando do Palco” com referência a Dom Luciano trouxe revolta e indignação a outros padres e leigos que acompanharam o histórico de mais de quinze anos de lutas sociais de Dom Luciano na Arquidiocese de Mariana. Padre Geraldo Martins, assessor de comunicação e informática da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), retrucou em uma carta ao teólogo Felipe Aquino. O assessor da CNBB se demonstrou surpreso com o fundamentalismo e ódio que o teólogo possuía para com aqueles que coadunavam com a Teologia da Libertação.

[...] Que o senhor faça opção por uma eclesiologia alienada e alienante, alimentada por uma cristologia, da mesma forma, desencarnada e a-histórica, a gente compreende e aceita. Agora, desqualificar com linguagem arrogante, xenófoba, fundamentalista, homens que fazem e fizeram de sua vida, tal como Cristo, um aniquilamento em favor dos pobres e excluídos, é imoral, antiético, anticristão. O amor deles pela Igreja de Cristo é de tal profundidade que ultrapassou sua capacidade de compreendê-los. Talvez isso o tenha deixado confuso, perturbado, levando-o a escrever o que escreveu. [...] Como o senhor está bastante desinformado sobre a biografia dos que afirma terem "errado o caminho", envio, anexos, alguns depoimentos e testemunhos acerca da vida e da obra de dom Luciano com quem convivi 18 anos na diocese primaz de Minas Gerais. Sinto, portanto, o dever imperioso de dizer-lhe que, ao ofender dom Luciano, o senhor ofendeu toda a Arquidiocese de Mariana e a Igreja do Brasil. (Padre Geraldo Martins, 2007).

Pois bem, ser ou não adepto da Teologia de Libertação foi o foco da discussão que tangenciou os movimentos progressistas na Arquidiocese. Todavia, o fato é que os adeptos da Teologia têm maior propensão a mobilização e organização de comunidades pobres no meio rural. O próprio Dom Luciano, em uma entrevista concedida ao programa Roda Viva<sup>28</sup> ressaltou a importância dessa vertente da Igreja Católica.

O que eu posso lhe dizer é que a Teologia da Libertação, na minha pobre análise, ela ainda vai dar todos os seus frutos. Mas ela é mais conhecida por aqueles que podem ler, que podem refletir, não é algo que entrou assim em todos os níveis da pregação cristã no Brasil. Sobretudo para os mais simples, talvez alguns aspectos da Teologia da Libertação, mas ela é ainda algo que é mais acolhido pelos estudiosos, mais pelo menos como tema de reflexão (Dom Luciano, entrevista cedida ao programa Roda Viva, 1991).

---

<sup>28</sup> Para ver toda a entrevista: <  
[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/734/entrevistados/dom\\_luciano\\_mendes\\_de\\_almeida\\_1991.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/734/entrevistados/dom_luciano_mendes_de_almeida_1991.htm)> Acesso em 4 de janeiro de 2016.

Na base, as comunidades eclesiais se formaram de acordo com os princípios de uma igreja progressista, voltada para as desigualdades sociais no campo. Aproveitaram, das condições favoráveis da Estrutura de Oportunidades Políticas da época. Destarte, no início dos anos 90, inspirados em mobilizações feitas na Diocese de Caratinga, padre Antonio Claret, padre José Geraldo, padre João do Carmo e um grupo de leigos reuniram comunitários rurais a fim de organizar Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). De acordo com o Padre Claret, a Arquidiocese de Mariana não utilizava o “Roteiro das CEBs” que consistia num instrumento de orientação para organização das comunidades rurais. Hoje, no entanto, o roteiro de reflexão é uma prática empregada por toda a Arquidiocese. “No entusiasmo de transformar a realidade, senti na pele que o processo de libertação só acontece quando se cria o clima favorável para que as pessoas sejam sujeito de sua libertação” (Padre Claret, 2004)<sup>29</sup>. Cabe ressaltar, que a organização das CEBs na época buscavam resolver carências sociais básicas como subnutrição de crianças, problemas de abastecimento de água as comunidades, escoamento da produção através da criação de pequenas associações, falta de ônibus para as localidades, dentre outros problemas. Posteriormente, as mobilizações se deram em função de grandes conflitos, principalmente.

#### **4.2 Igreja Católica, Movimento dos Atingidos e as estratégias de resistência**

Em um documento com vistas a obtenção do Prêmio Direitos Humano da Universidade de São Paulo (USP), organizada pelo então Deputado Federal em 2004, César Medeiros, Padre Claret, aspirante ao título, retrata em suma como se deu o processo de formação de uma rede de resistência contra barragens na Zona da Mata Mineira e no Alto Rio Doce. Inicialmente não existia ainda o MAB na região. As primeiras movimentações se deram com o encontro entre o Padre Claret e o professor Franklin Daniel Rothman, da Universidade Federal de Viçosa, por volta de 1995. O professor Franklin, recém-chegado de uma pesquisa no sul do Brasil com atingidos por barragens deu início, juntamente com outros militantes, ao Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

---

<sup>29</sup> Retirado do documento “Uma vida dedicada aos direitos humanos” confeccionado em 2004.

(Nacab). O Nacab, por sua vez, contava com o apoio de um membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Padre Gilson, da paróquia de São Sebastião, Ponte Nova, Minas Gerais. Padre Claret destaca dois grandes embates que foram responsáveis para a consolidação da rede de resistência: o projeto da barragem de Pilar, consórcio entre a FIAT e ALCAN e a barragem de Emboque, de responsabilidade da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina.

O projeto Pilar, que teria sua implantação no Rio Piranga atingiria mais de 300 famílias, sobretudo agricultores familiares dos municípios de Guaraciaba e Ponte Nova, Minas Gerais. Contudo, a luta e resistência por mais de cinco anos das comunidades impediram a concretização deste projeto em 1999. Quanto ao processo de resistência contra a barragem de Emboque, num primeiro momento, a organização não foi tão profícua com potencial de barrar as obras, não obstante, muitas das condicionantes que não foram cumpridas na época, mas que foram cumpridas posteriormente se deu pela organização e persistência do povo. Na foto (Figura 5) abaixo pode ser visto o Padre Claret e o Padre Juquinha reunindo a comunidade rural para um protesto popular no interior da Zona da Mata Mineira.



**Figura 5** - Comunidade rural se preparando para uma intervenção  
**Fonte:** Acervo Nacab, (2015).

Nesse sentido, nos primeiros anos de resistência contra projetos hidrelétricos na Zona da Mata Mineira foi possível verificar diversas estratégias de ação coletiva. Como os movimentos se organizam e quais as possibilidades estruturais de atuação são elementos importantes para entender o histórico de resistência. No Brasil, existe um histórico quanto às estratégias de resistências utilizadas e de certo modo elas se convergem entre os movimentos sociais, seja em lutas na cidade ou no campo. Parecem existir metodologias e discursos comuns adaptadas aos contextos locais, mas quase sempre enviesadas por padrões de esquerda que orientam as ações políticas e culturais dos movimentos. Não é raro, portanto, que os movimentos sociais se pautem por predisposições teóricas e metodológicas comuns de autores como Karl Max, Paulo Freire, Antonio Gramsci, entre tantos outros, evidenciando dessa forma uma orientação política dos participantes. Existe então nesse sentido um grande embate entre a Igreja Católica tradicional e os movimentos sociais, já que a primeira é contrária aos pressupostos socialistas e revolucionários - que diversos destes autores compactuam -, sobretudo se utilizar de algum tipo de enfrentamento violento ou que possa estimular a violência em qualquer outro aspecto.

O próprio Dom Luciano em uma entrevista concedida a pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Minas Gerais, retratou alguns aspectos relativos às prioridades no processo de resistência, ressaltando, concomitantemente a necessidade de se criar espaços de diálogos entre a comunidade e representantes do empreendedor, incluindo, além disso, autoridades do Estado.

Três soluções apresentaram-se: a primeira é organizar o povo para que eles tenham condições de expressarem suas expectativas e essas organizações podem ser induzidas por um grupo, induzida por outro, até que houvesse uma consolidação, um fortalecimento das iniciativas propriamente populares passados alguns anos. [...] A segunda saída é realmente o diálogo com as entidades que promovem a construção de barragens. Esse diálogo nem sempre foi fácil, porque havia assessores que visitavam as famílias oferecendo indenizações, uma ou outra aceitava, outras não aceitavam; resultado: foi se criando uma espécie de confronto de fazer acontecer a barragem e a defesa dos direitos dos atingidos por barragens. Então, essa solução, embora viável, ela foi de difícil condução. E a terceira era o recurso à autoridade governamental nas suas diversas instâncias para arbitrar essa organização dos atingidos [Entrevista com Dom Luciano] (SILVEIRA, OLIVEIRA e FERREIRA, 2006, p.22-23).

Pensar o diálogo com o empreendedor nas organizações de base é algo inaceitável, tratado até mesmo como traição<sup>30</sup>. Movimentos não se comunicam com empreendedor e isso é uma palavra de ordem. Assim, o movimento de base se orientará por vezes de forma contrária às sugestões do alto escalão da Igreja Católica, mesmo que esta simpatize com o movimento progressista, adepto ou não da Teologia da Libertação. Isto é, estão, em verdade, convergentes com os objetos da ação que é a defesa dos direitos humanos, se divergem, porém, na forma como alcançá-los. Entretanto, nas estratégias de defesa das comunidades foi possível mapear e exemplificar três tipos de práticas, dentro do Repertório de Ação Coletiva: Técnico-científico, Confronto Direto e Educação-informação.

O processo de construção de grandes empreendimentos, desde a fase de planejamento até o cumprimento das condicionantes – pós funcionamento do projeto – junto às comunidades requer um conhecimento técnico muito grande, sobretudo no que concerne aos processos negociáveis ao longo de todo o conflito. O problema é que comunidades rurais, as quais seus moradores possuem baixos níveis de escolaridade, incluindo muitos que mal sabem assinar o próprio nome, tem sofrido sobremaneira por não possuir o *métier* científico necessário para lidar com as situações ao longo do conflito. Nesse contexto, a Igreja em aliança com outras organizações, como grupos universitários e ONGs, tem feito um papel importante neste campo de atuação. Configura-se então em um dos pontos de ação que tem dado alguns resultados satisfatórios, mesmo diante de uma grande assimetria de recursos tendo em vista o capital científico do empreendedor.

Documentos técnicos, tais como os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e os Relatório de Impacto Ambiental (RIMAs), instrumentos de difícil decodificação, são necessários para obtenção da Licença Prévia dos projetos e são responsáveis por delimitar ações futuras por parte do empreendedor. Ali estão listados os principais impactos sociais e ambientais que incidirão sobre as comunidades, projetando, com efeito, medidas compensatórias para minimizar ou reverter em possibilidades de melhorias para as comunidades e para a região indiretamente impactada. Dessa forma, analisar o EIA/RIMA e identificar os principais erros, faz parte da estratégia de Ação Coletiva. Entretanto, este é apenas um exemplo dos diversos documentos que incorrem durante o processo, passíveis de entendimento por parte da comunidade.

---

<sup>30</sup> Este tipo de posicionamento se dá geralmente antes da construção da barragem, pois posteriormente o Movimento acaba recorrendo às negociações para obter ganhos para os atingidos.

Outra instância de projeção no processo de resistência - que é de certo modo Técnica-científica - se referem às audiências públicas, embora se configure como um espaço apenas consultivo, não deliberativo. Ainda sim, a presença e fala de membros da Igreja se tornam importantes, assim como na preparação para levar às comunidades para as audiências. Nos fragmentos abaixo, retirado de jornais da época, podem ser vistos alguns exemplos da participação de movimentos eclesiais nesses espaços.

[...] cada uma das entidades que defendem os interesses dos atingidos também tiveram 5 minutos para expressarem sua opinião. O primeiro a se apresentar foi o padre Claret, representando as CEBs da Arquidiocese de Mariana. Segundo ele, “este é um jogo de forças. Força do poder (empreendedor) e força do povo que vai começando a entender a importância da organização” (FOLHA DE PONTE NOVA<sup>31</sup>, 2001, audiência pública em Miguel Rodrigues, Minas Gerais).

[...] o padre Claret discorda e frisa decisão do MAB: exigir dos órgãos ambientais que só autorizem o enchimento do lago com o fim de “muitas pendências” [...] Há ênfase para problemas na obra da Nova Soberbo (cuja vila original será inundada) e várias reivindicações dos atingidos, com dramas que incluem um desaparecimento e uma morte. Neste caso o arcebispo [Dom Luciano] apela para as “questões humanitárias e de direito” (FOLHA DE PONTE NOVA, 2003, audiência pública em Belo Horizonte, Minas Gerais).

Outro ponto de Ação Coletiva que compõe o repertório constitui no Enfrentamento Direto, não num sentido de violência, mas em suas mais variadas formas de embate com empreendedor, incluindo formas de enfrentamento que são simbólicas, tal como a utilização do teatro, da dança e da música de conteúdo crítico. Ou, tida como mais enérgicas aquelas formas de enfrentamento em que o número de pessoas participando faz toda diferença, a citar os acampamentos, as ocupações e as passeatas, por exemplo. Mais uma vez a presença de membros da Igreja Católica em trabalho conjunto com outros movimentos sociais tem feito diferença. Primeiro que, a experiência das organizações eclesiais de base é de suma importância para a mobilização do povo, incluindo ações e discursos baseados na bíblia, típico dos simpatizantes da Teologia da Libertação. Segundo, pois, a presença de líderes religiosos, em consonância com líderes locais é um fator essencial para a aglomeração de um grande contingente de pessoas necessário para a prática coletiva. Eis,

---

<sup>31</sup> Os trechos de matérias de jornais contidas nesse trabalho é fruto de uma coleta de documentos junto ao Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (projeto de extensão ligado a Universidade Federal de Viçosa – UFV) e junto ao Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. Salienta-se que por vezes só existiam os recortes dos jornais, não sendo possível, por consequência, realizar a inclusão completa nas referências bibliográficas.

a seguir, alguns exemplos destes tipos de mobilização levando em consideração que seria impossível listar todos.

O processo da marcha foi se fortalecendo a partir da necessidade de denunciar a situação que vivemos e o tratamento que recebemos das empresas construtoras de barragens. As mobilizações organizadas nas regiões em função do Dia Internacional de Luta contra as barragens – 14 de março, não foram suficientes para as empresas atenderem nossas reivindicações [...] (JORNAL MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2004, p. 2).

Manifestação reúne produtores na Alcan. O protesto é contra a construção de uma Usina Hidrelétrica de Fumaça na região de Diogo Vasconcelos e Fumaça. A empresa está sendo acusada de obrigar produtores rurais a negociarem as terras [...] (JORNAL PONTO FINAL, 2001, p. 1).

Mais de duzentas famílias da comunidade do distrito de Miguel Rodrigues invadiram na segunda feira 29, o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Fumaça [...] A Invasão está sendo comandada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens com o apoio da Comissão Pastoral da Terra [...] (JORNAL PONTO FINAL, 2001, p.3).

Percebe-se que a escolha pela forma de enfrentamento obedece a fatores externos, mas ainda sim os grupos possuem uma maior autonomia sobre esse tipo de Ação Coletiva do que na forma anterior. Desde que tenha recursos disponíveis (incluindo, por vezes, recursos financeiros) e planejamento prévio estes tipos de ações são viáveis. São bem vindas, ademais, em datas especiais como datas religiosas ou em reuniões de órgãos ambientais, incluindo lugares públicos e movimentados, por exemplo, pois, para os movimentos sociais o ideal é atingir o máximo de visibilidade da sociedade no sentido de denunciar as injustiças que estão sofrendo. Nas Figuras 6 e 7, abaixo, podem ser vistos imagens da Romaria da Água e da Terra que aconteceram em 2013 na cidade de Miradouro, Minas Gerais. A Romaria, organizada pela Diocese de Leopoldina e pela Comissão Pastoral da Terra é mais um exemplo de manifestação religiosa e popular que arrasta multidões de pessoas, sobretudo agricultores familiares devotos.



**Figura 6** - Romaria dos Trabalhadores, caminhada de fé  
Fonte: Tribuna de Muriaé, 2013.



**Figura 7** - Romaria dos trabalhadores, mística com jovens agricultores  
Fonte: Tribuna de Muriaé, 2013.

Por fim, destacamos os processos de resistência inerentes a Informação/educação. Este tipo de ação não tem por intenção a reunião de pessoas ‘físicas’ e de forma presencial, mas comumente pretende mudar opiniões de massa através da mídia e de oportunidades de educação, ou seja, tende a levar um tipo de “ideia” – que é expressão de um coletivo ou de uma instituição – para o maior número de pessoas fazendo com que estas possam compartilhar e compactuar informações comuns. Os veículos de disseminação são os mais diversos, entretanto, nos últimos anos temos uma predominância da *internet* em conjunto com a mídia televisiva. Ressalta-se que agricultores familiares e populações ribeirinhas, ainda mais na década de 90, não possuíam domínio sobre estes tipos de mídias, sendo que as notícias vinculadas, feitas com ajuda de outros atores sociais, se davam em informativos e jornais locais. Os movimentos eclesiais auxiliam de forma particular nesse tipo de estratégia, tendo em vista que usar o nome da Igreja ou a figura de um Padre ressalta emoções e atribuem valores simbólicos à informação. Para os casos que retratam mobilizações coletivas envolvendo a Arquidiocese de Mariana, destacamos as diversas entrevistas e depoimentos de sacerdotes e líderes das Comunidades Eclesiais de Base. E, de forma bastante peculiar, as mudanças de conteúdo do jornal oficial da Arquidiocese.

No trabalho de Oliveira, Pagnosa e Zangelmi (2011) foram abordados diversas mudanças de conteúdo que aconteceram no jornal da Arquidiocese. Essas mudanças foram fruto, dentre outros motivos menores, da troca ocorrida na alta hierarquia da Igreja Católica e isso influenciou na frequência e no conteúdo das mensagens direcionadas aos atingidos vítimas dos conflitos com grandes empreendedores na região. As mudanças seguiram com os episódios já abordados em tópicos anteriores sobre a Estrutura de Oportunidade Política que se formou no final da década de 80. Assim, o “Arquidiocesano”, nome do jornal na época de Dom Oscar, não tinha em suas páginas matérias que permitiam a evidenciação de grupos progressistas que surgiam após a redemocratização do país. Em outras palavras, o periódico tinha como objetivo difundir assuntos religiosos, não políticos, a priori. Posteriormente, com a nomeação de Dom Luciano o informativo passou a se chamar “O Pastoral” e seu conteúdo se voltou para questões relacionadas ao combate das desigualdades sociais e incentivo de lutas populares coletivas, como podem ser vistas nos trechos abaixo.

O XII Encontro das Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Mariana desponta como um grande marco da caminhada eclesial de nossa Arquidiocese. Lembro-me que os encontros anteriores aconteciam anualmente. Quem ficava sabendo? Como eram preparados? Quem participava? Sem dúvida que havia os responsáveis por eles. Tenho certeza

que eram preparados com carinho e esmero. Mas, por uma série de fatores, atingia uma parte muito pequena da Arquidiocese. Mesmo por que a Arquidiocese como um todo não havia feito sua opção pelas CEBs. Nem por isso deixaram de cumprir seu papel. Aliás, há que se ressaltar que, se chegamos ao XII Encontro, é graças à resistência daqueles que acreditaram nas CEBs como uma realidade possível também para a arquidiocese de Mariana [...]

O chavão que “as CEBs são grupos políticos” já se tornou anacrônico. A desculpa é que a diocese de que Mariana tem muitos padres e por isso os leigos não precisam assumir ministérios se contradiz com o acúmulo de trabalho da parte de muitos párocos. O “Rosto da Igreja” que este encontro deverá nos fazer encontrar é o rosto do próprio Cristo identificado com os pobres e excluídos. A partir daí é só organizar as comunidades para ser seu espaço de luta, de reivindicação, de celebração da própria fé. É só deixar que com elas nasçam as CEBs, o novo jeito da Igreja ser (Jornal “O Pastoral”, ano IV, Mariana, Julho de 1994 apud OLIVEIRA, PAGNOSSA e ZANGELMI, 2011, p.549).

As formas de resistências apresentadas ao longo deste tópico são apenas alguns exemplos das infinitas possibilidades que os grupos em prol da defesa de seus direitos se apropriam. Entretanto, cumpriu o objetivo que foi mostrar que o apoio de representantes de grupos eclesiais junto aos movimentos sociais e aos atingidos se tornaram importantes, quando não, essenciais para a conquista de algumas demandas, trazendo inclusive elementos místicos a luta. Para os casos de Ação Coletiva apontadas neste trabalho a fé, aliada a um quadro de injustiça social, são elementos importantíssimos para a reunião de sujeitos que de outra forma pouco provavelmente se juntariam em episódios de mobilização social. Nesse sentido a Igreja Católica como mediadora dos conflitos entre as comunidades atingidas e o empreendedor das barragens tem muito a oferecer aos movimentos sociais. Constitui-se numa instituição, que dentro de uma rede de resistência, se sobressai no que tange ao carisma empregado, ao longo da história, que independente da religião, se acredita em Deus ou não, imprime considerável respeito, inclusive sobre o Estado, estimado laico. Pode-se afirmar dessa forma, que de um modo geral, nos conflitos onde a Igreja Católica atua em favor das comunidades atingidas percebe-se vantagens em comparação a outras que não possuem o apoio desta instituição.

Parece-nos, ademais, que a atuação da Igreja Católica no meio rural e a simpatia ou adequação aos princípios da Teologia da Libertação são sinônimos. Esta Teologia por muitas vezes está no centro das discussões. Dentro da Igreja soa como motivo de dicotomias e desavenças entre sacerdotes e para as comunidades como motivo de união. É claro que, para as comunidades organizadas saber se tal Teologia está em consonância

com os ideais Marxistas não faz o menor sentido. Em verdade, influenciados por líderes religiosos e comunitários, raramente escutaram esses termos. Mas, para a Igreja ser ou não adepto da Teologia da Libertação faz uma enorme diferença, tendo em vista todo o histórico de embates entre setores progressistas e conservadores. Assim, a mudança de um bispo conservador para outro alinhado com as propostas progressistas influenciou em muito no surgimento de movimentos de base na região da Zona da Mata Mineira.

#### **4.3 O Repertório de Ação Coletiva para os casos de “Emboque e Granada” e “Casa Nova”**

Após apresentar de um modo geral o processo de resistência na Zona da Mata Mineira e de como este sofreu influência da Igreja Católica Progressista, coube-nos, nos próximos tópicos que se seguem, apresentar o contexto específico de dois casos de resistência, que nada mais é do que um reflexo do contexto de lutas regionais, apresentado anteriormente. Em outras palavras, as práticas escolhidas do Repertório de Ação Coletiva disponível às comunidades consiste no aprofundamento de questões já assinaladas neste trabalho. O que há de novo para além de um detalhamento dessas práticas está em tentar desmitificar o Repertório de Ação Coletiva ao longo dos anos e, sem a intenção de um estudo comparativo, evidenciar as convergências e divergências de uma comunidade que resistiu e freou a construção do projeto hidrelétrico e de outra que não obteve o mesmo êxito. Destacamos também outro ponto que de certo modo é um adiantamento de uma das conclusões deste trabalho: o fato de que como as comunidades do “Emboque e Granada” ainda vivem o conflito contra a hidrelétrica faz com que a riqueza de informações seja muito maior pós século XXI, em comparação a comunidade de Casa Nova. Isto se dá, pois, com a vitória do Movimento dos Atingidos de Casa Nova, fez com que houvesse uma degeneração do conflito e, por consequência, uma diminuição da mobilização comunitária e da resistência.

Os dois casos em estudo neste trabalho somam mais de 40 anos de lutas e de episódios de resistência, o que faz com que seja impossível descrever todas as práticas contidas no Repertório de Ação Coletiva ao longo desse período. Portanto, o que se objetivou foi demonstrar algumas tendências nas formas de Ação Coletiva que pareceram ser mais recorrentes e que de certa forma descreva sobre as possibilidades e condições do

Movimento dos Atingidos por Barragens agirem. Existem nesse sentido algumas predominâncias nos tipos de práticas do Movimento que em nossa análise tem ligação direta com as três principais fases do conflito: a) rumores – nessa etapa é onde acontecem as primeiras tensões sobre a construção do projeto e as incertezas do futuro da comunidade são muitas; b) construção do empreendimento – após a certeza de construção do empreendimento, é normalmente a fase mais intensa do conflito, ocorrendo muitos embates diretos com o empreendedor; e c) Reivindicações de condicionantes não cumpridas – geralmente o término da construção da hidrelétrica traz consigo um conjunto de promessas não findadas pelo empreendedor.

O conceito de Repertório de Ação Coletiva de Charles Tilly possui ligação com estas fases delimitadas neste trabalho, pois, os Repertórios são delineados de acordo com a conjuntura socio-histórica em curso, ou seja, evidentemente não seria possível para o Movimento armar um acampamento no canteiro de obras (já que ainda não existia) ou uma passeata contra o ato de concessão da Licença de Operação (algo também que não estava ocorrendo) na primeira fase do conflito. As práticas possíveis naquele momento iam de encontro ao contexto sócio-histórico do conflito. O esquema abaixo (Figura 8) demonstra as fases delimitadas neste tópico.



**Figura 8** - Delimitação temporal do conflito  
**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2016.

#### 4.3.1 Informação-educação: o alerta

O Alerta não corresponde a um tipo de prática de ação coletiva específica, mas engloba um conjunto de esforços para reunir as comunidades ameaçadas, logo na fase de

Rumores. Os rumores que assolam uma comunidade ameaçada vêm de várias direções, em várias intensidades e por vezes, em tempos diferentes. Às vezes, o primeiro contato ou a primeira notícia vem do próprio empreendedor e só depois disso os esforços de mobilização acontecem. Nesse sentido as primeiras possibilidades de atuação giram em torno da educação-informação. Cabe destacar que para os dois casos em estudo nos referimos a meados da década de 90, onde o maior recurso para este tipo de ação é o “boca a boca”. Outro ponto que vale ressaltar é que as primeiras comunicações em termos de mobilização dos atingidos partiram de membros ligados a Igreja – fato este já esperado, tendo em vista o histórico de resistência no Brasil contra barragens já apresentados neste estudo. No fragmento da ata de um grupo de assessores em 1995, resgatada neste estudo, dá uma ideia de como aconteciam estas reuniões:

Frank e Sérgio assistiram a reunião. Além de Ricardo Ribeiro e Celson Andrade (MAB/Reg. Sudeste). Frank relatou que haviam 80 pessoas presentes. Ricardo (apresentado pelo presidente do STR-Ivan) leu o resumo de seis páginas do RIMA. Ele pediu as pessoas presentes a interrompe-lo se as informações do RIMA não batiam com a realidade. Quando a linguagem do RIMA era mais técnica ou sofisticada, Ricardo traduziu em linguagem mais simples. Ricardo concluiu no resumo escrito algumas tabelas e fez uma interpretação – por exemplo – quanto menor a propriedade atingida, maior a porcentagem (a ser inundada) que a pessoa perde. Ele comentou que o RIMA fala pouco de problemas de infra-estrutura de saúde. Vão chegar muitas pessoas de fora e isso vai aumentar a pressão sobre os serviços do hospital. Haverá problemas com a qualidade da água, mas as “medidas mitigadoras” apenas diz que vai implantar sistema de tratamento de água – sem nenhum plano de ação detalhado (Relatoria da reunião, Cachoeira do emboque, 1995).

Na época não havia na região o Movimento dos Atingidos por Barragens enquanto Movimento social organizado. Formou-se primeiro uma rede de resistência que posteriormente trouxe uma secretaria do movimento para a região. Podemos perceber que a forma de resistência no princípio era muito simples, basicamente pautadas em reuniões que tinham por escopo conscientizar e informar os atingidos sobre os perigos da construção da barragem. Nessa etapa, o objetivo não era negociar e sim frear a todo custo a construção do empreendimento. Assim, sobre a análise:

- **objetivo a curto prazo:** Consiste no esclarecimento à população ameaçada sobre os perigos e os impactos socioambientais que a barragem traria para a região.

- **material financeiro:** Não se sabe ao certo sobre a utilização de recurso financeiro, sendo que as ações eram muito simples. Mas de fato, foram encontradas nos dois casos

evidências de pequenos “recados” distribuídos nas comunidades. Portanto, no mínimo alguns recursos de deslocamento teve que ser acionado.

- **materia humano:** Lideranças locais e padres. Em ocasiões onde havia jovens que tinha acesso a um capital intelectual diferenciado, estes ajudavam na disseminação das primeiras informações.

- **impacto social:** O impacto se deu na ascensão da importância do assunto em toda a comunidade. Ou seja, o aumento dos boatos e o surgimento de outras incertezas inevitáveis.

- **ação pontual ou permanente:** Os processos de educação implicados nestas primeiras reuniões recrutaram atingidos que ainda lutam nos dias de hoje, culminando em uma ação permanente.

- **alianças formadas:** As alianças se deram no início com atores ligados a Igreja Católica e com professores da Universidade Federal de Viçosa. Posteriormente - de aliados a integrante da rede resistência -, estes atores se tornaram em algumas fases do conflito os principais articuladores das estratégias de ação coletiva.

No fragmento abaixo retirado de uma relatoria de 1995 é possível verificar alguns dos elementos apontados acima, especificamente na comunidade de Casa Nova, ameaçada pela UHE Pilar:

[...] Frank explicou que ele foi procurado por Jadson, ex-aluno da UFV, filho do maior proprietário atingido pela barragem Pilar. Ele foi escolhido como secretário da Associação Comunitária de Casa Nova, Três Tiros e Região (ACMCTR), em processo de legalização. Ele informou que a Associação estava sendo organizada e iniciado um cadastramento de atingidos para poder negociar com o Fiat. Ele convidou para reunião dia 20/11 com a diretoria do ASPARPI e da ACMCTR. Frank e Claret assistiram a reunião. Padre Gilson também estava presente. Foi confirmado reunião para 28/11 na comunidade de Três Tiros. O presidente do ASPARPI, José Roberto, mencionou a presença em reunião do ASPARPI com Fiat em março de 1995, do Eng. José Mauro Osório de Paiva, representado Prof. Luciano Baião, chefe do DEA/UFV (Reunião com ASPARPI, Ponte Nova, 1995).

Percebe-se no trecho acima que os primeiros passos são a organização e esclarecimentos aos envolvidos. As primeiras redes de resistência foram formadas e as reuniões se dão no intuito de buscar ajudar exterior e planejar os próximos passos.

### 4.3.2 Confronto direto: acampamento

Os acampamentos é uma forma clássica de resistência adotada por diversos movimentos sociais, no campo e na cidade. O Movimento dos Atingidos por Barragens adotou este tipo de prática como uma das principais dentro do Repertório de Ação Coletiva, e seu objetivo final, por sua vez, culmina em ocupar um canteiro de obras – paralisando os trabalhos do empreendedor – ou apenas dar notoriedade a um caso, já que é um ato que chama demasiada atenção. De fato a complexidade do ato político em torno dos acampamentos está além de qualquer poder de descrição. Os acampamentos ao mesmo tempo em que pode ser um lugar de confronto físico com seguranças contratados pela empresa é também um lugar místico (incluindo celebração de missa), de educação popular, de trabalho comunitário, de planejamento para as próximas ações, de brincadeiras para as crianças, de brigas internas, enfim, um amontoado de relações sociais complexamente imbricadas.

Nos dois casos estudados os acampamentos ocorreram em locais que eram áreas delimitadas como do empreendedor, normalmente marcado pela construção de alguma obra que visava dar suporte ao barramento. Contudo, a prática do acampamento pode ocorrer também em outras fases do conflito que não seja o da construção, embora na fase dos rumores seja uma prática menos comum. O caso de Casa Nova, por exemplo, foi marcado por essas práticas e sua importância para o freamento dos projetos hidrelétricos ao longo do Rio Piranga é notório. Entretanto, a primeira ocupação se deu no ano de 2003, quando já havia uma primeira vitória da comunidade em 1998 com indeferimento do Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica Pilar. Logo no início de 2003 moradores avistaram técnicos realizando mensurações e instalando estacas às margens do Rio Piranga. De forma relativamente espontânea, isto é, sem o apoio de mediadores externos, os agricultores realizaram uma ocupação que durou apenas três dias, mas que foi importante para mobilizações futuras (DELEPOSTES e MAGNO, 2013).

Posteriormente, de julho a setembro, aconteceu a segunda ocupação da comunidade de Casa Nova e comunidades vizinhas contra a Usina Hidrelétrica de Jurumirin, assim como descreve Delepostes e Magno (2013) ao analisar a cronologia de ocupação através do resgate de e-mails entre o MAB, PACAB e CPT. Em agosto de 2003 um grupo de assessores chegou em Casa Nova e foram informados sobre a presença de máquinas e técnicos que tinham por intenção realizar sondagens em rochas ao longo do rio. Com o

objetivo de impedir os estudos, em torno de cem pessoas das localidades de Ribeiro, Casa Nova e Três Rios ocuparam o local. Inicialmente, durante a ocupação ocorreram manifestações contra a construção da barragem e ocorreu o cancelamento dos estudos previstos na ocasião. Um dia depois mais técnicos da Alcan chegaram no local com caminhões carregados de máquinas e escoltados pela Polícia Militar de Guaraciaba. A sugestão era de que os atingidos montassem uma comissão para expor os motivos da ocupação. Apesar de a sugestão ter sido acatada os atingidos permaneceram no local. Foi então travada uma luta judicial para que houvesse a desocupação do local. Embora a empresa tenha entrado com uma liminar para a desocupação a comunidade contou com a assessoria do Nacab. Depois de várias lutas jurídicas e ameaças de prisão dos manifestantes, no fim, a empresa teve que recolher todo o maquinário de sondagem e ir embora.

A terceira ocupação começou em maio de 2007 e ficou conhecido como “Acampamento Rio Novo”. Mais uma vez se projetava a construção do projeto da Usina Hidrelétrica Jurumirim que anteriormente tinha como empreendedor a Alcan, agora, sob a administração da Novelis. Na ocasião mais de 100 pessoas participaram da manifestação, incluindo jovens, idosos e crianças. No dia 26 de junho a Prefeitura Municipal de Guaraciaba abriu uma estrada sob forte protesto que dava acesso ao acampamento Rio Novo. Embora, expressiva pressão dos atingidos, após três dias ocorreram a desocupação das famílias locais onde estavam acampadas. A luta passou então para o campo-técnico científico com a vitória mais uma vez da comunidade e seus assessores.

No caso de Emboque e Granada foi encontrado nos documentos apenas o registro de um acampamento, mas que veio mudar toda a história de negociação das comunidades impactadas. O acampamento que ficou conhecido como Silvio Ziquita<sup>32</sup> durou sete dias durante o mês de setembro de 2011, mais de 15 anos depois do início do conflito e já com o empreendimento em operação. O objetivo do acampamento foi a reivindicação junto a empresa Brookfield Renovável e ao Estado por diversas pendências deixadas pela construção do empreendimento. Ao citar sobre a importância deste acampamento um dos militantes do MAB afirmou:

Nós vimos aqui que o povo ficou animado para continuar a organização, construir os grupos de base, fortalecer a coordenação local. Isto é muito

---

<sup>32</sup> Nome de um atingido que segundo os moradores da localidade se suicidou por conta da construção da barragem.

importante. Nenhuma conquista virá por boa vontade de nenhuma empresa e sim pela organização popular. Mais uma vez o acampamento se mostrou um ótimo método de luta e de fortalecimento da organização (MAB, 2011, p.1).

Na ocasião do acampamento um dos diretores da empresa esteve presente e firmou o compromisso de reaver todas as pendências deixadas pela empresa anterior (Alcan) e até o momento (2016) um diagnóstico foi elaborado para mapear as ações a serem realizadas.

- **objetivo a curto prazo:** Trazer notoriedade a uma determinada reivindicação dada a expressão, sobretudo visual, que tem um acampamento.

- **material financeiro:** Geralmente a partilha de alimento entre os comunitários é a principal fonte de recurso para manter um acampamento “de pé”. É sempre valorizado os produtos locais que não tenham agrotóxico. Outros tipos de recursos geralmente são fornecidos pela Igreja.

- **material humano:** Comunitários, padres e assessores externos.

- **impacto social:** O impacto se dá geralmente pela notícia que corre no entorno das comunidades vizinhas e por haver, as vezes, o deslocamento de forças policiais para o local e presença da imprensa local.

- **ação pontual ou permanente:** Pontual. Giram em torno da paralisação de alguma obra e de obter pequenas reivindicações.

- **alianças formadas:** Com diversos atores, mas, sobretudo com a Igreja Católica.

#### **4.3.3 Informação-educação: Grupos de Base**

Os Grupos de Base do Movimento dos Atingidos por Barragens tem sido uma das maiores estratégias de resistência do Movimento e é, com efeito, uma prática incentivada em todos os pontos do conflito, desde os rumores da construção das barragens até o período de reivindicação de condicionantes não cumpridas. O MAB utiliza-se dos grupos de base como o principal fomentador e alimentador de suas ações, através da formação, do recrutamento de militantes e de ações impendentes que dão força ao movimento nacional.

Basicamente os grupos de base do MAB funcionam inspirados nos grupos de reflexão das Comunidades Eclesiais de Base. A ideia consiste na realização de reuniões mensais em cada comunidade, tendo em vista que o termo comunidades neste contexto tem o sentido de localidades onde os moradores possuem laços estreitos de vizinhança, quase sempre demarcados por relação que também é paroquial, ou seja, de como são divididas as comunidades dentro de instâncias locais da Igreja Católica. Na prática os Grupos de Base possui coordenação local que por vezes é também um líder comunitário em outras instâncias e estes coordenadores conduzem as reuniões baseados em cartilhas e orientações advindas do MAB nacional.

Nos dois casos investigados neste estudo os Grupos de Base foram colocados como prática de Ação Coletiva mais importante do MAB atualmente, mesmo em Casa Nova, onde os relatos eram de que há bastante tempo não haviam reuniões.

É... nois ia pros grupos e lá nois aprendia muita coisa né? Era muito bom, sabe? Mas hoje acabou, a turma desanimou. Deve ser porque tem muito tempo que não se ouve esse negócio de barragem né? Ah porque antes era direto. Os homem da barragem de lá e nois dos grupo de cá. Tinha vários grupo aqui por perto.

Minha mãe que participava. Ela gostava né? Mas dai depois eu não sei como ficou. De vez em quando o pessoal do MAB vem aí, mas o grupo mesmo eu acho que parou.

Aqui nois reúne na comunidade as segundas feiras. Mas em cada localidade é num dia. É nois que estabelece. Vou dar um exemplo, lá no Valão é dia de quinta e assim vai. O grupo daqui é pequeno, mas nois vai. É um passatempo aqui pra nois...

Quando entrei o grupo aqui já funcionava. Lá é bom que eles ensina as condições do povo pobre. Cada encontro é uma lição. Nois reflete bem e depois nois conversa. Todo mundo fala. Quer dizer, tem gente que não gosta muito né?

Tem dois encontros que não posso ir. Mas quando dá nois vai. Quer dizer, aqui é mais eu que vou. No grupo tem mais e mulher. Os homi daqui é meio parado, eu acho que é em todo lugar (risos)!

Em Emboque e Granada, entretanto, foram relatados diversos Grupos de Base ainda em atividade. Uns com poucos membros e outros que chegavam a ter 12 pessoas. Em algumas ocasiões os membros integrantes dos Grupos de Base eram os mesmos integrantes dos Grupos de Reflexão, grupo estes bastante comuns nas comunidades da Zona da Mata Mineira. Este tipo de relação mostra o estreitamento entre a Igreja (ou parte dela) e o Movimento dos Atingidos por Barragens, sendo às vezes difícil diferenciar o que é ação de um ou do outro. Todavia existe um fato sobre os Grupos de Base que nos

chamou demasiada atenção e traz elementos importantes para entender as práticas do grupo: as cestas básicas. As cestas básicas configuram numa política de aquisição de alimentos junto ao Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para as famílias dos atingidos. Percebemos que em algumas entrevistas o recebimento da cesta básica estava estritamente condicionado a participação nos Grupos de Base, sendo este um elemento emblemático ao se verificar um interesse divergente das causas que deveriam impulsionar a Ação Coletiva do Movimento. Não é nossa intenção, no entanto, criticar ou condenar esta prática já que sabemos que o interesse individual muitas das vezes é o que move a entrada em um movimento coletivo e isto não é novo. Nas falas abaixo podem ser evidenciados trechos da relação entre as cestas básicas e o processo participação.

Eu faltei três reuniões e cortaram a cesta. Então também não vou mais. Eu até gostava das reuniões, mas também eu não preciso disso. Era uma ajuda que era bem vindo, mas não vou morrer por causa disso.

As reuniões acontecem ali, sabe aquela casa que vocês passam primeiro? É bem ali. O pessoal comparece também porque a cesta é importante, é uma ajuda [...] sim, até onde eu saiba tem que vir as reuniões. Se não...como se diz... não tá apto participar e não recebe a cesta. Esse mês por exemplo está atrasado. Assim, é que... é que... eu digo esse mês, mas não vem todo mês não. Ela é de três em três meses e tem vez que ainda atrasa. Aqui que participa do grupo, né Zé? Todo mundo recebe. É, até onde eu sei todo mundo recebe. Mas tem que participar, se não participar não recebe. E tem gente que acha difícil, difícil não é né?

- **objetivo a curto prazo:** Realizar a formação de militantes e o recrutamento de outros atingidos.
- **material financeiro:** Normalmente é utilizado as cartilhas doadas pela secretaria do MAB responsável pela aquela localidade. As reuniões acontecem ou no sistema rotativo – cada dia na casa de um atingido – o na casa da liderança e é oferecido um lanche simples.
- **material humano:** Membros das comunidades.
- **impacto social:** O impacto se dá na formação de novas lideranças e é, por consequência, um espaço de formação política e de educação popular dos atingidos.
- **ação pontual ou permanente:** É uma ação permanente já que o aprendizado é uma forma de emancipação política dos agricultores.
- **alianças formadas:** Não obtivemos dados para avaliar este aspecto.

#### **4.3.4 Confronto direto: Caminhadas**

As “caminhadas” é um tipo de prática do Movimento dos Atingidos por Barragens classificado por nós como confronto direto. Embora seja um tipo de ação extremamente pacífica e mais vez aliada a Igreja Católica possui elementos místicos singulares. As caminhadas é um tipo de protesto que consiste em se deslocar de um ponto ao outro, tendendo a chamar atenção da sociedade pelo grande número de envolvidos, pelas músicas e gritos de guerras entoados, pelas bandeiras e cartazes e por quase sempre as caminhadas estarem ligadas a algum outro tipo de prática do Movimento como, por exemplo, a ocupação ou manifestação de alguma pra praça. As caminhadas também tendem a ser um processo de formação e educação já que durante as caminhadas são esclarecidos pontos de reivindicação, as estratégias de atuação contra o empreendedor e pontos de pautas mais gerais do Movimento Nacional.

As caminhadas são práticas bastante pontuais e podem também ser convergidas nas famosas Romarias realizadas pela Igreja Católica, que apesar de não ser encabeçada pelo MAB possuem na região, por nós estudados, pautas e temas de luta em defesa dos recursos naturais, sobretudo em defesa dos Rios. A primeira caminhada documentado em nosso estudo é de 1997 e durou quatro dias, envolvendo diversos atingidos da Zona da Mata Mineira, incluindo os atingidos de Emboque e Granada e de Casa Nova, como pode ser visto no cartaz abaixo.

# I CAMINHADA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

DIA 10 DE SETEMBRO (INÍCIO) EM PONTE NOVA  
 08h30min - ATO PÚBLICO (EM FRENTE À MATRIZ DE SÃO SEBASTIÃO)  
 16h00min - CHEGADA EM ACAIACA

DIA 11 DE SETEMBRO EM MARIANA  
 16h00min - CHEGADA (INSTITUTO DE FILOSOFIA)

DIA 12 DE SETEMBRO EM OURO PRETO  
 11h30min - PRAÇA TIRADENTES  
 16h00min - SARAMENHA

DIA 13 DE SETEMBRO EM OURO BRANCO

**10 A 14 DE SETEMBRO DE 1997**

TERRA SIM - BARRAGEM NÃO

**Figura 9** - Parte do cartaz de divulgação da primeira caminhada dos atingidos da zona da mata mineira, 1997

Fonte: Arquivo do Pacab, 2016.

O fragmento de documento abaixo demonstra as intenções do Movimento para com a realização da caminhada:

A ideia da caminhada dos atingidos veio nascendo a partir da dificuldade dos atingidos se formarem e mobilizarem, exigindo os seus direitos. Estrategicamente, a caminhada funcionaria como atrativo, convertendo-se em oportunidade de conscientização e, sobretudo, percepção de força dos próprios atingidos. Será também uma oportunidade de divulgação do problema das barragens [...]

No dia 20 de agosto, o Grupo de Padres que está pensando mais diretamente essa caminhada em Cachoeira do Campo. Estavam presentes os padres Gilson, José Antonio, Evaldo, João Batista, João do Carmo. João Carlos José Sena, Claret. [...]

Na reunião do Nacab, nos dias 16-17 de agosto/97, as pessoas presentes não só acharam importante a realização da caminhada, mas também decidiram apoiar esse evento. Nesse sentido apareceram diversas sugestões: investimento em material, como panfletos, faixas, cartazes, etc. Saída de Ponte Nova (ponto mais estratégico), com ato público; abertura de vagas para pessoas de outras localidades que desejam participar da caminhada; convite às entidades 'comprometidas' para marcar presença no

Ato Público. [...] (Relatório de preparação da Caminhada, arquivo do Pacab, 1997).

Este foi um dos exemplos das estratégias e objetivos pensados em uma caminhada, tendo em vista que seria impossível relatar todas acontecidas nestes mais de 20 anos de conflito.

- **objetivo a curto prazo:** Trazer visibilidade ao caso e levar informação aos atingidos.
- **material financeiro:** Podem ser diversos, mas normalmente depende da complexidade e do quão será grande a caminhada.
- **material humano:** Um número grande de atingidos.
- **impacto social:** Aciona a curiosidade nos locais onde a caminhada 'passa' e expande as reivindicações dos atingidos.
- **ação pontual ou permanente:** É uma ação pontual tendo em vista seu tempo de duração e objetivo proposto.
- **alianças formadas:** Com a Igreja, mediadores externos e alguns políticos que apoiam a causa.

#### **4.3.5 Técnico-científico: Contra EIA/RIMAS**

Os contra EIA/RIMAS – como já abordado em tópicos anteriores – eram um dos principais artifícios do Movimento contra a construção das barragens. Digamos que, não da resistência enquanto movimento social, mas da rede de atores que se formaram em torno da defesa dos atingidos. Nesse sentido destacamos que nem todos os casos de atingidos por barragens possuem assistência para utilizar dessa prática de contraposição, pois em determinadas localidades as empresas “enfiam goela a baixo” qualquer tipo de estudo e sob qualquer condição. A tendência, portanto, é a de se fazer os estudos – via de regra, confeccionado por empresas terceirizadas – do modo mais barato possível, o que tem trazido (e escondido) impactos e condicionantes a serem realizados pelos responsáveis pelo projeto.

Exemplificamos, em nosso estudo, o “Parecer Técnico UHE Pilar – Audiência pública 08/05/1998 Guaraciaba-MG”. Este parecer confeccionado por três professores (sociólogo, antropólogo e engenheiro civil) da Universidade Federal de Viçosa visava apontar falhas nos estudos técnicos do consórcio FIAT/ALCAN.

Procura-se aqui dar destaque às questões já levantadas anteriormente em nossos pareceres técnicos protocolados na FEAM após a audiência pública realizada em Ponte Nova, no dia 16/05/97, as quais parecem-nos ainda insuficientemente respondidas, abordadas ou justificadas nos estudos apresentados (Parecer técnico UHE Pilar, 1998, p. 1).

Alguns estudiosos que concebem o conceito de movimento social clássico podem não aferir a este tipo de prática como uma ação coletiva em seu sentido epistemológico. Evidentemente haverá uma parte destes relatórios confeccionados a “uma só mão”, ou, em outras palavras, feitos dentro de um gabinete universitário. O fato é que estes tipos de relatórios são uma demanda da própria comunidade atingida, entendendo que os movimentos sociais, sobretudo, pós década de 90 estão fortemente instrumentalizados, isto é, a luta se faz em todas as esferas, incluindo na técnica/jurídica. Da mesma forma os pareceres técnicos só podem ser construídos em convergência com ações e percepções dos atingidos em campo, verificado no exemplo abaixo:

O presidente da ACMP tem se manifestado publicamente diversas vezes, em reuniões e entrevistas a imprensa, que ele e os associados da ACMAP estão contra o projeto de construção da UHE Pilar como todo e, em particular, contra o reassentamento das famílias diretamente atingidas. Comentou, também, que ele e outros atingidos sentiram-se ofendidos pelo título da proposta – “remanejamento da população afetada” – uma vez que a palavra “remanejamento” e usada na região para referir apenas ao deslocamento de gado e não as pessoas (Parecer técnico UHE Pilar, 1998, p. 3).

- **objetivo a curto prazo:** Apontar erros em documentos técnicos emitidos pelo empreendedor, especificamente os EIA/RIMAs.
- **material financeiro:** Normalmente os relatórios são confeccionados voluntariamente por profissionais ligados as universidades ou a ONGs de apoio. Trabalhos de campo e algum tipo de material para realização dos pareceres são conseguidos através de projetos de extensão universitária ou de ajuda governamental.
- **material humano:** Profissionais especializados aliados às comunidades atingidas.

- **impacto social:** Não mapeamos impactos sociais relevantes.
- **ação pontual ou permanente:** Pontual, a não ser que um parecer invalide permanentemente a aquisição de uma das Licenças por parte do empreendedor.
- **alianças formadas:** Professores universitários e técnicos de ONGs.

#### **4.3.6 Técnico-científico: Atuação nas audiências públicas**

As audiências públicas é um espaço clássico de disputas políticas, embora haja um consenso entre os críticos de que configura um espaço pouco participativo e profundamente expositivo. Dentro dos contextos de conflitos socioambientais, sobretudo nos conflitos que envolvem os grandes projetos hidrelétricos, as audiências públicas tem sido um dos maiores demonstrativos de assimetrias de poder. No geral, os empreendedores tem que cumprir um conjunto de rituais necessários para a aquisição das Licenças necessárias tentando completar a implementação dos projetos hidrelétricos e nesse sentido a audiência pública faz parte desse conjunto de rituais. Às comunidades cabem o comparecimento e o questionamento do teor informativo dentro destes espaços que a princípio seriam “espaços de participação”. Contudo, o conteúdo extremamente técnico traz dificuldade de entendimento por parte dos atingidos. Outro fator a ser destacado é que a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens e de seus assessores nas audiências públicas é temporalmente limitados, isto é, o Movimento tem que se adequar as datas das audiências, que ocorrem, na maioria das vezes entre o final do período de rumores até a fase de construção do empreendimento. A foto abaixo demonstra uma audiência pública da UHE Pilar, lotada com a presença dos atingidos.



**Figura 10** - Documento que reproduz uma das fotos de uma audiência pública, 1997  
**Fonte:** Arquivo do Pacab, 2016.

Ao longo dos conflitos instaurados em Emboque e Granada e Casa Nova foram mapeados algumas audiências públicas e formas de participação dos atingidos. Normalmente o primeiro passo da estratégia está centrado na mobilização de um grande número de atingidos nas audiências. A pressão em torno da quantidade de atingidos presentes em posição de insatisfação é um fator importante e traz a noção de coletividade e união das comunidades, evocando o sentido de “a força dos trabalhadores”. O segundo passo que direciona as ações de resistência consiste nas falas projetadas, destacando três tipos de discursos e “de quem os faz” neste estudo: a) o primeiro se refere aos assessores técnicos que estão em defesa das comunidades. Por vezes este é o momento de se apresentar os “contra EIA/RIMA”, outra prática adotada dentro do Repertório de Ação Coletiva, retratado anteriormente; b) o segundo se refere a membros ligados a Igreja Católica, sobretudo na presença dos padres, que levam até estes espaços um

posicionamento de peso na defesa dos atingidos, tendo em vista a representatividade da instituição mesmo perante às empresas multinacionais; c) e por fim, o depoimento dos próprios atingidos que trazem elementos importantes daqueles que diretamente sofrem os impactos negativo do projeto e são – com a ajuda de assessores externos – os principais questionadores da implementação dos projetos. Na reportagem abaixo (Figura 11) pode ser visto uma matéria que demonstra a efetividade dos depoimentos e a pressão dos atingidos nas audiências públicas.



Figura 11 - Audiência Pública, Pilar I, 1997  
 Fonte: Arquivo Pacab, 2016.

- **objetivo a curto prazo:** Fazer pressão em um espaço público, mormente, dominado tecnicamente pelo empreendedor e por órgãos do Estado.
- **material financeiro:** Geralmente o recurso necessário se refere ao ônibus para levar a comunidade às audiências públicas. Existem ocasiões onde o próprio empreendedor custeia

o transporte, mas, na maior parte das vezes, o recurso sai da própria comunidade ou através de alguma doação.

- **material humano:** Atingidos e outras pessoas que apoiam o Movimento.

- **impacto social:** Possui certa repercussão em comunidades do entorno já que a audiência normalmente é cobrida pela mídia local.

- **ação pontual ou permanente:** Pontual, levando-se em consideração que a intervenção se propõe a protestar sobre as questões tratadas naquela audiência.

- **alianças formadas:** Professores universitários, políticos locais que apoiam o movimento, etc.

#### **4.3.7 Informação-educação: informativos, boletins e cartilhas**

A construção e propagação de um veículo comunicativo retêm um conjunto de ideologias e são, com efeito, fruto das orientações políticas daqueles que os projetam. Os movimentos sociais tendem a conceber que estes veículos estão do lado das elites e dos grandes projetos econômicos. Dessa forma, a confecção de instrumentos onde se possam tratar questões de aflição das minorias é de suma importância e tem sido uma prática profícua dentro do Repertório de Ação Coletiva. Em outras palavras a divulgação dos impactos sofridos pelos atingidos é inviável nos grandes meios de comunicação, cabendo ao movimento disseminar suas próprias mensagens. Durante o passar dos anos são diversas as formas como isso tem acontecido. No início, através de jornais do próprio movimento, de exemplares da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros. Nos últimos anos, entretanto, a divulgação em massa através da *internet* está cada vez mais acessível a todos. Em verdade, os atingidos, locados em suas propriedades rurais, não possuem capacidades de conduzir tais instrumentos, sendo estes, realizados por membros ligados a Igreja e por assessores. Estas práticas possuem duas funções principais: o de criar comunicados internos e aqueles que se propõe a divulgação do processo de resistência para a sociedade.

Durante o mapeamento documental sobre os casos de Emboque e Granada e de Casa Nova foram encontrados inúmeras formas de utilização destas práticas sendo

impossível listá-las aqui. Nos exemplos abaixo, exemplificamos dois tipos. O primeiro, uma prática mais recente<sup>33</sup> de divulgar as práticas do movimento, pautado na disseminação externa do processo de resistência. A segunda é um exemplo de um informativo interno, utilizado para o recrutamento de uma atividade.



Figura 12 - Divulgação de ato no site do MAB, 2015  
Fonte: <<http://www.mabnacional.org.br>>.

33

Na verdade nem todas as práticas de divulgação *online* são tão recentes e o exemplo deste estudo acontece desde a década de 90 – divulgação através de um site. O fato é que, pós século XXI, o acesso a este de tipo de informação se tornou mais comum e possui um alcance maior na sociedade.

## C O N V I T E

Convidamos para a reunião preparatória da audiência pública sobre a hidrelétrica "PILAR I", a ser realizada brevemente pela FEAM.

A ausência caracterizará desinteresse sobre o assunto e suas consequências, desobrigando-nos de novos convites.

A reunião será, pontualmente às 19:00 h, dia 25.06.96, terça-feira, no Sindicato dos Bancários, à Rua Antônio Carlos, 208, em Ponte Nova.

13.06.96

A S P A R P I  
Associação dos Pescadores e  
Amigos do Rio Piranga

A C M A P  
Associação Comunitária dos  
Atingidos por Pilar I

**Figura 13** - Informativo interno, Casa Nova, 1996

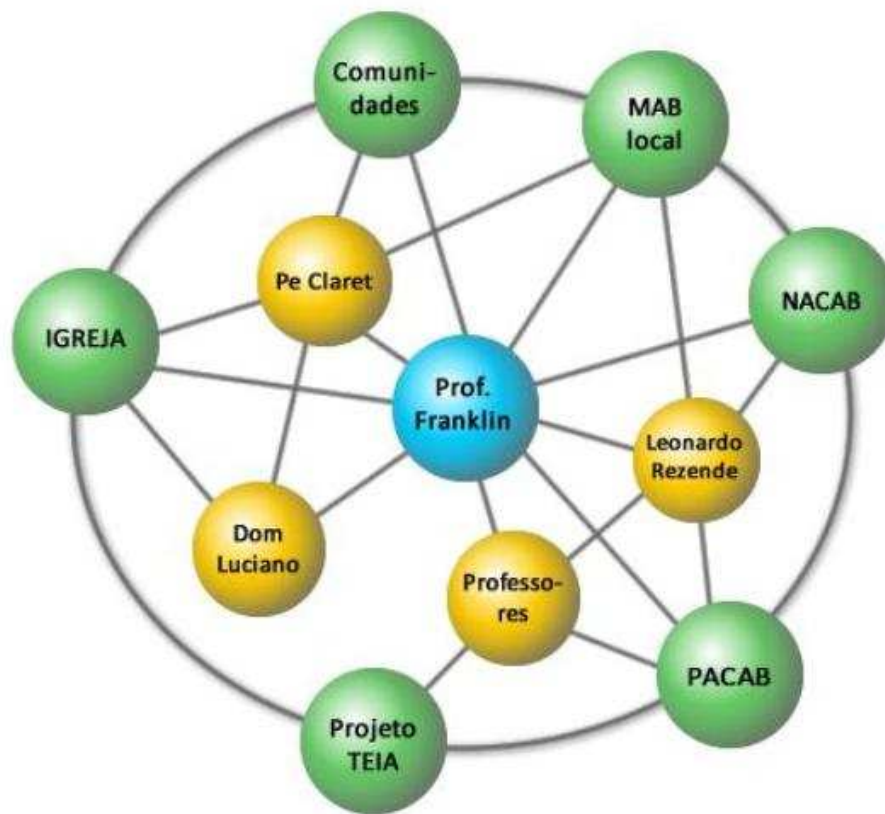
**Fonte:** Arquivo do Pacab, 2016.

- **objetivo a curto prazo:** Fazer algum tipo de divulgação ou comunicado entre os comunitários.
- **material financeiro:** Depende muito do tipo de material. No caso de materiais impressos normalmente é feito através das doações de atores externos.
- **material humano:** Pessoas aptas a realizar trabalhos de redação, com acesso a internet, etc. Também depende muito do tipo de material.
- **impacto social:** É de grande relevância na sociedade devido a divulgação de fatos. Ademais, pode servir para se realizar pesquisas com o arquivamento das informações.
- **ação pontual ou permanente:** Permanente. O material arquivado serve para consultas posteriores e 'contar fatos passados'.
- **alianças formadas:** Possíveis patrocinadores, a Igreja e outros envolvidos nos trabalhos.

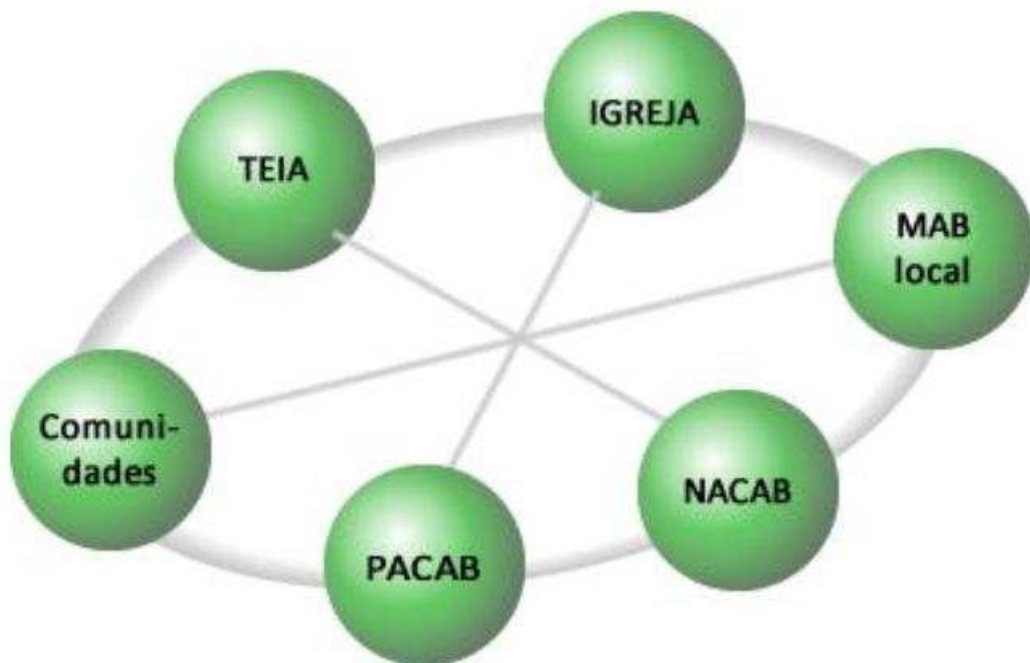
#### **4.4 Estruturas de mobilizações e relações de solidariedade**

As Estruturas de Mobilização, segundo Tarrow (2009), consiste num conceito que serve para explicar as redes que dão origem e suporte aos movimentos sociais durante um determinado período de tempo. Em outras palavras consiste na evidenciação prática da relação entre pequenos grupos e redes sociais de resistência, tendo como desígnio principal a demonstração da conexão entre eles. Mais do que isso, este estudo demonstrou que existem atores individuais que possuem o poder de dar força e impulsionar essas redes. Isto é, antes da formação de um coletivo de atuação, alguns indivíduos, através de motivações particulares, vão criar Estruturas (ou utilizar Estruturas preexistentes) para que a Ação Coletiva se projete. Podemos dar três exemplos destes atores que contribuíram dessa maneira para uma Estrutura de Mobilizações na região da Zona da Mata Mineira: O professor Franklin, hoje aposentado pela Universidade Federal de Viçosa; O Padre Claret, que é hoje um dos principais militantes do MAB na região; e, outrora, a nomeação do bispo Dom Luciano na Arquidiocese de Mariana. O professor e Franklin e o Padre Claret tiveram influências locais e foram talvez os principais responsáveis pela criação de uma rede resistência que englobava, padres, professores universitários, estudantes, membros de ONGs, entre outros. O papel do bispo Dom Luciano já fora abordado com bastante ênfase nesse estudo.

Em um trabalho interessante sobre as redes de solidariedade e resistência na Zona da Mata Mineira, Santos (2012), fez um mapeamento a partir da figura do professor Franklin, que de fato em 1995 foi a pessoa que deu o “pontapé” inicial no que viria ser chamado posteriormente de Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. Essa rede que formou uma Estrutura de Mobilização deu quase todo o aporte necessário para o Repertório de Ação Coletiva das comunidades de Emboque e Granada e da Comunidade de Casa Nova. Nas Figuras 14 e 15, abaixo, podem ser visto as representações gráficas da formação dessa rede, assim como os principais atores participantes.



**Figura 14** - Articulação da rede social a partir da figura do professor Franklin  
**Fonte:** Santos (2012).



**Figura 15** - Coletivos em rede na Zona da Mata Mineira, Minas Gerais  
**Fonte:** Santos (2012).

Nesse sentido, quando se trata de contextos de conflitos e resistências onde os principais reivindicadores são pequenos agricultores rurais existem poucas possibilidades de efetivação da maioria das práticas contidas no Repertório de Ação Coletiva sem que haja uma Estrutura de Mobilização constituída. Especificamente sobre os casos estudados neste estudo não foi possível encontrar qualquer evidência de atuação isolada por parte das comunidades, ou seja, sem o apoio de uma rede de solidariedade. Na verdade, a iniciativa de mobilização, da constituição de associações e outras entidades representativas normalmente partem da sugestão de assessores inseridos nesta rede. Existe, ademais, um movimento de formalização quase natural destas Estruturas de Mobilizações, isto é, passam de redes de solidariedade informais para a constituição de organizações associativas de defesa dos atingidos. Todavia, destacamos que a formalização de entidades associativas não extingue as redes informais de resistência solidária, pelo contrário, estas tendem a se fortalecer.

#### **4.5 Repertórios, Estruturas e mudanças de rotina**

Este tópico tem por intenção aproximar os dados obtidos na pesquisa às hipóteses formuladas. Quanto à hipótese I: “O “*Repertório de Ação Coletiva*” dos pequenos agricultores perdeu seu viés de resistência e se adaptou a nova “*Estrutura de Oportunidades Políticas*” que se estabeleceu no contexto socioeconômico dos primeiros anos do Séc. XXI”. Destacamos inicialmente que esta hipótese, de acordo com a opção analítica deste estudo, foi negada. O conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas se mostrou profícuo para análise macro histórica do conflito socioambiental do país e para a formação do MAB nacional. Não obstante, ao se aprofundar na escolha do Repertório de Ação Coletiva de pequenos agricultores, em nível local, o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas não teve poder explicativo. Isto se deve ao fato de que existem acontecimentos e mudanças locais, no plano microssociológico, que acontecem sem depender de uma abertura política maior. Daí surge uma necessidade – um tanto quanto óbvia – de se refletir o porquê de alguns movimentos surgirem em períodos históricos distintos, a citar, o surgimento do MAB no Rio Grande do Sul no final da década de 80 e o surgimento do MAB, Zona da Mata

Mineira, já na segunda metade da década de 90. Logo, propomos dois pontos de inflexão analítica.

O primeiro ponto está ligado a uma análise apresentada anteriormente neste estudo. Desde o início do processo de construção da barragem até eventos posteriores, com a Hidrelétrica já em funcionamento, existem elementos cronológicos que respeitam apenas as fases do conflito tal como nomeadas por nós<sup>34</sup> como: “rumores”, “construção do empreendimento” e “reivindicações de condicionantes não cumpridas”. Ou seja, nossa hipótese – e é o que nos pareceu empiricamente mais sustentável – é que o Repertório de Ação Coletiva possui mais ligações com estas fases do que com aberturas políticas mais gerais. Portanto, as mudanças na Estrutura de Oportunidades Política podem dizer um pouco sobre o início ou findar de um processo de resistência, mas não sobre as escolhas de repertório. Um exemplo é que nos últimos cinco anos há um processo de desaceleração da construção de barragens na região, tendo por consequência o não surgimento de novos focos de resistências locais.

Outro aspecto evidenciado, que aponta para negação dessa hipótese, está na investigação de uma comunidade que não freou o processo de construção da barragem e de outra que obteve sucesso na resistência. Podemos observar, na Figura 16 abaixo, que a cronologia dos conflitos apontam para a gênese do projeto de resistência dos dois casos em datas muito próximas. Com efeito, a passagem do século XX para o XXI não implicaram no contexto local de lutas. O que de fato fez com que houvesse uma maior intensidade do uso do Repertório de Ação Coletiva foi a atuação do empreendedor, isto é, a resistência acontece em resposta a uma ameaça emergente.

---

<sup>34</sup> Rever tópico: O Repertório de Ação Coletiva para os casos de “Emboque e Granada” e “Casa Nova”.



**Figura 16** - Cronologia das resistências  
**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2016.

Dessa forma, cabe evidenciar uma drástica diminuição no poder de mobilização da comunidade de Casa Nova. Enquanto, a partir do ano 2010 ainda existem episódios de Ação Coletiva em Emboque e Granada contra o empreendedor, em Casa Nova, por sua vez, as mobilizações ficam apenas no plano das lembranças, como pode ser visto no conjunto de falas abaixo.

Não. Não tem mais. Ter até tem reunião. Tem reunião demais pra que gosta, mas num sobre barragem não. Tem um tempo que não fala de barragens.

De vez em quando a Letícia do MAB vem ai e turma reúne, mas é muito difícil agora né?

Ah, muitos jovens saíram. Eles gostavam de uma reunião. Era cheio de jovens, sabe? Mas agora não tem mais não senhor. Isto dia mesmo eu estava falando com minha mulher que sentia falta das reuniões. Assim, só das reuniões, da barragem Deus me livre. Nois quê bem longe, cruz em credo.

Aqui mesmo já teve. Nois botava as cadeiras pra fora, alguns sentava no chão e era aquele falatório. Padre Claret que ajudava mais. Ele conduzia o povo, sabe? Mas agora parô. Ah, vou falar com cê que tem bem tempo que paro. As vezes eles vem chamar nois pra ir nas reunião em Brasília, Belo Horizonte, esses lugar ai né? Mas eu já num to muita boa pra ficar saindo. Já fui muito.

[...] pois então, não sei como que tá, mas acho que parô. Também tem um tempo que os homi da barragem não vêm. Antes era direto.

Acho que foi por isso que os Grupos de Base parou. Tem a ver né? Uai, quando o bicho pegava o povo reunia [...] Vinha professor, estudante, aquele professor gringo sabe quem é? Ele vinha também. De primeira ele vinha.

#### 4.6 A relação da Igreja Católica e as comunidades atingidas por barragens

A hipótese II: “Nas localidades onde há atuação da Igreja Católica Progressista o “Repertório de Ação Coletiva” dos agricultores envolvidos no Movimento do Atingidos por Barragens mantém o seu viés de resistência” foi devidamente comprovada. Embora neste estudo não tivemos a oportunidade de investigar localidades onde não houve a presença da Igreja Católica Progressista, os dois casos escolhidos somados a revisão bibliográfica demonstra que o perfil de atuação da Igreja no campo é o da resistência. Isto é reflexo de um histórico das atuações progressistas na América Latina, resquícios da Teologia da Libertação e da vinda do Bispo Dom Luciano para região, como bem apontado em diversas partes deste manuscrito. Inclusive, como demonstra o recorte documental abaixo, este posicionamento de resistência é amplamente divulgado na região de estudo.

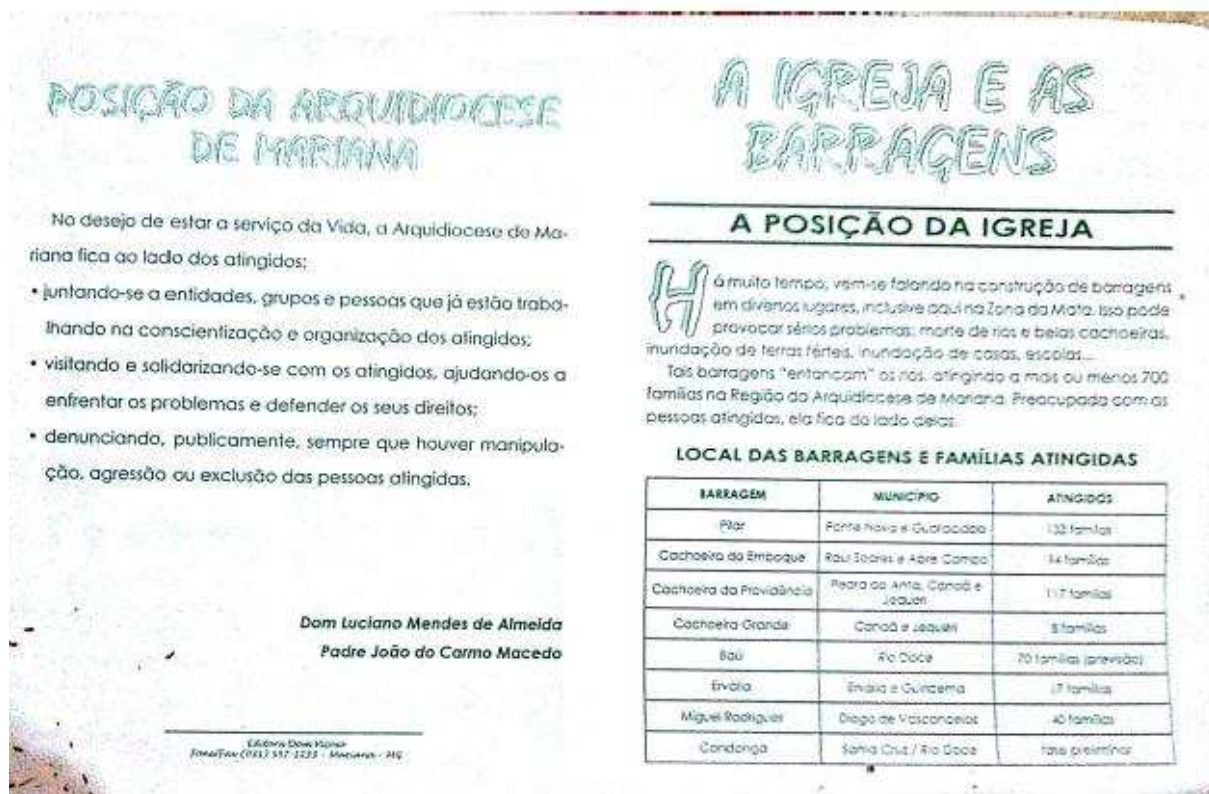


Figura 17 - Divulgação do posicionamento da Arquidiocese de Mariana, (s/d)  
Fonte: Acervo Pacab, 2015.

Na problematização deste estudo fizemos menção inclusive aos estudos do filósofo e sociólogo português Manuel Carlos Silva. Em seu estudo “Resistir e adaptar-se – Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal” Silva (1998) demonstra como camponeses, influenciados pela Igreja Católica, no noroeste de Portugal se posicionaram de forma a se adaptar e se conformar com a Ditadura Salarizarista da época. Estamos tratando, no entanto, de um contexto Europeu, com uma Igreja extremamente conservadora. No estudo ao qual nos dedicamos não encontramos qualquer evidência de orientação por parte da Igreja a colocar os atingidos em posição de adaptação aos acontecimentos. Pelo contrário, o incentivo vai em direção a mobilização e a resistência, de maneira sempre pacífica. Em termo de atores sociais se percebe uma diferença entre a influência da Igreja e os movimentos sociais: o diálogo. A primeira, via de regra, possui uma abertura maior ao diálogo com o “inimigo”, processo este, não incentivado pelo segundo.

#### **4.7 Estruturas de Mobilização e rotinas coletivas**

No que se refere a última hipótese: “As *“Estruturas de Mobilização”* construídas ainda na década de 90, cujas práticas se voltam para resistência a construção de barragens conseguem sobrepor os valores da coletividade aos interesses individuais dos agricultores” também foi considerada como verdadeira. Contudo, há uma ressalva no sentido de que os interesses individuais e a inserção em mobilizações coletivas não são fatores excludentes entre si, isto é, ainda que se forme uma Estrutura de Mobilização na comunidade o incentivo para participar será um ganho individual.

Existe uma relação entre a formação de Estruturas de Oportunidades com mudanças de rotinas que diz muito sobre valores de coletividade *versus* valores individuais. A instauração de um conflito com a chegada de um projeto hidrelétrico é um evento que modifica rotinas dentro de uma comunidade rural. O ambiente de outrora é tomado por incertezas e por ter que lidar com situações nunca antes pensadas. Contudo, esta mudança de rotina se aguça quando os atingidos optam por se organizar em redes associativas de resistência. Os finais de tarde que antes eram tomados pelo descanso, agora dão lugar as reuniões; as vezes é preciso deixar a casa e entrar dentro de uma lona de acampamento; a ida a cidade que antes era apenas para resolver

assuntos corriqueiros se torna mais frequente; dentre outras mudanças que ocorrem, chamadas neste estudo de rotinas coletivas.

As rotinas coletivas consistem na entrada de sujeitos em uma rede de relações onde todas as práticas se darão em nome de um grupo que possui identidade comum. Isso permite entender como estes atores passam da categoria de agricultores, ribeirinhos, trabalhadores rurais, etc., para categoria de atingidos. Este papel de atingido será exercido em tempo parcial dentro de uma vida pública que está em concomitância com o fortalecimento das Estruturas de Mobilizações formadas. A vida privada continua e em tempos em que o conflito esteja latente ela “toma as rédeas”. Em algumas falas é possível perceber evidências sobre a entrada dos agricultores em rotinas coletivas.

Olá, ai era reunião atrás de reunião. Meu marido nem gostava muito, porque eu saia pra reunião e ficava uns três dias no encontro do MAB. Aí ele se virava pra lá, comigo mesmo não queria ir.

A gente que é liderança o MAB muda muito a gente. Tem que dar testemunho, tem muitas reuniões e aqui eu estou na frente do Grupo nosso. Aquele grupo que te falei. Eu já coloco minha sobrinha pra participar também. No Grupo é ela que escreve as atas sabe? Tipo uma relatoria... sabe como é? E quando vou nas reuniões levo ela também, ano passado mesmo nois foi. Foi bom, eu gosto.

Naquela época dos acampamentos nois não fazia comida em casa não. Todo mundo comia lá... juntava as mué tudo e fazia a comida.

Por esse lado foi até bom. Porque a comunidade era meio parada. Os que estão do lado de cá se uniu. Acho que os de lá também. Mas briga ainda tem. Isso sempre vai ter...

Em verdade uma validação mais concreta a esta hipótese caberia um projeto de pesquisa específico. Com objetivos voltados para o estudo das Estruturas de Mobilização e de como estas influenciam na rotina dos agricultores. Ficou claro que as Estruturas de Mobilizações são elementos fundamentais para a realização de diversas práticas do Repertório de Ação Coletiva, mas o que faltou foi dar ênfase aos atores que participam destas Estruturas, seus papéis dentro de um ambiente coletivo. Mais especificamente os papéis dos atingidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de resistência ao qual este estudo pretendeu analisar comporta um conjunto de relações e dinâmicas sociais profundamente complexas, constituindo, por consequência, um desafio analítico de grandes proporções. Embora o foco de análise tenha sido projetado no Repertório de Ação Coletiva de atores e grupos sociais em embates contra grandes projetos hidrelétricos, o estudo precisou munir-se de perspectivas que iam para além do conceito de Repertórios, abordando questões como aberturas políticas, redes de solidariedades, representações e percepções dos atingidos sobre “a luta”, religião, entre tantas outras questões. Assim, esta pesquisa objetivou uma análise das estratégias de resistências em nível de entendimento geral, não sendo possível adentrar em questões específicas e localizadas do Repertório do Movimento, tendo em vistas mais de vinte anos de luta na região.

De forma mais ambiciosa este estudo foi também um campo de adaptação e aperfeiçoamento metodológico e conceitual, especificamente do conceito de Repertório de Ação Coletiva de Charles Tilly. Destacamos, contudo, que a ousadia de estreitar o conceito em categorias de análise, identificadas por nós, como mais palpáveis, veio da experiência empírica deste trabalho e da necessidade de dar uma referência sociológica ao estudo detalhado das ações políticas do Movimento. Abrimos com isso a possibilidade de recebermos críticas, dicas de aprimoramento ou, na melhor das hipóteses, oferecer a jovens pesquisadores a possibilidade do uso de uma ferramenta analítica que, guardado todas as limitações, pode ser de boa utilidade.

Outra incursão teórica se deu com a nomeação do que chamamos de Rotinas Coletivas, destacando que reconhecemos não ter dado uma validade empírica satisfatória ao conceito neste trabalho – muito se deve ao limite de tempo do trabalho –, mas deixamos como agenda de pesquisa para investigações futuras. As Rotinas Coletivas permitem avaliar as ações em nível individual e num contexto de vida pública que contribui para o fortalecimento das Estruturas de Mobilização. O conceito nos ajuda entender também o porquê da mudança de rotinas dos atingidos que tem suas vidas abaladas com a chegada de um grande projeto de infraestrutura. Ou seja, vai entrar em suas vidas um conjunto de pequenas rotinas que outrora se quer pensavam em realizar, todas fruto de um projeto de resistência maior.

Também já destacamos em diversos pontos os limites do conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas e estas limitações já haviam sido previstas na revisão bibliográfica deste trabalho, ou seja, nada de novo. Entretanto o que queremos considerar é que os movimentos locais – e para estudo em especial: o Movimento dos Atingidos por Barragens – são frutos de uma condição histórica dinâmica, com contextos de lutas específicas para estas, nas quais as mudanças na Estrutura de Oportunidades Políticas são importantíssimas. Nesse sentido, o Movimento dos Atingidos que atua nos conflitos na Zona da Mata Mineira possui agendas de mobilização a nível local - que vão de encontro as especificidades do conflito em voga – e agendas de mobilização em concomitância com o Movimento Nacional, ao qual foi criada conforme mudanças políticas mais gerais. Em outras palavras, as aberturas de oportunidades políticas vão possuir influência mais direta sobre um Repertório de lutas em nível nacional e em certa medida regional, mas para as análises microsociológicas as etapas do conflito e as ações de contramobilização do empreendedor tem um poder explicativo maior.

Este trabalho também nos forçou a repensar o sentido prático do conceito de Atingido e de como existe uma linha tênue com a noção de mediadores. Isto se deu, pois, em diversas ocasiões ficou difícil verificar no conjunto de Repertórios o que era uma iniciativa e condução do Movimento enquanto atingidos diretamente ou de seus assessores, que frequentemente, também se consideravam atingidos. Não pretendemos a este ponto do trabalho desenvolver os conceitos anteriormente citados, mas de forma prática percebemos que o Movimento enquanto grupo de atores atingidos podem ser divididos em três categorias: puramente militantes; militantes-agricultores e agricultores participantes.

Na primeira classificação estão os atingidos que podem ser considerados como “puramente militantes”: geralmente, estudantes universitários e recém-formados que, via de regra, não são proprietários rurais, mas compartilham o *master frame* de “mudança no processo de desenvolvimento econômico”, lutando contra a apropriação privada dos bens naturais, neste caso, especificamente, contra as construtoras de barragens. Noutro caso estão os “militantes-agricultores” que, atingidos direta ou indiretamente, compõe o grupo de lideranças locais e coordenam os Grupos de Base. Possuem, ademais, a missão de compartilhar o *master frame* e organizar (recrutar) os atingidos na base. Por fim, os “agricultores participantes” que, embora participem dos eventos de mobilização, por vezes apenas se apropriam da noção de “sou atingido” e estão, num primeiro momento, apenas

interessados em resolver seus problemas individuais e de seus familiares<sup>35</sup> (FONSECA et al., 2015).

Destacamos que estas categorias não tem por intento criticar “aquele militante” que apesar de não ser atingido diretamente dedica toda uma vida a causa, mas de mostrar que os atingidos (sozinhos) não possuem grandes condições organizativas e algumas táticas de resistência não fazem parte de suas competências. Portanto ficam algumas perguntas, que também podem ser motivo de reflexões teóricas posteriores: O que estamos chamando de atingidos por barragens? Um padre que foi liberado integralmente pela Arquidiocese para atuar junto ao Movimento representa a Igreja ou faz parte do Movimento (caso do Padre Claret)? O estudante recém-formado que dedica tempo integral ao Movimento e as vezes até mora em uma das comunidades atingidas é um atingido ou assessor? Estas indagações se tornam essenciais a medida que estes grupos ampliam o conceito de atingidos tomando como dizeres “atingidos somos todos”.

De um modo geral, o aspecto da resistência - e por consequência, da Ação Coletiva - é fruto de conflitos onde as relações entre opositores são demarcadas por uma forte assimetria de poder. Essa assimetria, por sua vez, tem forte influência sobre as possibilidades e escolhas de Repertórios por parte daqueles que resistem. Estudar um projeto de resistência de um movimento social é também, antes de tudo, verificar que suas ações são uma resposta a uma ação de seu “inimigo”. Nesse sentido, evidenciamos dois fatores que relaciona as reações e mobilização nos casos estudados.

O primeiro se refere ao fato de que nos últimos anos aconteceu uma desmobilização da comunidade de Casa Nova, que na ausência do conflito direto com o empreendedor houve uma acomodação no que se refere ao projeto de resistência. “Processos de mobilização por movimentos sociais de resistência não são lineares. As ações do adversário provocam reações e mobilização, enquanto a ausência de ações do adversário tende a contribuir para desmobilização, a não ser que o mesmo tome medidas para evitar esse processo” (DELEPOSTE e MAGNO, 2013, p.279). Embora não haja mais

---

<sup>35</sup> O conceito de processo frame é baseado nos estudos do antropólogo Erving Goffman, que propõe uma análise dos movimentos sociais a partir da perspectiva de quadros interpretativos resultantes das representações simbólicas e cognitivas dos sujeitos, as quais justificam e impulsionam as ações coletivas (FONSECA et al., 2015).

um processo de resistência na comunidade foi possível verificar algumas heranças da Estrutura de Mobilização que se formou. Uma delas se refere às Hortas de Mandala<sup>36</sup>, as quais ainda são possíveis encontrar em algumas propriedades. Estas hortas estão dentro do conjunto de práticas do MAB que além de ser uma tentativa de geração de renda para as comunidades é também uma ação contra o modelo de desenvolvimento econômico que predomina, sobretudo, no que se refere ao não uso de agrotóxicos. A outra se refere as festas que relembram as lutas da comunidade. Apesar de não ter acontecido em 2015 a comemoração pretendia de três em três anos reascender o projeto de resistência da comunidade. “Em agosto de 2009, se reforçou a memória coletiva contra as barragens, representada por meio de uma grande festa, de dois dias, em comemoração aos 15 anos das lutas de resistência em Casa Nova. E nos próximos anos, para o povo de Casa Nova, a luta continua” (DELEPOSTE e MAGNO, 2013, p. 278).

O segundo fator se refere a uma possível diferença do Repertório de Ação Coletiva entre os dois casos, afinal, uma das perguntas que orientaram este trabalho foi o porquê de uma das comunidades ter freado a construção das barragens e a outra não. É claro que esta pergunta é apenas provocativa, pois seria impossível projetar uma resposta satisfatória, sendo que os fatores que incidem sobre os casos são demasiados complexos e numerosos. Todavia, se este estudo puder contribuir com inferências no que se refere aos aspectos que decretaram as vitórias de Casa Nova sobre o empreendedor, optaríamos pelas estratégias técnico-científicas. Ao analisarmos o conjunto de práticas dos dois casos, o Repertório se constituiu de forma parecida até mesmo porque uma boa parte dos mediadores eram comuns, sem contar, outrossim, que o MAB possui um conjunto de estratégias que são aplicadas a todos os casos. Porém, a análise documental nos mostrou que o caso de Casa Nova envolveu um embate maior na esfera técnico-científica com laudos de contraposição aos estudos ambientais que fizeram uma diferença consubstancial ao embate.

Por fim, registramos que este estudo se revelou complexo à medida que percebemos que uma análise profícua das estratégias de resistência de um movimento social requer um esforço indutivo em nível da macrosociologia e em nível da microsociologia, ao passo que, investigados a parte não possuem poder explicativo

---

<sup>36</sup> “Esta nova Tecnologia Social tem como base o programa “Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS” já bastante difundido pela Fundação Banco do Brasil. A experiência consiste em construir um galinheiro que é rodeado por uma horta de canteiros circulares, de uma estufa e de um pomar com 150 mudas frutíferas” (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2010, p.1).

sustentável. Sobre esta questão incidiu desafios metodológicos consideráveis que, por outro lado, forçou-nos atingir um nível de reflexão mais generalizado, com o cuidado, todavia, de não realizar inferências vazias. Destarte, não foi intenção esgotar as proposições analíticas deste trabalho, seja por um viés metodológico, seja por um viés teórico. Mas de contribuir com outros estudos que circundam o tema da Ação Coletiva e suas ramificações, travando um diálogo que ora perpassa pelas cadeiras do senso comum, ora ocupa lugar privilegiado dentro da academia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v.13, n.28, Porto Alegre, 2011.

ACSELRAD, Henri. Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais. **Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª**. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Brasília, 2010.

ALEXANDER, Jeffrey Charles. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13 n. 37, São Paulo, 1998.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: a história de um conceito. **Sociologia e Antropologia**, v.2, 2012.

ALONSO, Angela; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Charles Tilly. **Tempo Social**, v.16, n.2, São Paulo, 2004.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES ATINGIDOS PELAS BARRAGENS DE ABRE CAMPO E EMBOQUE (ACOMABAGEM). **Diagnóstico participativo**: comunidades atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos João Camilo Penna (Emboque) e Túlio Cordeiro (Granada). Relatório Final (no prelo). Granada, Abre Campo, 2014.

BARBANTI JR., Olympio. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba - SP, 2002. Disponível em: <[www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/index.html#2](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/index.html#2)>. Acesso em 8 de dezembro 2015.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos avançados**, São Paulo, v.21, n.59, 2007.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia e Antropologia**, v.2, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v.16, n. 2, 2003.

COSTA, Arthur Trindade M. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. **Cad. CRH [online]**, v.24, n.62, 2011.

DELESPOSTE, Aline Guizardi; MAGNO, Lucas. “Ocupar de novo para defender o que é nosso”: a histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova, Guaraciaba-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, 2013.

FERREIRA, Ana Rita de Lima. **Investigando a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens**. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação do Campo) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FONSECA, Bruno Costa da et al. Processo organizativo e disseminação de frames entre agricultores atingidos pela PCH Cachoeira do Emboque. In: Simpósio de Integração Acadêmica: Conexão de saberes e mundialização. **Anais...** Minas Gerais: Viçosa, 2015.

FONSECA, Bruno Costa da; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; SOUSA, Dayane Rouse Neves. Conflitos ambientais: atores, causas e desdobramentos na Zona da Mata Mineira. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 13, n. 42, 2012.

FONSECA, Bruno Costa da; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; SOUSA, Dayane Rouse Neves. Análise dos potencializadores de conflitos socioambientais inerentes ao uso e apropriação de recursos na bacia do Rio Doce. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Belém. **Anais...** Belém: 2011.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 344f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologias Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Antônio Claret S. et. al. BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais: O Setor Elétrico. 2002. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_setorial/setorial14.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial14.pdf)>. Acesso em 17 de dezembro de 2015.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, 2004.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IOKOI, Zilda Grícole. **Igreja e camponeses**: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos Melo. A ação coletiva e seus intérpretes. **Pensamento Plural**, v. 1, 2007.

KLEIN, Estanislau Paulo. O Aprendizado de Lideranças no Contexto de Comunidades do Acre onde Houve uma Sintonia com a Teologia da Libertação. In: BROSE, Markus (org). **Lideranças para a democracia participativa**: Experiências a partir da Teologia da Libertação, Goiânia: Editora da UCG, 2009.

LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul. In: **Cidadania e meio Ambiente**. 2008. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2009/07/16/segregacao-social-como-externalizacao-de-conflitos-ambientais/>> Acesso em 3 de janeiro de 2015.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial. **Religião e sociedade**, v.29 n.2, Rio de Janeiro, 2009.

LITTLE, Paul Elliot. A Etnografia dos Conflitos Sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: **II Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba: 2004.

MACEDO, Carmen Gomes. **Uma reflexão acerca da práxis política do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB**. 163f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n.18, Porto Alegre, 2007.

MARTINS, Renato Domingues Fialho. **O setor elétrico pós-privatização: novas configurações institucionais e espaciais**. 142f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009.

MEDEIROS, José César de. **Juventude e modernidade em Casa Nova: reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais**. 141f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2002.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n.17, São Paulo, 1989.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. Linha do tempo. 2015. Disponível em <<http://memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=4&pagina=destaques/linha/1931-1945&menu=380&iEmpresa=Menu>>. Acessado em 19 de dezembro de 2015.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27, n.79, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. ed. 29. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO MINAS E ENERGIA. Empresa de Pesquisa Energética (EPE): Recursos hidráulicos 1970-2014. 2016. Disponível em <<https://ben.epe.gov.br/>>. Acessado em 12 de junho de 2016.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética. São Paulo: Secretaria Nacional do MAB. 2008. Disponível em <[http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/cartilha\\_soberania\\_energetica.pdf](http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/cartilha_soberania_energetica.pdf)>. Acessado em 19 de janeiro de 2016.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Atingidos por Granada e Emboque encerram acampamento com conquistas. 2011. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-granada-e-emboque-encerram-acampamento-com-conquistas>>. Acessado em 12 de dezembro de 2015.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. MAB inicia nova experiência de produção de alimentos saudáveis. 2010. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-inicia-nova-experiencia-produ-alimentos-saud-veis>>. Acessado em 4 de dezembro de 2015.

MUNIZ, L. M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. **Revista Pós Ciências Sociais**, Maranhão, v.6, n. 12, 2009.

NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, 2007.

NOGUEIRA, Narayana de Deus. **A Usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque – MG: O significado da barragem para os atingidos**. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa-UFV. 93f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS (NACAB). Informativo Antes que Acabe: Famílias atingidas seguem organizadas em Emboque e Granada. Viçosa, 2015. Disponível em <[http://issuu.com/ongnacab/docs/16\\_\\_edi\\_\\_o\\_-\\_antes\\_q\\_acabe](http://issuu.com/ongnacab/docs/16__edi__o_-_antes_q_acabe)>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

NUNES, Jordão Horta. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. **Sociedade e Estado**, v.28, n.2, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Eliana de et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 4, n. 9, p. 1-17, maio/agosto de 2003.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa, PAGNOSSA, Tadeu Pamplona, ZANGELMI, Arnaldo José. Os processos de transformações na Arquidiocese de Mariana: uma análise dos jornais “O Arquidiocesano” e “O Pastoral”. **Revista de Humanidades**, v.11, Rio Grande do Norte, 2011.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **Religião e mobilização social na arquidiocese de Mariana/MG**. 2005. 174f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2005.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Neoliberalismo: Notas sobre Geopolítica e Ideologia – Uma breve análise sobre a obra “O Neoliberalismo: História e Implicações”, de David Harvey. **Tamoios**, v. 5, n. 2, 2009.

PINHEIRO, Daniele de Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO**. 113f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PIRES A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: Poupart J, Deslauriers J. P; Groulx L. H; Lapemère A; Mayer R; Pires A. P. (org). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 154-211.

POUPART, J; DESLAURIERS, J. - P.; GROULX, L - H; LAPERRIÈRE, A; MAYER, R; PIRES, A. P. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PRIORI, Angelo et. al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>>. Acessado em 27 de dezembro de 2015.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas. In: Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. **Anais...** Florianópolis: Santa Catarina, 2007.

RENNÓ, Lucio R. Estruturas de Oportunidade Política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, 2003.

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu Binacional e seus reflexos na produção do espaço. In: XIII Jornada do Trabalho “A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do séc. XXI. Os novos desafios da geografia do trabalho”. **Anais...** Presidente Prudente: São Paulo, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata - MG: articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: **Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

ROTHMAN, Franklin Daniel. Política ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo de caso. **Raízes – Revista de ciências sociais e econômicas**, v. 21, n.1, 2002.

ROTHMAN, Franklin Daniel; VIEIRA, Ubiratan Garcia; LOPES, Maria de Fátima. Estado, empresas privadas e populações locais no contexto da privatização: resistência, participação e negociação em projetos de construção de barragens. In: XXIII Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambu: Minas Gerais, 1999.

SANTOS, Pollyana Martins. **Licenciamento, conflito e justiça ambiental: uma análise a partir dos coletivos em rede na Zona da Mata Mineira**. 169f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n. 1, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n.5, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. in: Franklin Rothman (org.), *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*, Viçosa: UFV, 2008.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu: história e memória**. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. 130f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná, 2008.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares**, v.2, n.2, 1998.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, Manuel Carlos. **Resistir e adaptar-se**. Constrangimentos e estratégias no noroeste de Portugal. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVEIRA, Diego Omar da; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; FERREIRA, Rodrigo Souza. In nomine Jesu: Entrevista com Dom Luciano Mendes de Almeida. **Revista eletrônica Cadernos de História**, Ouro Preto, v.1, n. 2, 2006.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, Brasília, 2010.

TRIBUNA DE MURIAÉ. Romaria dos Trabalhadores. 2013. Disponível em <http://tribunademuriae.com.br/site/2013/07/21/romaria-das-aguas-e-da-terra-aconteceu-em-miradouro-e-foi-acompanhada-por-romeiros-de-todo-o-estado-de-minas-gerais/>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

# APÊNDICES

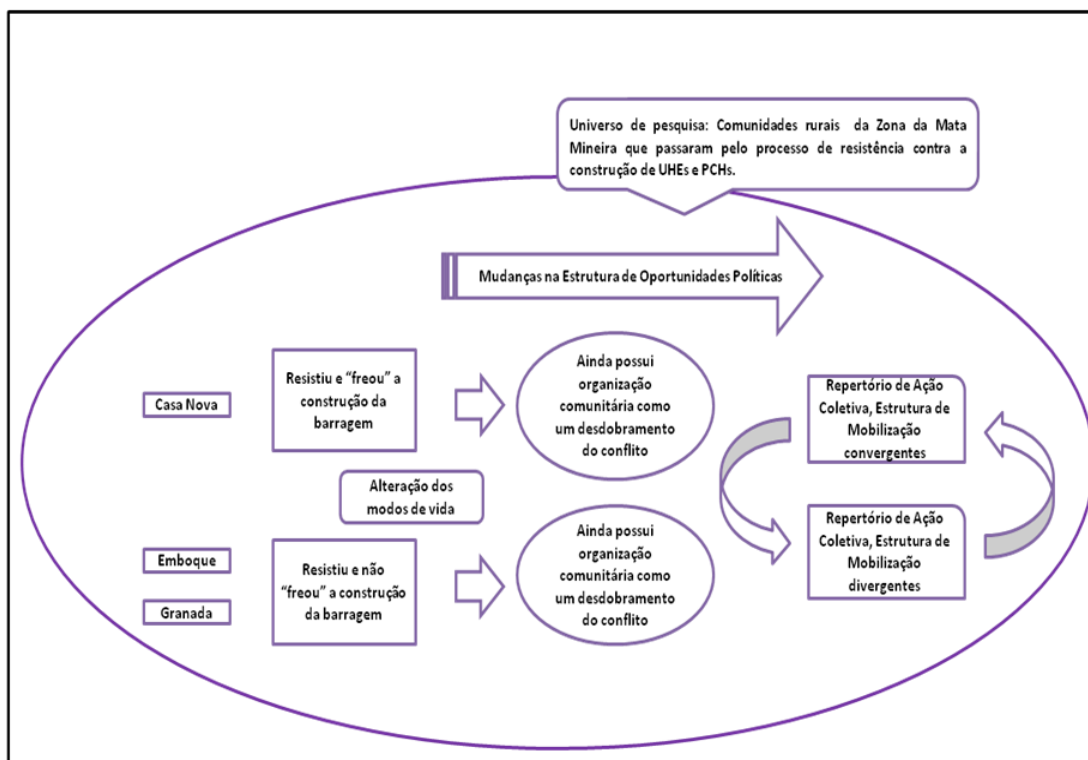
## **Apêndice 1 – Roteiro para entrevista em profundidade**

**Pesquisa:** O Repertório de Ação Coletiva dos pequenos agricultores envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata Mineira, na passagem do século XX para o XXI

### **PLANEJAMENTO DO ROTEIRO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE**

Este roteiro não corresponde exatamente como as perguntas serão realizadas. Existe uma flexibilidade para o melhor entendimento do entrevistado e os termos acadêmicos serão de domínio do pesquisador. Algumas variáveis de análise que aparecem no questionário servem para guiar o pesquisador e para não perder de vista o objetivo da pesquisa, pois ao entrevistado o inquérito será feito de forma fluída, como numa conversa. Quanto a tamanho do roteiro ressalta-se que por vezes uma pergunta responderá a outra e mais uma vez as perguntas funcionam apenas como um norte para o entendimento do fenômeno.

#### **1 – Unidade de análise e seleção da amostra**



**Figura 18** - Diagrama de seleção da amostra e manipulação dos conceitos  
**Fonte:** elaborado pelos autores, 2015.

**Métodos de escolha da amostra:** Amostra não probabilística, intencional, *snow ball*.

**Método de escolha do número da amostra:** saturação dos dados.

### ***Comunidade Rural de Casa Nova – Guaraciaba, Minas Gerais***

Descrição: A comunidade de Casa Nova, localizada na Zona da Mata Mineira, passou por intenso processo de mobilização e resistência contra construção de barragens nos períodos entre 1995 e 2010. Com a ajuda de grupos ligados à Igreja Católica e de grupos da Universidade Federal de Viçosa, a comunidade começou a se informar sobre os impactos ambientais e sociais advindos da construção da UHE Pilar. Com efeito, no final da década de 90, obtiveram a primeira vitória parcial com o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental. Posteriormente várias vitórias ocorrem através da organização enquanto Movimento dos Atingidos por Barragens.

### ***Comunidades Rurais do Emboque e Granada – Abre Campo e Raul Soares, Minas Gerais***

Descrição: As comunidades do Emboque e Granada, como ficou conhecida a região atingida pelas PCHs João Camilo Penna e Túlio Cordeiro, estão localizadas entre os municípios de Raul Soares e Abre Campo. O processo de resistência envolvendo atingidos, Igreja Católica e grupos universitários começou em 1995 e a derrota parcial teve como principal impacto o deslocamento compulsório de centenas de famílias que perderam seus modos de reprodução social de outrora. Atualmente as comunidades mobilizadas enquanto Movimento dos Atingidos por Barragens lutam por melhorias nas condições do reassentamento e por Projetos de Reativação Econômica das famílias atingidas

### **Objetivo geral da pesquisa**

Analisar como a mobilização social e coletiva de pequenos agricultores organizados enquanto Movimento dos Atingidos por Barragens influenciam em seus modos de vida e em suas ações políticas dentro do contexto de passagem do final da década de 80 e 90, para o século XXI, enfatizando, com efeito, possíveis mudanças na Estrutura de Oportunidades Políticas, as Estruturas de Mobilizações que se formaram e como se deu o amoldamento do Repertório de Ação Coletiva, relativizando as mudanças, as reelaborações e a manutenção de estratégias de outrora que são consequência da construção (ou resistência) de projetos de barragens na Zona da Mata Mineira.

## **GUIA PARA APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE HISTÓRIA ORAL**

**Técnica utilizada:** Entrevista em profundidade

**Número de entrevistados:** XX

**Objetivo:** Conhecer o processo de organização comunitária a partir da chegada e da mobilização em relação ao projeto de implantação de barragem, enfatizando o Repertório de Ação Coletiva, as Estruturas de Oportunidades Políticas e as Estruturas de Mobilização que se formaram, mediante há três tempos distintos: organização da comunidade e modos de vida antes do conflito; chegada do empreendedor e mudança nas rotinas; e organização da comunidade nos “dias de hoje” como parte do desdobramento do conflito.

**Entrevistadores responsáveis:** Bruno Costa da Fonseca e Tainara Emilia Rosa

**Data da entrevista:** \_\_/\_\_/2015

**Número de identificação da entrevista:** \_\_\_\_\_

**Entrevistado:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Nome fictício:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** \_\_\_\_\_ **Escolaridade:** \_\_\_\_\_ **Estado Civil:** \_\_\_\_\_

**Profissão:** \_\_\_\_\_

**Renda aproximada:**

	<b>1 salário mínimo</b>
	<b>2 salário mínimo</b>
	<b>3 salário mínimo</b>
	<b>4 salário mínimo</b>
	<b>5 salário mínimo</b>
	<b>6 salário mínimo</b>
	<b>7 salário mínimo</b>
	<b>Mais de 7 salários mínimo</b>

---

### **ROTEIRO<sup>37</sup>**

Tempo I – Mobilização social e modos de vida anteriores ao conflito

- 1. Como era a sua vida e de sua família antes dos rumores da construção da barragem?**
- 2. Como era retirado o sustento de sua família? O que fazia para sobreviver? Tinha uma profissão?**
- 3. Qual era a sua relação com o rio e com a terra?**
- 4. Como era sua relação com os vizinhos?**
- 5. Como era sua relação com a comunidade? Participava de algum mutirão, trocas de dia de serviços, troca de produtos, ou ainda, participava de reuniões, ou alguma outra atividade coletiva?**
- 6. Na comunidade existia associação? Cooperativa? Sindicato? Ou alguma outra forma de organização?**
- 7. Participava de atividades sociais tais como esporte, passeios, caça, festas, jogos, religião, lazer?**
- 8. Como e através de quem você ficou sabendo da construção da barragem?**
- 9. Na época, como você e sua família viram a possibilidade de construção da barragem? Seria algo bom o ruim?**
- 10. O que o resto da comunidade achava?**
- 11. No momento em que você e sua família ficaram sabendo da possibilidade de**

---

<sup>37</sup> Algumas perguntas serão adaptadas ou não realizadas de acordo com as principais diferenças no processo conflituoso, sobretudo no que se refere ao grupo de famílias que foram realocadas compulsoriamente e ao grupo que “barrou” a construção e inundação de sua comunidade.

## **inundação da comunidade o que você pensou?**

Tempo II – chegada do empreendedor e mudanças na rotina

- 1. No início você teve contato com pessoas do Consórcio (empresa)? Como foi?**
- 2. E a comunidade se reuniu para discutir a implantação do projeto? Vocês eram unidos?**
- 3. Na época vocês tiveram ajudas de alguém de fora? Da igreja? De Movimentos (grupos de apoio)?**
- 4. Em qual momento a comunidade viu a necessidade de agir em conjunto? O que vocês fizeram? Descreva como acontecia.**
- 5. Vocês se mobilizavam enquanto MAB? Quais eram as principais ações do Movimento? [explorar ao máximo essa pergunta]**
- 6. Isso mudou a sua rotina e da sua família? E do resto da comunidade?**
- 7. Durante o processo como se comportavam os jovens, as mulheres e os idosos da comunidade?**

Tempo III (a) – Desdobramentos sociais e organização da comunidade após o conflito [direcionado a comunidade de Casa Nova]

- 1. Hoje, como está sendo a relação de sua família e da comunidade com o projeto de construção da barragem?**
- 2. Ainda existem mobilizações referentes ao conflito? Quais?**
- 3. Você e sua família ainda fazem a mesma atividade econômica de antes?**
- 4. O que acontece hoje, em termos de mobilização comunitária, que não acontecia anteriormente?**
- 5. Vocês ainda se mobilizam enquanto MAB? Quais são as principais ações? [explorar ao máximo essa pergunta]**
- 6. Hoje, a sua relação com o rio e a terra continua a mesma?**
- 7. Hoje, na comunidade existe associação? Cooperativa? Sindicato? Ou alguma outra forma de organização? Como elas interferem na vida comunitária?**
- 8. Participa de atividades sociais como esporte, passeios, caça, festas, jogos, religião, lazer?**
- 9. Os grupos que ajudavam a comunidade antes [Igreja, Movimentos sociais, etc.] ainda estão presentes?**
- 10. Você se considera um atingido por Barragem? Por quê? O que é ser um atingido por barragem?**
- 11. Quais suas principais expectativas para o futuro?**

Tempo III (b) – Desdobramentos sociais e organização da comunidade após o conflito [direcionado às comunidades de Emboque e Granada]

- 1. Como foi o processo de mudança? Seu deslocamento?**
  - 2. Qual a primeira impressão ao ver o reassentamento?**
  - 3. Quais as principais dificuldades encontradas nos primeiros anos de moradia?**
  - 4. Quais as principais melhorias?**
  - 5. Como vem sendo a vida após a mudança para o reassentamento?**
-

6. O que você vem fazendo para sobreviver?
  7. Vocês ainda se mobilizam enquanto MAB? Quais são as principais ações?  
[explorar ao máximo essa pergunta]
  8. Hoje, a sua relação com o rio e a terra continua a mesma?
  9. Hoje, na comunidade existe associação? Cooperativa? Sindicato? Ou alguma outra forma de organização? Como elas interferem na vida comunitária?
  10. Como vem sendo a relação com os vizinhos?
  11. A partir da mudança como vem sendo sua relação com a comunidade.  
Participa de algum mutirão, trocas de dia de serviços, troca de produtos, ou ainda, participava de reuniões, ou alguma outra atividade coletiva?
  12. Participa de atividades sociais como esporte, passeios, caça, festas, jogos, religião, lazer.
  13. Os grupos que ajudavam a comunidade antes [Igreja, Movimentos sociais, etc.] ainda estão presentes?
  14. Você se considera um atingido por Barragem? Por quê? O que é ser um atingido por barragem?
  15. Quais suas principais expectativas para o futuro?
- 

Fonte: Projeto de pesquisa, 2015.

## **Apêndice 2 – Termo de Livre Consentimento Esclarecido**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “O Repertório de Ação Coletiva dos pequenos agricultores envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata Mineira, na passagem do século XX para o XXI”. Nesta pesquisa pretendemos analisar como aconteceu mobilização comunitária dos pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira participantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, em duas épocas diferentes: as décadas de 80/90 e os primeiros 15 anos do século XXI. O motivo que nos leva a estudar esse tema se refere a importância da luta de comunidades rurais perante a construção das barragens em nossa região, tendo em vista os impactos ambientais e sociais ocasionados no processo. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Aplicaremos com o Sr(a) uma entrevista que terá em média uma hora de duração; e com sua permissão realizaremos a gravação da entrevista, anotações em um caderno de campo e se possível registraremos algumas fotos com a identidade do Sr(a) e de sua família totalmente preservada.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em possíveis dúvidas que a comunidade venha a ter sobre a intenção dos pesquisadores. Entretanto, tentaremos sanar junto aos entrevistados, às lideranças e a qualquer pessoa que solicite sobre nossa estada na comunidade e os objetivos dessa pesquisa. Acreditamos que o benefício dessa pesquisa consiste na divulgação da história de resistência da comunidade, contribuindo com as discussões sobre os impactos que a implantação de uma barragem pode ocasionar.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa – MG e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse

tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “O Repertório de Ação Coletiva dos pequenos agricultores envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata Mineira, na passagem do século XX para o XXI” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

Nome do Pesquisador Responsável: Ana Louise de Carvalho Fiúza  
Endereço: Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa - MG  
Telefone: (31) 3899 - 3899-1689  
Email: [louisefiuz@gmail.com](mailto:louisefiuz@gmail.com)

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

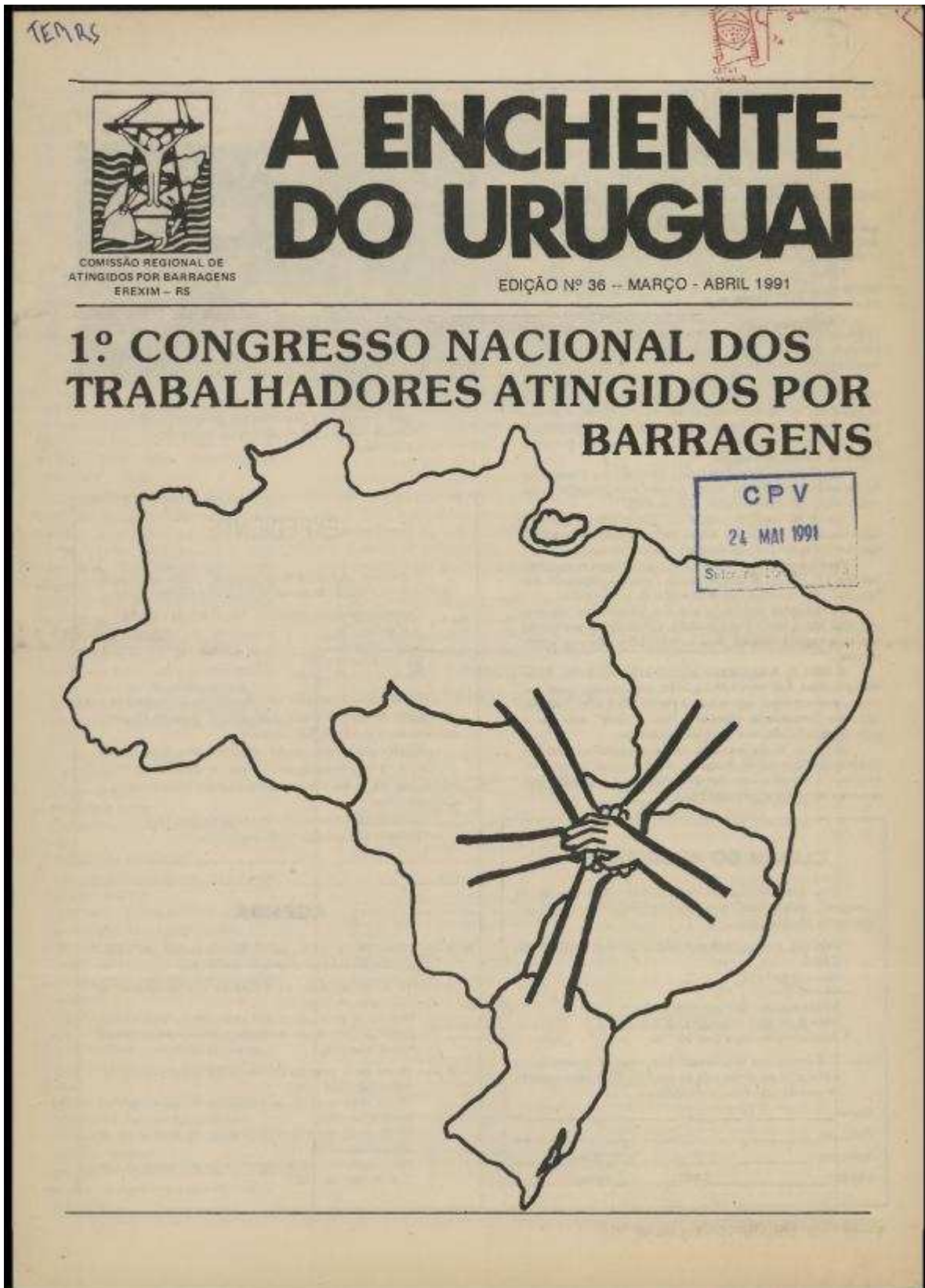
CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
Universidade Federal de Viçosa  
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior  
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário  
Cep: 36570-900 Viçosa/MG  
Telefone: (31)3899-2492  
Email: [cep@ufv.br](mailto:cep@ufv.br)  
[www.cep.ufv.br](http://www.cep.ufv.br)

## ANEXOS

### Anexo 1 – Correntes teóricas mapeadas pelos autores



Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.



## EDITORIAL

### ATINGIDOS QUEREM MUDAR SUA LUTA

Por muitos é conhecida a difícil vida que possuem os trabalhadores atingidos ou ameaçados por barragens.

Muitos ficaram sabendo que sua terra iria ser alagada, quando o lago da Usina já começava a encher, tão grande foi o descaso da empresa e por que não dizer do Governo, se era este quem mandava.

Outros atingidos receberam passagem para ir até a cidade de São Paulo para tentar um sub-emprego, este foi o valor pago pelo progresso.

Atingidos ficaram sabendo que a barragem foi feita, empurrando-os para regiões de reassentamentos, porém sem condição nenhuma de plantar, por causa que a terra é seca e a irrigação prometida não veio.

Há atingidos que vendo tudo o que aconteceu, com tantos irmãos seus, decidiram dizer um basta e começaram a se organizar. A desinformação era muito grande, e muitas vezes foram vistos até como caso de polícia, apenas porque pressionavam os mandantes, para que os problemas por estes causados, fossem resolvidos.

Acordos que pelas Empresas, Ministérios e Populações foram assinados, só com muita pressão e organização estão sendo cumpridos, ainda assim, com atrasos.

Mas como se vê, as poucas conquistas tidas se devem à organização da população, o que muita apavora os mandantes, mas é o único jeito de fazer valer os nossos direitos.

Para tornar maior a sua força, os atingidos realizaram, nos dias 12, 13 e 14 de março, seu 19 Congresso Nacional, em Brasília - DF, reunindo representantes de todo o País.

Os atingidos entendem que aos poucos eles mesmos precisam dar o rumo à sua história, decidindo se permitirão que as grandes barragens poderão expulsá-los de suas terras ou não.

A falta de democracia existente em todo o País ficou bastante clara. Foi feito o Plano 2010, em Gabinete, para que o povo não soubesse. Agora está o Presidente Collor, que fala tanto em Democracia, fazendo o Novo "2015", sem que o povo fique sabendo, sem que o povo participe.

Já é hora de dar um basta em tanta injustiça e com um Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, aos poucos enfrentar o autoritarismo dos governantes, para garantir que pessoas e natureza sejam respeitadas.



Para quem será que este participante do 19 Congresso Nacional de Atingidos por Barragens está fazendo "Serenata", se este era um dormitório de homens?

### EXPEDIENTE

O Boletim "A Enchente do Uruguai" é uma publicação da CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens.

Correspondência e assinatura: Secretaria da CRAB  
Rua Bahia, 79  
Caixa Postal 372  
99.700 Erechim - RS  
Fone: (054) 321-3304

Elaborado e produzido pela Equipe de Comunicação e Divulgação da CRAB: Eliseu João Johner, João de Oliveira, Sidemar Giroto e Eleni Stempkowski.

Colaboraram nesta edição: Ariston Filho Alves Portugal, (norte) Boaventura Mendes, (sudeste) Jenuário da Silva Netto, (nordeste) Raimunda Gomes da Silva, (centro-oeste) e Célio Bermann.

Composição e Impressão: Gráfica e Editora UPF  
Tiragem desta edição: 3500 exemplares.

### CUPOM DO ASSINANTE

Para fazer assinatura do Boletim "A Enchente do Uruguai", recorte este cupom e envie para o Movimento dos Atingidos por Barragens.

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CRAB  
Caixa Postal 372  
99.700 Erechim - RS

Minha opção é (marque com um X)

- ( ) Assinatura para atingidos Cr\$ 350,00  
( X ) Assinatura de apoio Cr\$ 500,00

Obs.: O Boletim será feito a cada dois meses. Este valor passa a contar a partir do mês de abril de 1991, com reajuste de acordo com o custo do Boletim.

Nome: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

### AGENDA

R I - 13 e 14 de abril, Curso de Formação de jovens atingidos em Maximiliano de Almeida

R II - 12 a 14 de abril, 1ª Etapa de um Seminário de Formação em Palmitos.  
Nos meses de março e abril estão sendo feitas visitas, junto às famílias de atingidos, para a construção de novas lideranças.

R III - 13 de abril, reunião de lideranças no município de Anita Garibaldi - SC  
14 de abril, reunião de lideranças do município de Esmeralda - RS  
25 de abril, reunião de lideranças do município de Campo Belo - SC  
26 de abril, reunião de lideranças do município de São José do Cerrito - SC

## 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens

Nos dias 12, 13 e 14 de março foi realizado o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Brasília - D.F.

Este 1º Congresso contou com mais de 200 participantes, além de representantes de atingidos, também se fizeram presentes, Entidades de todo o Brasil e inclusive, Deputados Estaduais e Federais. Cabe aqui citar que todos os Partidos foram convidados, porém só compareceram representantes do PSDB, PT, PSB, PC do B, PDT e o PMDB enviou uma carta de solidariedade.

Os Deputados presentes se mostraram bastante interessados em contribuir com a organização dos atingidos.

A Questão Energética do Brasil como está?

Estamos completando um ano de Governo Collor.

Podemos ver em todo o Brasil um aumento grande de desemprego, de autoritarismo, de miséria e fome.

Isto, de fato, também está ocorrendo com os atingidos pelas barragens, até por que, a maioria são pequenos trabalhadores rurais, que hoje sofrem o baixo preço dos produtos, além é claro, das grandes indefinições do Setor Elétrico, que gera insegurança aos atingidos e a falta de cumprimento aos Acordos celebrados em diversas barragens, e o não pagamento das terras e benfeitorias, como na região Sudeste.

Na verdade, desde que o Governo Collor assumiu, muitas barragens foram paralizadas ou continuam lentamente, sem que a população saiba quando serão concluídas. Se vai haver indenização? E como será feita? Estas são perguntas que a população deveria ser a primeira a saber, inclusive, ajudar a decidir. No entanto, para estes só sobra o "direito" de sair da terra ficando, muitas vezes, sem ter para onde ir, como no caso de Tucuruí.

A Barragem de Itá, da qual conhecemos bem a história, é um exemplo de descaso do Novo Go-

verno. Desde que este assumiu, a questão social está praticamente paralizada, ou o que é pior, chegando a ser vista até como um caso de polícia.

Só no ano de 1991 já foram marcadas várias audiências com a Direção da Eletrosul, exigindo a sua vinda para a região, para apresentar uma proposta para a questão social de Itá, no entanto, todas as tentativas tem sido desmarcadas, jogando o problema ainda mais para frente.

Cabe também destacar que para se tentar resolver o problema de Itá, foi realizado no dia 04 de março, na sede da CRAB um encontro com as lideranças dos atingidos pela barragem de Itá e Machadinho, conjuntamente com



Deputados se dispõem a apoiar os atingidos.

os Deputados que fizeram voto na região atingida, para solicitar apoio político neste impasse e foi muito boa a disposição dos Deputados em se colocarem à disposição, bem como das suas bancadas.

Participaram do evento os Deputados Estaduais Iradir Pietroski (PTB); Antonio Dexeimer (PMDB); Ivar Pavan (PT); e os Deputados Federais, representante de Arno Magarino (PFL); Adão Preto (PT) e Dexeimer representando Odacir Klein, que mandou telex se solidarizando com os atingidos.

O mesmo evento foi realizado

em Santa Catarina, no dia 08 de março, porém, só compareceram os Deputados: Furlaneto (PT - Estadual); Lucy Chainoski (PT - Federal); representante de Vasco Furlan (PDS - Federal); e representante de Luisinho Marini (PMDB - Estadual).

Outro aspecto que é importante termos presente, é que durante o Governo Collor, está sendo feito o novo plano do Setor Elétrico. Conhecido como o "2015", e que até o momento, muito poucas pessoas estão sabendo, o que prova para todos nós que a Democracia prometida por Collor foi esquecida completamente, e a sociedade organizada, como os próprios atingidos, não estão participando. En-

tão, a grande pergunta que nós fazemos é se este Plano vai ter como prioridade a questão social e ambiental. Ou se servirá somente ao modelo de desenvolvimento ou a toda a sociedade?

Mas os atingidos, ao longo de sua história, foram capazes de provar que, também, é possível mudar a prática do setor elétrico, cobrando maior seriedade e exigindo seus direitos.

A realização deste 1º Congresso, significou um grande passo para que de fato possamos exigir nossos direitos de Norte a Sul deste País, tornando mais forte a nossa luta.



## REGIÃO CENTRO-OESTE



A Região Centro-Oeste, não possui, ainda, uma articulação estadual ou regional dos Movimentos de Atingidos por

Barragens. Um Movimento de defesa da população atingida pela UHE Foz de Bezeira, iniciou um trabalho junto aos trabalhadores atingidos. Uma equipe da Universidade Federal de Goiás tem destacado papel na luta, assim como a CPT, junto à população atingida.

A Barragem de Foz de Bezeira é uma das três UHE previstas por FURNAS para o Rio Paraná (afluente do Rio Tocantins).

A barragem atingirá diretamente uma área ecológica estadual e comunidades camponesas negras (Calungas), originárias de Quilombos, com cerca de 10.000 habitantes.

Os Calungas dizem que não saem da terra, onde localizam-se seus santuários e de onde se refugiaram dos senhores de escravos.

Já foram realizados atos públicos nas várias festas anuais das comunidades negras acentuando a necessidade da luta contra a construção da hidrelétrica. Em Goiânia também são feitas reuniões e denúncias na imprensa. A luta apenas

está começando e a principal bandeira é a da não construção da barragem e o respeito à Constituição Federal que garante a propriedade da terra às comunidades oriundas de antigos quilombos.

A CPT - Nacional, vem realizando discussões com entidades e Movimentos Locais, visando uma articulação regional



Foi muito importante também a contribuição da pelos Deputados que participaram e dos assessores e a participação no Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens.

## REGIÃO SUL DO BRASIL



Para a Região Sul do Brasil, no Plano 2010, estava prevista a construção de 38 hidrelétricas, sendo 19 até o ano 2010, na Bacia do Rio Uruguai e seus afluentes e para o Rio Iguaçu no Paraná, estão previstas mais 6 barragens. E com a elaboração do Plano Decenal, ou seja: das barragens que deverão ser construídas nos anos de 1990 à 1999, dez para a Bacia do Rio Uruguai e mais quatro para a Bacia do Rio Iguaçu.

Para estas barragens, sempre houve total desinformação em relação aos atingidos e total desrespeito ao meio ambiente e questão social da região.

E ainda, no final da década de 70, início dos anos 80, com a conclusão da UHE de Itaipú, que trouxe graves consequências para a região, inundando, somente no Paraná, cerca de 1.113.000 km<sup>2</sup>, deslocando 42.444 pessoas, sendo 38.445 do meio rural.

O que fez surgir, com o apoio

das Igrejas, a formação de uma organização de atingidos, que passou a ser conhecido como o Movimento - "Justiça e Terra".

Esta organização serviu para os ameaçados pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai, iniciaram, ainda em fins dos anos 70, reuniões para tentarem se organizar, formando a Comissão Regional de Atingidos por Barragens, CRAB, que durante todos estes anos, vem se organizando e buscando defender seus direitos.

Até hoje, a principal vitória obtida pela CRAB, é a assinatura do Acordo de 29/10/87, entre atingidos, Eletrosul e Ministério das Minas e Energia - Acordo que garante que nenhuma barragem poderá ser construída antes de ter sido resolvida a questão social. Outra conquista importante, é de fato não ter sido construída nenhuma barragem, até o momento, na Bacia do Rio Uruguai, com mudanças de datas nos cronogramas e isto é positivo, exatamente, porque questionamos as barragens projetadas para a nossa região. Além de, neste tempo todo, termos tido um crescimento bastante grande da consciência da população da região.

Por outro lado, temos também problemas. Principalmente causados pelas indefinições, por parte do Governo, o que tem gerado insegurança e angústia na população atingida.

Mas, na Região Sul do Brasil, desde o ano de 1988, as atenções se voltaram para a barragem de Itaipú. Por ali, a Eletrosul deveria começar a cumprir o acordo, porém, todas as campanhas bonitas que a Eletrosul fez em torno do Progresso e vantagens que a barragem traria para a região, começam a cair por terra ainda no ano de 1989, quando são verificados grandes atrasos nos cronogramas, casos pendentes deixados para trás, audiências marcadas e desmarcadas.

Enquanto que toda a população já deveria ter sido indenizada, relocada ou reassentada, iniciamos o ano de 1991, com tão somente 25% da população que já negociou e apenas dois reassentamentos concluídos.

Desde 06 de agosto do ano passado que a Eletrosul prometeu ir junto ao Governo Federal para buscar recursos e retomar as negociações, apresentando um novo cronograma de datas para as negociações, não dando nenhuma resposta até o momento.

Só neste ano, já foram marcadas várias audiências e todas canceladas pela Direção da Eletrosul.

Estes adiamentos constantes, tem prejudicado enormemente a vida de toda a população da região, que não tem definição nenhuma de sua vida, e que por isso, não sabe, se pode ou não, investir em suas terras e residências. Esta é uma grande prova de desrespeito à

população, e que, mostra claramente, que a questão social é apenas um "detalhe", como diz a Ministra da Economia. Mas, os atingidos precisam exigir, do Setor Elétrico, que a população seja considerada como o "detalhe" "mais importante".

Os trabalhadores atingidos por Barragens percebem que, desde que o Collor assumiu a presidência, todos os trabalhadores, tanto da roça como da cidade, estão empobrecendo e isto não está acontecendo apenas com quem é atingido, mas com todos os trabalhadores do País. Isto tem feito, com que diversas lutas sejam puxadas de forma conjunta, com a participação da CRAB, CUT, MMTR, MST, FETAG (RS), com reivindicações conjuntas.

Em Santa Catarina, foi realizada mobilização pelos diversos Movimentos, que começou no dia 12 de março, com acampamento das lideranças dos Movimentos em Chapecó. Tendo seu momento forte no dia 15 com mobilização no trevo da cidade.

Essa mobilização foi chamada de "O GRITO DE ALERTA NO CAMPO", com uma participação de, em torno de 10.000 pessoas.

O objetivo desta mobilização:

- contra a falência dos agricultores;
- violência no campo;
- recessão;
- desemprego;
- miséria e fome.

Os agricultores exigem de imediato:

- crédito de emergência;
- crédito especial para plantio da próxima safra;
- imediato assentamento das famílias sem terra acampadas;
- aposentadoria do trabalhador rural, do homem aos 60 anos e da mulher aos 65 com salário integral;
- seguro agrícola.

Os trabalhadores urbanos também estiveram presentes nesta mobilização fazendo as seguintes exigências:

- que se cumpra a Constituição;
- reposição das perdas salariais;
- garantia de emprego com fim das demissões;
- uma nova política salarial que dê poder de compra para os trabalhadores.



Em torno de 4.500 pessoas participaram do acampamento em Panambi-RS, nos dias 06, 07 e 08 de março.

No Rio Grande do Sul a mobilização ocorreu nos dias 6, 7 e 8 de março, com acampamento no trevo de Panambi (reunindo em torno de 5 mil lideranças), tendo seu encerramento na praça de Panambi, quando os agricultores fizeram uma passeata de 5 km, parando o trânsito.

Caso as reivindicações não fossem atendidas, os agricultores faziam um acampamento na Praça da

Matriz, em Porto Alegre. O que de fato ocorreu. E no dia 18 de março, mais de 300 lideranças dos diversos Movimentos acamparam, em Porto Alegre, com a proposta de que, caso não forem ouvidas as reivindicações dos pequenos e médios agricultores e dos sem terra, iriam organizar comissões, para negociar com o Governo Federal e Estadual, fazendo forte mobilização regional, a partir de abril.

## As principais reivindicações que estão sendo exigidas são:

### Política Agrícola

- Garantia por parte do governo federal de comercialização da safra com preço mínimo baseado nos custos de produção.
- Implantação imediata do seguro agrícola.
- Garantia de crédito especial para os pequenos e médios agricultores para o cultivo e investimento para correção do solo, aquisição de insumos e implementos agrícolas.

### Seca

- Crédito emergencial de 10 salários mínimos por família para os agricultores atingidos pela seca, pagável em dois anos sem juros ou correção (até 03 milhões).
- Liberação dos créditos bloqueados até 700 mil em 16 de março de 90 em parcela única.
- Priorização dos financiamentos e ampliação do programa do Prager.

### Reforma Agrária

- Assentamento de 5.000 famílias por ano de 1991.
- Solução até o mês de junho para as famílias que estão acampadas.
- Linha de crédito e assistência técnica para todas as famílias já assentadas no estado.
- Linha de crédito especial para o sistema cooperativista dos assentados.

### Saúde e Previdência

- Cumprimento imediato da Constituição Federal que garante aposentadoria aos trabalhadores rurais, sendo mulheres aos 55 anos e homens aos 60 anos com

- pagamento de 01 salário mínimo, bem como a regulamentação imediata da seguridade social.
- Implantação imediata do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).
- Aplicação do direito de saúde pública gratuita a toda a população conforme garante a Constituição.

### Política Energética

- Elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe ribeirã.
- Reversão imediata das negociações com atingidos de Itaipu, assim como do reassentamento de Mangueira-PR, que estão paralisadas desde outubro de 1989.
- Liberação imediata do dinheiro bloqueado dos atingidos pelo Plano Collor I.
- Venda do castelo de obras de Machadinho para os próprios atingidos com o cancelamento definitivo desta obra.
- Elencido do grupo de trabalho proposto nas disposições constitucionais, artigo 28 da Constituição do Rio Grande do Sul, reorganizado em 01 de outubro de 1989.

### Educação

- Fim da discriminação de mulheres nos livros didáticos e em sala de aula.
- Educação gratuita voltada à realidade do meio rural.
- Liberação imediata de recursos para programas de alfabetização alternativa em assentamentos e assentamentos (já em andamento).
- Implantação dos Centros de Apoio Social.

# PARA ONDE VAMOS?

Um grande passo, foi a realização deste 1º Congresso Nacional, onde a realidade das diversas regiões se tornou mais conhecida, onde se pôde contar com o apoio de muitas entidades e, principalmente, discutir sobre o que fazer, para tornar mais forte a nossa luta, e uma das principais decisões tomadas, foi a formação de um Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Ainda, no dia do encerramento foram indicados três representantes de cada região do Brasil, que deverão se reunir com uma determinada frequência, sendo os coordenadores a nível Nacional, ou seja, os responsáveis para que de fato a organização em todo o País avance.

## DEFINIÇÕES DO CONGRESSO

Através da "Carta de Brasília", podemos entender as principais propostas, ou exigências dos atingidos por barragens de todo o Brasil, e que em torno destas propostas é que a luta deverá andar.



O encerramento do evento, foi realizado na sede do Congresso Nacional, com entrega da "Carta de Brasília", às bancadas dos diversos partidos e com a realização de um ato solene.

ENCHENTE DO URUGUAI - Página 08

## CARTA DE BRASÍLIA

Nós, delegados do 1º CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, reunidos em Brasília (DF), nos dias 12, 13 e 14 de março de 1991, representando atingidos por barragens — construídas, em construção ou planejadas — de todas as regiões do Brasil, questionamos as atuais políticas de construção de barragens — para geração de energia elétrica ou para irrigação — que não atendem aos interesses dos pequenos agricultores, povos indígenas e do conjunto da classe trabalhadora.

As políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação, voltadas a um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, terras, população e indústrias, servem aos interesses do grande capital, excluindo os trabalhadores do processo de elaboração e decisão destas importantes políticas públicas e também dos benefícios da utilização de energia elétrica e de áreas irrigadas. A indústria eletrointensiva é subsidiada, enquanto milhões de brasileiros continuam sem luz elétrica em seus domicílios e trabalhadores rurais desolados pela inundação de suas terras aguardam ressarcimento por falta de recursos do setor elétrico. A implantação de grandes projetos de irrigação é subsidiada, enquanto milhares de famílias permanecem em condições de produção em suas terras.

Denunciamos que os grandes projetos de construção de barragens geram desastrosos efeitos para a população atingida. As políticas de construção de barragens têm significado para os trabalhadores a expulsão de terra e a consequente destruição de comunidades rurais. O que se tem verificado é o empobrecimento dos trabalhadores rurais e dos indígenas das regiões onde se instalam as barragens e a destruição do meio ambiente, especialmente dos rios e dos peixes.



Diante o 1º Congresso não faltou animação, mostrando as tradições e a cultura das diversas regiões do Brasil.

Diante desta situação, decidimos criar de forma definitiva o MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, que articula movimentos locais e regionais de luta pela terra, visando profundas reformas nas atuais políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação.

Assim, em Congresso Nacional exigimos do governo:

- o cumprimento imediato dos acordos celebrados entre o movimento e o setor elétrico, visando solucionar a situação dos atingidos;
- a priorização dos recursos do setor elétrico para a solução dos graves problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação e funcionamento de barragens;
- que a definitiva solução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas barragens seja condição à implantação de novos projetos;
- o fim do processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico, que são patrimônio do povo brasileiro;
- a reforma da atual política energética com a participação dos atingidos e do conjunto da sociedade;
- a reforma da atual política de projetos de irrigação, visando o real benefício dos trabalhadores rurais;
- pleno respeito aos direitos dos povos indígenas ao seu território e demarcação imediata das terras indígenas, demarcação das terras de remanescentes de quilombos e reforma agrária.

BRASÍLIA (DF), 14 de março de 1991

COMISSÃO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

Esta carta foi encaminhada para todas as Entidades presentes no Congresso, bem como, para diversos Deputados na sede da Câmara Federal, onde os atingidos realizaram, de forma solene, o encerramento, convidando Deputados de todos os partidos.

população, e que, mostra claramente, que a questão social é apenas um "detalhe", como diz a Ministra da Economia. Mas, os atingidos precisam exigir, do Setor Elétrico, que a população seja considerada como o "detalhe" "mais importante".

Os trabalhadores atingidos por Barragens percebem que, desde que o Collor assumiu a presidência, todos os trabalhadores, tanto da roça como da cidade, estão empobrecendo e isto não está acontecendo apenas com quem é atingido, mas com todos os trabalhadores do País. Isto tem feito, com que diversas lutas sejam puxadas de forma conjunta, com a participação da CRAB, CUT, MMTR, MST, FETAG (RS), com reivindicações conjuntas.

Em Santa Catarina, foi realizada mobilização pelos diversos Movimentos, que começou no dia 12 de março, com acampamento das lideranças dos Movimentos em Chapecó. Tendo seu momento forte no dia 15 com mobilização no trevo da cidade.

Essa mobilização foi chamada de "O GRITO DE ALERTA NO CAMPO", com uma participação de, em torno de 10.000 pessoas.

O objetivo desta mobilização:

- contra a falência dos agricultores;
- violência no campo;
- recessão;
- desemprego;
- miséria e fome.

Os agricultores exigem de imediato:

- crédito de emergência;
- crédito especial para plantio da próxima safra;
- imediato assentamento das famílias sem terra acampadas;
- aposentadoria do trabalhador rural, do homem aos 60 anos e da mulher aos 65 com salário integral;
- seguro agrícola.

Os trabalhadores urbanos também estiveram presentes nesta mobilização fazendo as seguintes exigências:

- que se cumpra a Constituição;
- reposição das perdas salariais;
- garantia de emprego com fim das demissões;
- uma nova política salarial que dê poder de compra para os trabalhadores.



Em torno de 4.500 pessoas participaram do acampamento em Panambi-RS, nos dias 06, 07 e 08 de março.

No Rio Grande do Sul a mobilização ocorreu nos dias 6, 7 e 8 de março, com acampamento no trevo de Panambi (reunindo em torno de 5 mil lideranças), tendo seu encerramento na praça de Panambi, quando os agricultores fizeram uma passeata de 5 km, parando o trânsito.

Caso as reivindicações não fossem atendidas, os agricultores faziam um acampamento na Praça da

Matriz, em Porto Alegre. O que de fato ocorreu. E no dia 18 de março, mais de 300 lideranças dos diversos Movimentos acamparam, em Porto Alegre, com a proposta de que, caso não forem ouvidas as reivindicações dos pequenos e médios agricultores e dos sem terra, iriam organizar comissões, para negociar com o Governo Federal e Estadual, fazendo forte mobilização regional, a partir de abril.

## As principais reivindicações que estão sendo exigidas são:

### Política Agrícola

- Garantia por parte do governo federal de comercialização da safra com preço mínimo baseado nos custos de produção;
- Implantação imediata do seguro agrícola;
- Garantia de crédito especial para os pequenos e médios agricultores para o cultivo e investimento que a condição de solo, irrigação de terrenos e equipamentos agrícolas;

- pagamento de 01 salário mínimo, bem como a regulamentação imediata da seguridade social;
- Implantação imediata do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)
- Aplicação do direito de saúde pública e gratuita a toda a população conforme garante a Constituição.

### Política Energética

- Elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe mobilizada;
- Retomada imediata das negociações com atropelados de 1984, assim como do reassentamento de Mangueiras-PR, que estão paralisados desde outubro de 1989;
- Liberação imediata do difeito tributário das atingidas pelo Plano Collor II;
- Venda do castelo de obras de Machadinho para os próprios atingidos com o cancelamento definitivo desta obra;
- Eliminação do grupo de trabalho proposto nas disposições transitórias, artigo 28 da Constituição do Rio Grande do Sul, promulgada em 01 de outubro de 1989.

### Educação

- Fim da discriminação de mulher nos livros didáticos e em sala de aula;
- Educação gratuita voltada à realidade do meio rural;
- Liberação imediata de recursos para programas de alfabetização alternativa nos acampamentos e assentamentos (já em andamento);
- Implantação dos Centros de Saúde (CENSAE).

### Seca

- Crédito emergencial de 10 salários mínimos por família para os agricultores atingidos pela seca, pagável em dois anos sem juros na operação (em 01 mês);
- Liberação dos recursos bloqueados em 700 mil em 16 de março de 90 em parcela única;
- Priorização dos financiamentos e ampliação do programa do Fazer.

### Reforma Agrária

- Assentamento de 1.000 famílias por ano de 1991;
- Solução até o mês de junho para as famílias que estão acampadas;
- Linha de crédito e assistência técnica para todas as famílias já assentadas no estado;
- Linha de crédito especial para o sistema cooperativo dos assentados.

### Saúde e Previdência

- Compromisso imediato da Constituição Federal que garante aposentadoria aos trabalhadores rurais, sendo mulheres aos 55 anos e homens aos 60 anos com

## REGIÃO CENTRO-OESTE



A Região Centro-Oeste, não possui, ainda, uma articulação estadual ou regional dos Movimentos de Atingidos por

Barragens. Um Movimento de defesa da população atingida pela UHE Foz de Bezeira, iniciou um trabalho junto aos trabalhadores atingidos. Uma equipe da Universidade Federal de Goiás tem destacado papel na luta, assim como a CPT, junto à população atingida.

A Barragem de Foz de Bezeira é uma das três UHE previstas por FURNAS para o Rio Paraná (afluente do Rio Tocantins).

A barragem atingirá diretamente uma área ecológica estadual e comunidades camponesas negras (Calungas), originárias de Quilombos, com cerca de 10.000 habitantes.

Os Calungas dizem que não saem da terra, onde localizam-se seus santuários e de onde se refugiaram dos senhores de escravos.

Já foram realizados atos públicos nas várias festas anuais das comunidades negras acentuando a necessidade da luta contra a construção da hidrelétrica. Em Goiânia também são feitas reuniões e denúncias na imprensa. A luta apenas

está começando e a principal bandeira é a da não construção da barragem e o respeito à Constituição Federal que garante a propriedade da terra às comunidades oriundas de antigos quilombos.

A CPT - Nacional, vem realizando discussões com entidades e Movimentos Locais, visando uma articulação regional



Foi muito importante também a contribuição da pelos Deputados que participaram e dos assessores e a participação no Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens.

## REGIÃO SUL DO BRASIL



Para a Região Sul do Brasil, no Plano 2010, estava prevista a construção de 38 hidrelétricas, sendo 19 até o ano 2010, na Bacia do Rio Uruguai e seus afluentes e para o Rio Iguaçu no Paraná, estão previstas mais 6 barragens. E com a elaboração do Plano Decenal, ou seja: das barragens que deverão ser construídas nos anos de 1990 à 1999, dez para a Bacia do Rio Uruguai e mais quatro para a Bacia do Rio Iguaçu.

Para estas barragens, sempre houve total desinformação em relação aos atingidos e total desrespeito ao meio ambiente e questão social da região.

E ainda, no final da década de 70, início dos anos 80, com a conclusão da UHE de Itaipú, que trouxe graves consequências para a região, inundando, somente no Paraná, cerca de 1.113.000 km<sup>2</sup>, deslocando 42.444 pessoas, sendo 38.445 do meio rural.

O que fez surgir, com o apoio

das Igrejas, a formação de uma organização de atingidos, que passou a ser conhecido como o Movimento - "Justiça e Terra".

Esta organização serviu para os ameaçados pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai, iniciaram, ainda em fins dos anos 70, reuniões para tentarem se organizar, formando a Comissão Regional de Atingidos por Barragens, CRAB, que durante todos estes anos, vem se organizando e buscando defender seus direitos.

Até hoje, a principal vitória obtida pela CRAB, é a assinatura do Acordo de 29/10/87, entre atingidos, Eletrosul e Ministério das Minas e Energia - Acordo que garante que nenhuma barragem poderá ser construída antes de ter sido resolvida a questão social. Outra conquista importante, é de fato não ter sido construída nenhuma barragem, até o momento, na Bacia do Rio Uruguai, com mudanças de datas nos cronogramas e isto é positivo, exatamente, porque questionamos as barragens projetadas para a nossa região. Além de, neste tempo todo, termos tido um crescimento bastante grande da consciência da população da região.

Por outro lado, temos também problemas. Principalmente causados pelas indefinições, por parte do Governo, o que tem gerado insegurança e angústia na população atingida.

Mas, na Região Sul do Brasil, desde o ano de 1988, as atenções se voltaram para a barragem de Itaipú. Por ali, a Eletrosul deveria começar a cumprir o acordo, porém, todas as campanhas bonitas que a Eletrosul fez em torno do Progresso e vantagens que a barragem traria para a região, começam a cair por terra ainda no ano de 1989, quando são verificados grandes atrasos nos cronogramas, casos pendentes deixados para trás, audiências marcadas e desmarcadas.

Enquanto que toda a população já deveria ter sido indenizada, relocada ou reassentada, iniciamos o ano de 1991, com tão somente 25% da população que já negociou e apenas dois reassentamentos concluídos.

Desde 06 de agosto do ano passado que a Eletrosul prometeu ir junto ao Governo Federal para buscar recursos e retomar as negociações, apresentando um novo cronograma de datas para as negociações, não dando nenhuma resposta até o momento.

Só neste ano, já foram marcadas várias audiências e todas canceladas pela Direção da Eletrosul.

Estes adiamentos constantes, tem prejudicado enormemente a vida de toda a população da região, que não tem definição nenhuma de sua vida, e que por isso, não sabe, se pode ou não, investir em suas terras e residências. Esta é uma grande prova de desrespeito à

# PARA ONDE VAMOS?

Um grande passo, foi a realização deste 1º Congresso Nacional, onde a realidade das diversas regiões se tornou mais conhecida, onde se pôde contar com o apoio de muitas entidades e, principalmente, discutir sobre o que fazer, para tornar mais forte a nossa luta, e uma das principais decisões tomadas, foi a formação de um Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Ainda, no dia do encerramento foram indicados três representantes de cada região do Brasil, que deverão se reunir com uma determinada frequência, sendo os coordenadores a nível Nacional, ou seja, os responsáveis para que de fato a organização em todo o País avance.

## DEFINIÇÕES DO CONGRESSO

Através da "Carta de Brasília", podemos entender as principais propostas, ou exigências dos atingidos por barragens de todo o Brasil, e que em torno destas propostas é que a luta deverá andar.



O encerramento do evento, foi realizado na sede do Congresso Nacional, com entrega da "Carta de Brasília", às bancadas dos diversos partidos e com a realização de um ato solene.

ENCHENTE DO URUGUAI - Página 05

## CARTA DE BRASÍLIA

Nós, delegados do 1º CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, reunidos em Brasília (DF), nos dias 12, 13 e 14 de março de 1991, representando atingidos por barragens — construídas, em construção ou planejadas — de todas as regiões do Brasil, questionamos as atuais políticas de construção de barragens — para geração de energia elétrica ou para irrigação — que não atendem aos interesses dos pequenos agricultores, povos indígenas e do conjunto da classe trabalhadora.

As políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação, voltadas a um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, terras, população e indústrias, servem aos interesses do grande capital, excluindo os trabalhadores do processo de elaboração e decisão destas importantes políticas públicas e também dos benefícios da utilização de energia elétrica e de áreas irrigadas. A indústria eletrointensiva é subsidiada, enquanto milhões de brasileiros continuam sem luz elétrica em seus domicílios e trabalhadores rurais desprotegidos pela inundação de suas terras aguardam reassentamento por falta de recursos do setor elétrico. A implantação de grandes projetos de irrigação é subsidiada, enquanto milhares de famílias permanecem sem condições de produção em suas terras.

Denunciamos que os grandes projetos de construção de barragens geram desastrosos efeitos para a população atingida. As políticas de construção de barragens têm significado para os trabalhadores a expulsão de terra e a consequente destruição de comunidades rurais. O que se tem verificado é o empobrecimento dos trabalhadores rurais e dos indígenas das regiões onde se instalam as barragens e a destruição do meio ambiente, especialmente dos rios e dos peixes.



Durante o 1º Congresso não faltou animação, mostrando as tradições e a cultura das diversas regiões do Brasil.

Diante desta situação, decidimos criar de forma definitiva o MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, que articula movimentos locais e regionais de luta pela terra, visando profundas reformas nas atuais políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação.

Assim, em Congresso Nacional exigimos do governo:

- o cumprimento imediato dos acordos celebrados entre o movimento e o setor elétrico, visando solucionar a situação dos atingidos;
- a priorização dos recursos do setor elétrico para a solução dos graves problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação e funcionamento de barragens;
- que a definitiva solução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas barragens seja condição à implantação de novos projetos;
- o fim do processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico, que são patrimônio do povo brasileiro;
- a reforma de atual política energética com a participação dos atingidos e do conjunto da sociedade;
- a reforma da atual política de projetos de irrigação, visando o real benefício dos trabalhadores rurais;
- pleno respeito aos direitos dos povos indígenas ao seu território e demarcação imediata das terras indígenas, demarcação das terras de remanescentes de quilombos e reforma agrária.

BRASÍLIA (DF), 14 de março de 1991

COMISSÃO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

Esta carta foi encaminhada para todas as Entidades presentes no Congresso, bem como, para diversos Deputados na sede da Câmara Federal, onde os atingidos realizaram, de forma solene, o encerramento, convidando Deputados de todos os partidos.